



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**THUCA KÉRCIA MORAIS DE LIMA**

**DAS IRONIAS DO TEMPO:  
O PRIMEIRO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
NAS CRÔNICAS DE LUIS FERNANDO VERISSIMO (1995-1998)**

CAMPINA GRANDE  
2019

**THUCA KÉRCIA MORAIS DE LIMA**

**DAS IRONIAS DO TEMPO:  
O PRIMEIRO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
NAS CRÔNICAS DE LUIS FERNANDO VERISSIMO (1995-1998)**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção de grau de mestre em História, no Programa de Pós- Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG)  
Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Elizabeth Cristina de Andrade Lima

CAMPINA GRANDE  
2019

L732d

Lima, Thuca Kércia Morais de.

Das ironias do tempo : o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso nas crônicas de Luis Fernando Verissimo / Thuca Kércia Morais de Lima. – Campina Grande, 2019.

143 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof.ª Dr.ª Elisabeth Cristina de Andrade Lima".

Referências.

I. História do Brasil. 2. Crônicas. 3. Jornal do Brasil. 4. Fernando Henrique Cardoso. I. Lima, Elisabeth Cristina de Andrade. II. Título.

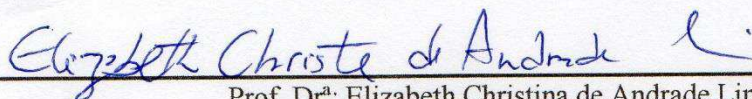
CDU 94(81)(043)

**THUCA KÉRCIA MORAIS DE LIMA**

**DAS IRONIAS DO TEMPO:  
O PRIMEIRO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
NAS CRÔNICAS DE LUIS FERNANDO VERISSIMO (1995-1998)**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção de grau de mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG)  
Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Elizabeth Christina de Andrade Lima

Aprovada em 26/02/2019



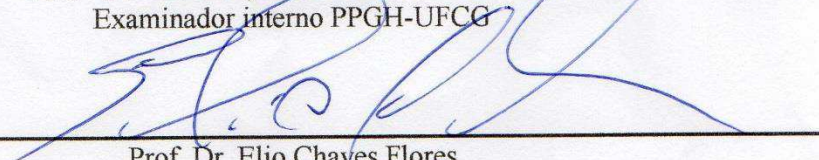
---

Prof. Dr<sup>a</sup>: Elizabeth Christina de Andrade Lima  
Orientadora – PPGH-UFCG



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michelly Pereira de Sousa Cordão  
Examinador interno PPGH-UFCG



---

Prof. Dr. Elio Chaves Flores  
Examinador externo – PPGH-UFPB

*À Clarice Maria, a quem tudo devo.*

*Dona Zezita, com amor.*

*Luís Inácio, com gratidão.*

Dedico.

## AGRADECIMENTOS

Em dezembro de 2014 eu desci as escadarias da Central Integrada de Aulas de Bodocongó na condição de graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba, e prometi aquela instituição que me acolhera quatro anos antes, vinda da pequena cidade de Cubati, que iria alçar voos cada vez mais altos, tal como ela havia me ensinado. A UEPB me ensinou, entre outras coisas, que a História que eu fui lá procurar era feita por homens, por pessoas comuns como eu. Hoje chego ao ápice de um dos maiores voos que ousei dar, o mestrado em História e agradeço aquela instituição por acreditar em mim, e transformado minha pequenez em coragem.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, onde hoje somo mais esse grau em minha formação, na condição de aluna integrante da sua 11<sup>o</sup> turma. Aos professores do referido programa por suas valiosas contribuições nas disciplinas ofertadas ao longo do ano de 2017.

Agradeço a pessoas muito singulares, sem as quais eu não seria capaz de viver um só dia de minha vida. A minha mãe, Márcia Cristina, que renunciou a tanta coisa em sua vida em prol do bem-estar de seus filhos, que assumiu papéis muito além do papel de mãe. Ela, que no início de minha graduação não acreditava muito que eu fosse seguir tal carreira, mas que agora me dá forças para que eu chegue cada vez mais longe. Também a minha vizinha, dona Zezita, pela força de todos os dias agradeço.

A meu pai, Paulo de Tuca, homem simples e de bom coração, que mesmo não estando sempre presente nesse processo, sempre cultivou minhas decisões, e compartilha comigo igual paixão pela História. Também estendo meus agradecimentos aos meus irmãos Paula Cristiany, Júlio César e Ana Julia, pelo estimado carinho e paciência com essa irmã mais velha.

A Bruno Gaudêncio meu esposo, ao qual as linhas aqui destinadas a agradecimentos seriam poucas para listar tudo que tem feito por mim, desde o início de nossa vida amorosa – que em tanto funde-se a minha vida acadêmica. Obrigado pela paciência, pelos ensinamentos, pelas cobranças, pelas sugestões, e pelos livros compartilhados. Também agradeço a nossa filhinha, Clarice Maria, que renova minhas energias a cada dia, com sua inocência, com seu brilho único, e que faz qualquer caminhada ser leve.

Aos meus sogros, Lucinete e João Bosco, que nos últimos anos tem assumido papéis de pais para mim, que cuidam do meu maior tesouro sem aspirar nada em troca, e que me

ofereceram, nos últimos tempos, um lar seguro e tranquilo, sem o qual nenhuma dessas letras aqui seriam possíveis.

Agradeço aos meus poucos amigos, pelas colaborações, e pelo suporte que me fornecem para que a vida seja melhor. À Thiago Raposo, Bruna Cristina e Dayane Sobreira, em especial por estarem presentes além da presença física em meu cotidiano acadêmico e também afetivo. E a Isabele Sousa, amiga de infância, a quem devo o fato de ter me apresentado Luis Fernando Verissimo há mais de uma década, em nossas incursões pelas bibliotecas das escolas de Cubati.

Aos meus antigos professores de História, da época escolar, em minha cidade natal, pessoas como Walber Ferreira, Valquíria Lopes e Silvano Fidelis, que tanto me inspiraram e motivaram a amar e seguir Clio; e aos professores do curso de graduação: José Adilson, Auricélia Lopes, Jefferson Ferreira, Luíra Freire, Josemir Camilo, entre outros.

Agradeço ainda a minha orientadora, a professora Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Christina de Andrade Lima, a Bebete, pessoa de coração gigante que me acolheu e tornou cada passo dessa caminhada mais tranquilo e feliz. Ao professor dr. Iranilson Buriti, que acompanhou esse trabalho em seus esboços iniciais, e colaborou para que estabelecêssemos um contorno definitivo. E aos membros das bancas de qualificação e defesa, a professora Dr<sup>a</sup>. Michelly Pereira Cordão e o professor Dr. Elio Chaves Flores pelas preciosas contribuições.

E agradeço a Deus, que tem tornado possível cada segundo de minha existência e proporcionado cada vitória alcançada. E a intercessão de Nossa Senhora, mãe inseparável, que tem segurado minha mãe nos momentos mais difíceis, e me feito grande e forte a ponto de querer voar cada vez mais longe. Muito obrigado!!

Thuca Kércia Morais de Lima

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar as representações nas crônicas literárias do escritor Luis Fernando Verissimo, publicadas no periódico carioca *Jornal do Brasil* acerca do governo ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso no período correspondente ao seu primeiro mandato (1995-1998). Para tanto, entendemos a crônica aqui enquanto uma produção humana, que se localiza num dado espaço/tempo bem como elemento de uma cultura histórica, logo fonte na produção de conhecimento histórico sobre determinado período. Amparada numa perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural, analisaremos as crônicas a partir da análise pragmática da narrativa de Mota (2015), que busca suas bases na hermenêutica de Ricoeur (1997). Entre as categorias de análise utilizadas destacamos: representações a partir de Chartier (1999); e Trópicos do discurso, de acordo com White (2014). Desta forma, concluímos que as representações do governo FHC através das crônicas de Verissimo enfatizam a ironia e em alguns momentos o humor e a sátira, lançando por via do personagem Éfe Agá a sua crítica sobre o modelo neoliberal pautado nas privatizações, nas alianças e arranjos políticos, e nas práticas de fisiologismo do governo, para tornar o possível necessário, como afirmava o ex-presidente.

**PALAVRAS-CHAVES:** Crônicas. Luis Fernando Verissimo. História do Brasil, *Jornal do Brasil*. Fernando Henrique Cardoso.

## ABSTRACT

The main goal of this research is to investigate the representation in the literary chronicles of the writer Luís Fernando Veríssimo, published in the periodical *Jornal do Brasil* from Rio de Janeiro, about the government of the Brazilian ex-president Fernando Henrique Cardoso in the period of his first term. For that, we understand the chronicles as a human production, which is located in a given space/time as well as an element of a historical culture, therefore is a source in the production of historical knowledge in a given period. Based on a theoretical-methodological perspective of the New Cultural History, we will analyze the chronicles using the pragmatic analysis of the narrative by Mota (2015), which searches its basis in the hermeneutic of Ricoeur (1997). Among the categories of analysis used, we highlight: Representations by Chartier (1999); and Tropics of Discourse by White (2014). In this way, we conclude that the representation of the Fernando Henrique Cardoso's government, through the Veríssimo's chronicles, emphasize the irony and, in some cases, the humor and the satire, doing, through the character Éfe Agá, his critique on the neoliberal model based on privatizations, alliances and political arrangements and in the physiological practices of government, to make the necessary possible, as the former president used to affirm.

**KEYWORDS:** Chronicles. Luís Fernando Veríssimo. History of Brazil. *Jornal do Brasil*. Fernando Henrique Cardoso.



*Muitos brasileiros depois de ouvir o discurso do presidente, deveriam pedir para viver no país que ele descreve com tanto entusiasmo, seja ele onde for. As estatísticas do IBGE, atadas pelo presidente como prova de que as coisas melhoraram, mostram, isto sim, a dimensão do que não foi feito, o tamanho da emergência social brasileira criada pelo brutal descaso de anos, e que este governo só ataca em discurso.*

*(Luís Fernando Veríssimo, 08/08/1997)*

# SUMÁRIO

À GUIA DE UMA INTRODUÇÃO .....	13
1. LUIS FERNANDO VERISSIMO, HISTORIADOR .....	28
1.1. A crônica de Verissimo como elemento de uma cultura histórica.....	32
1.2. A crônica como instrumento de análise histórico-social .....	33
1.3. Luis Fernando Verissimo: uma escrita engajada .....	41
2. ÉFE AGÁ E FHC: A HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES NA OBRA DE LUIS FERNANDO VERISSIMO.....	57
2.1. História e Imprensa: o texto jornalístico como fonte .....	58
2.2. A mídia: um ator político contemporâneo .....	63
2.2.1. O Jornal do Brasil.....	64
2.3. De <i>Príncipe da Sociologia</i> a <i>Príncipe da Privatária</i> .....	68
2.3.1. O presidente no Jornal do Brasil.....	77
2.4. O presidente de papel: uma análise do personagem Éfe Agá.....	81
2.4.1. FHC e Éfe Agá: dois papéis sociais .....	85
3. “ESQUEÇAM O QUE ESCREVI”: O GOVERNO DE FHC EM CRÔNICAS.....	91
3.1. Escândalos: um começo conturbado .....	92
3.1.1. O possível necessário .....	97
3.2. Privatizações.....	101
3.2. Alianças.....	106
3.4. O Neoliberalismo e o Pensamento Único .....	116
3.6. Reeleição .....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
FONTES E REFERÊNCIAS .....	134

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ACM:** Antônio Carlos Magalhães, político baiano.  
**AI:** Ato Institucional  
**ANL:** Aliança Nacional Libertadora  
**Arena:** Aliança Renovadora Nacional  
**Banerj:** Banco do estado do Rio de Janeiro  
**Banestado:** Banco do Estado do Paraná  
**BC:** Banco Central  
**BNDES:** Banco Nacional do Desenvolvimento  
**CEBRAP:** Centro Brasileiro de Análise e Planejamento  
**CEPAL:** Comissão Econômica para a América Latina  
**CPDOC:** Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil  
**CPI:** Comissão Parlamentar de Inquérito  
**Éfe Agá:** Personagem de Verissimo que satiriza FHC.  
**FGV:** Fundação Getúlio Vargas  
**FHC:** Fernando Henrique Cardoso  
**FMI:** Fundo Monetário Internacional  
**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**JB:** Jornal do Brasil  
**MDB:** Movimento Democrático Brasileiro  
**Mercosul:** Mercado Comum do Sul  
**MP:** Medida Provisória  
**PC:** Paulo César Farias, político alagoano.  
**PDS:** Partido Democrático Social  
**PDT:** Partido Democrático Trabalhista  
**Petrobras:** **Petróleo Brasileiro S/A**  
**PFL:** Partido da Frente Liberal  
**PMDB:** Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PP:** Partido Progressista  
**PPB:** Partido Progressista Brasileiro  
**PROER:** Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional  
**PSDB:** Partido da Social Democracia Brasileira  
**PT:** Partido dos Trabalhadores  
**PUC:** Pontifícia Universidade Católica  
**Sivam:** Sistema de Vigilância da Amazônia  
**UDN:** União Democrática Nacional  
**UFCG:** Universidade Federal de Campina Grande  
**UFRJ:** Universidade Federal do Rio de Janeiro  
**UnB:** Universidade de Brasília  
**USP:** Universidade de São Paulo  
**ZH:** Zero Hora, jornal gaúcho.

## ÍNDICE DAS IMAGENS

Figura 1 Primeira página do JB do dia 02-01-1995 com a cobertura daposse de FHC. 67

Figura 2: Página do Jornal do Brasil do dia 03 de janeiro de 1995 ..... 66

## À GUISA DE UMA INTRODUÇÃO

*“Sem dúvida alguma, os historiadores do futuro hão de recorrer às crônicas para reconstituírem a fisionomia do Brasil do nosso tempo” (Paulo Rónai)*

A trajetória do gênero narrativo crônica perpassa os anos sendo transformado de acordo com mudanças de cada época, o que começa sendo um relato mais circunstancial e fiel aos acontecimentos dá lugar à magia da ficção, abarcando elementos humorísticos, dedicando-se à crítica social e, dessa forma, colaborando efetivamente para que a usemos enquanto fonte.

Entretanto a relação da crônica com a História, dá-se, não somente pelo uso que fazemos dela enquanto fonte, mas pelo fato de que desde sua origem até os dias atuais, ela se configura enquanto um relato apoiado em elementos do tempo em que é produzido, o que leva muitos autores a afirmar que a crônica antes de ser literário ou jornalística foi um gênero pertencente a História, como aponta Sá (1985) e Pereira (2014).

Nesse sentido podemos captar a inserção do elemento social, da militância de variadas causas, da denúncia, do apoio a que os cronistas ao longo das épocas vão dedicar-se. “Ademais, do lirismo que o cronista empresta ao resgate de nuances do cotidiano, sua matéria contém ingredientes de crítica social, donde o seu caráter é nitidamente opinativo” (MELO, 2002, p. 150).

Já que a crônica permite uma interpretação subjetiva da realidade, nela está expresso os ideais de quem escreveu. Para esta pesquisa, foi feito um recorte que revela a visão do cronista Luis Fernando Verissimo sobre alguns aspectos inerentes ao governo de Fernando Henrique Cardoso, a sua intenção é clara: criticar o governo, satirizando, ironizando, brincando com os fatos para demonstrar insatisfações que condiziam com parcela significativa de brasileiros.

Luis Fernando Verissimo, conhecido escritor brasileiro consagrou-se ao longo dos últimos cinquenta anos, tanto através dos jornais no qual colaborou enquanto cronista, quanto dos livros que escreveu e que se tornaram sucesso de vendas e de crítica. O escritor gaúcho, nasceu em 26 de setembro de 1936, filho de Mafalda Volpe e Érico Verissimo. Teve

sua formação dividida entre o Rio Grande do Sul, Brasil e a Califórnia, Estados Unidos, de onde além da escrita desenvolveu o interesse pela música – em especial o *jazz*. Ingressou no trabalho jornalístico-literário em 1956 na Editora Globo e posteriormente assumiu o posto de redator do jornal *Zero Hora*.

A opção por trabalhar as crônicas de Luis Fernando Verissimo dá-se pela raridade – se não escassez – de exploração de tais narrativas no campo dos estudos históricos até então, visto que é amplamente abordado em outros campos tal como Letras e Comunicação Social<sup>1</sup>. Inserir sua obra no rol das fontes em História é o que propomos nessa pesquisa, na medida em que a importância da crônica, bem como de outros elementos presentes em jornais tem se mostrado bastante profícua nesse sentido.

As crônicas de Verissimo como veremos aqui, não são vistas apenas como fonte, mas também como objeto de pesquisa, capaz de nos fazer compreender o tempo em que foram elaboradas, elas provêm de um determinado *indivíduo* que desempenha um *papel social* (CANDIDO, 1965, p. 88) num dado contexto, desta forma, sua produção é, indubitavelmente, histórica.

Esses textos interessam-nos a partir de quando os articulamos com a ideia de que os imaginários são formas de construções sociais e, portanto, históricas e datadas, são também compostas de especificidades e assumem configurações e sentidos diferentes ao longo do tempo e através do espaço. Tais obras são exemplos daquilo que sugere Hayden White quando diz que “a literatura apresenta uma imagem verbal da realidade” (WHITE, 2001, p. 138), de forma que seja capaz de reconfigurar passagens históricas, sujeitos, concepções, etc.

Para Hayden White, tão importante quanto o sentido literal da narrativa histórica é o seu efeito literário. Assim, o exercício de escrita e análise histórica depende do uso de tropos que expressam uma forma narrativa, é importante, assim, reconhecer o conteúdo expressivo

---

<sup>1</sup> Outras pesquisas que tem por objeto de estudo o escritor Luis Fernando Verissimo, podemos citar a dissertação de mestrado em Letras de Ana Maria Gini Madeira: “Da produção à recepção: uma análise discursiva das crônicas de Luís Fernando Verissimo” obtida em 2005 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); a dissertação de mestrado em Comunicação e Letras de Giuliana Capistrano Cunha Mendes de Andrade: “Uma tipologia do riso em Luis Fernando Verissimo” obtida em 2002 pela Mackenzie-SP; a dissertação de mestrado em Literatura de Adriano Kalakowski: “A ressurreição dos pássaros: a crônica de Luís Fernando Verissimo e a industrial cultural” obtida em 2006 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e ainda a tese de Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea de Tattiana Gonçalves Teixeira: “A Ironia do efêmero – análise das crônicas políticas de Carlos Heitor Cony, Machado de Assis e Luís Fernando Verissimo” obtida em 2003 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). A monografia de conclusão do curso de História de Thuca Kércia Morais de Lima, intitulada Nos Enredos do Gigolô das Palavras: História e Literatura nas crônicas de Luis Fernando Verissimo, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2014.

e também o figurativo inerente a narrativa histórica. João Tristan Vargas observa que: “White criou suas próprias definições. Observando mais de perto os desdobramentos de seu raciocínio, pode-se questionar o que representa, em avanço teórico, a referência aos tropos” (2014, p. 47).

Dentro dos estudos em História são travadas importantes discussões que perpassam pela questão da possibilidade de utilização de determinadas fontes para se acessar os acontecimentos do passado até as questões da própria narrativa histórica como a ficção, que está eminentemente ligada à tropos predeterminados pela linguagem. Segundo o autor de *Trópicos do Discurso*:

Para retóricos, gramáticos e teóricos da linguagem, os tropos são desvios do uso literal, convencional ou “próprio” da linguagem, guinados na locução que não são sancionadas pelo costume ou pela lógica. Os tropos geram figuras de linguagem ou de pensamento mediante a variação do que “normalmente” se espera deles e por via das associações que estabelecem entre conceitos que habitualmente se supõe estarem ou não relacionados de maneiras diferentes da sugerida no tropo utilizado. (WHITE, 2014, p.14)

Tendo em vista que o trópico é a sombra da qual todo discurso que se pretende ser realista tenta fugir, White nos mostra que esta fuga é inútil, na medida em que “trópico é o processo pelo qual todo discurso constitui os objetos que ele apenas pretende descrever realisticamente e analisar objetivamente” (WHITE, 2014, p. 14)

O sociólogo e crítico literário Antônio Candido, em certo momento de suas reflexões sobre o gênero afirma que: “A crônica está sempre ajudando a estabelecer a dimensão das coisas e das pessoas” (1985, p.5), falando isso, nos remetemos a visão de que a crônica é um texto que visa captar o “disperso conteúdo humano” na medida em que se interessa pelas coisas pequenas do dia-a-dia das pessoas e os insere no jornal. E é desse disperso conteúdo humano – impresso na ficção – que é feita a nossa história.

A obra *História em Coisas Miúdas*, organizado pelo historiador Sidney Chalhoub em parceria com Margarida Neves e Leonardo Pereira, realiza um estudo sobre a crônica, e logo de início nos adverte que:

Ao invés de conceituar a crônica de modo unívoco, cabe enfrentar a sua especificidade, em um procedimento que radicalize a busca de sua historicidade, ao mesmo tempo em que se mostre atento aos complexos mecanismos narrativos que a constituem. (CHALHOUB, et. al, 2005, p. 17).

Esta pesquisa opta por esse caminho, na medida em que se desprende de conceituações oriundas da linguística e da crítica literária, que tendem a enquadrar os gêneros literários em categorias fixas. Aqui, estamos muito mais interessados em conceber

a crônica dentro da perspectiva historiográfica, aceitando sua mutabilidade e sua flexibilidade ao longo dos períodos históricos em diferentes espaços sociais.

Nesse percurso percebeu-se que os jornais serão para a crônica um suporte por excelência, a transposição desses textos para livros será uma prática mais recorrente na contemporaneidade. Muitos jornais possuíam um cronista oficial, não sendo esse necessariamente jornalista. Muitos escritores iniciaram suas renomadas carreiras como cronistas de jornal, no Brasil podemos citar: Machado de Assis, José de Alencar, Olavo Bilac, João do Rio, Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, e o objeto de estudo dessa pesquisa, o Luis Fernando Verissimo.

A carreira de Verissimo começa em um jornal, e ao longo de toda sua vida publicará nesse veículo, e posteriormente, reunirá muito do que escreve em livro, como é o caso das crônicas selecionadas para essa pesquisa, que depois passaram a compor o livro “A Versão dos Afogados – novas comédias da vida pública”. Sobre tal fato, Ortiz afirma que:

Para o escritor o jornal desempenhava funções econômicas e sociais importantes; ele era fonte de renda e prestígio. Devido à insuficiente institucionalização da esfera literária, temos um caso no qual um órgão voltado para a produção de massa se transforma em instância consagradora da legitimidade da obra literária. (ORTIZ, 1988, p. 29)

Embora necessite do espaço que o jornal lhe oferece, a crônica nem sempre acompanha os diversos segmentos dentro do próprio jornal, mas lhes faz, por vezes, oposição. Isso nos desvincula da ideia de que a crônica não é um complemento das notícias daquele dia, dessa forma, não é uma simples informação a ser disseminada pelas massas, mas um elemento de luta, dentro do próprio jornal.

Os imperativos do tempo também podem ser percebidos nas crônicas que tratam de assuntos contemporâneos, tal como aquelas cujos temas são relacionados a política. Em Luis Fernando Verissimo temos um exemplo claro quando percebemos que determinadas crônicas perdem muito do seu sentido se não forem associadas corretamente ao contexto de sua produção – como é o caso das que são analisadas nesta pesquisa – em sua maioria, estes escritos tratam de coisas banais que aconteceram no cotidiano do presidente ou daqueles que integravam o governo, mas que, não eram tão relevantes a ponto de tornarem-se matéria de jornal, nem mesmo conteúdo histórico. Sobre a efemeridade Jorge de Sá diz:

A aparência de simplicidade, portanto, não quer dizer desconhecimento das artimanhas artísticas. Ela decorre do fato de que a crônica surge primeiro no jornal, herdando sua precariedade, esse seu lado efêmero de quem nasce no começo de



uma leitura e morre antes que se acabe o dia, no instante em que o leitor transforma as páginas em papel de embrulho. (SÁ, 1985, p. 10)

Graças a estes relatos de efemeridades, de coisas banais, podemos, e temos a pretensão aqui de traçar uma visão diferenciada acerca de um período, no nosso caso o governo FHC. Segundo Antônio Candido, a crônica é um “veículo privilegiado a mostrar de modo persuasivo muita coisa, que, divertindo, atrai, inspira e faz a amadurecer a visão das coisas. (CANDIDO, 1981, p. 11).

Nesse processo muitos recursos são acionados, e estes são absolutamente aceitos na crônica, sendo os principais o humor e a ironia. Antônio Candido, sobre isso afirma: “Creio que a fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma” (CANDIDO, 1981, p. 7)

Jorge de Sá afirma que “a busca do pitoresco permite ao cronista captar o lado engraçado das coisas, fazendo do riso um jeito ameno de examinar determinadas contradições da sociedade” (SÁ, 1985, p. 23). A ironia presente nas crônicas, também podem ser percebidos na charge, no cartum, também fortemente presentes nos jornais e que tem seu consumo consolidado na realidade brasileira. O humor aproxima a crônica jornalística da literatura, como o próprio Sá afirma: “o humor assume a função de recuperar a poesia, confirmando que a crônica e seu texto jornalístico são uma realização literária sempre” (SÁ, 1985, p. 33).

O humor é uma categoria complexa, embora, tratada com empiria, em muitos casos, suscita uma reflexão a fim de que compreendamos sua função dentro da crônica, sobretudo daquela que é usada para compreender um determinado capítulo da história de nosso país. No Brasil, autores como Elias Tomé Saliba empreenderam importantes estudos sobre o humor e são seguidos por grande número de pesquisadores atualmente, ele afirma que:

É preciso ter sempre presente que o tema do humor compõe uma autêntica galáxia, composta por incomensuráveis planetas de órbitas anárquicas: pode ser verbal, corporal, lúdico ou espetacular; pode exprimir uma experiência puramente subjetiva ou atender a propósitos comunicativos; [...] enfim, pode servir tanto para cativar, ironizar, satirizar, parodiar, criticar, zombar, acariciar, desmoralizar – ou simplesmente para matar o tédio. (SALIBA, 2018, p. 11)

O humor não precisa cumprir com cada um dos requisitos apontados por Saliba, mas constitui-se enquanto tal, a partir do momento em que se vincula a um deles. O que percebemos nas crônicas de Verissimo é que as mesmas se constituem da forma verbal, exprimindo uma experiência subjetiva, que atende a propósitos comunicativos, na medida

em que “influenciam”, “tocam” o público leitor. Além do mais, seus relatos satirizam, criticam, ironizam, zombam, desmoralizam certas atitudes empreendidas pelo então presidente e membros de seu governo.

Esse tipo de humor, cumpre uma função política, diante do que diz Saliba, que “O humor constituiu uma forma de representação privilegiada da história das sociedades (SALIBA, 2002, p.18), veremos que ele se constitui num caminho por excelência para que se alcance determinado objetivo político, no nosso caso em estudo, o que se propõe é fazer com as pessoas – pelo menos aquelas que leem o JB – conscientizem-se do cenário político no qual o Brasil se encontra inserido. Assim:

A atitude humorística é desmistificadora por excelência, porque no momento mesmo que as formas lógicas tentam deter e paralisar esse fluxo, o humorista mostra que elas não se sustentam e revelam o que elas são: máscaras. Por isso, o pensamento do homem quando humorista “gira como uma mosca na garrafa”, procura apreender todos os lados da realidade, exercitando ao máximo, e levando ao limite, a sua percepção e o seu sentimento do contrário. (SALIBA, 2002, p.27)

Dessa forma, o humor que encontramos no conjunto de crônicas analisadas só é possível graças ao uso figurativo da linguagem, ou seja, da ironia, ela é apontada por Hayden White como um dos “quatro modos principais de representação figurativa: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia” (WHITE, 2014, p. 111). De acordo com a análise de João Tristan Vargas, vemos que, sobre a ironia:

sua presença denotaria a consciência do “possível abuso da linguagem figurada”. Trata-se de um outro “estágio da consciência”, no qual é reconhecida “a natureza problemática da própria linguagem”. Pressuporia o colocar-se numa “perspectiva ‘realística’ da realidade, de onde se poderia oferecer uma representação não figurada do mundo da experiência” (WHITE, 1994, p. 51 apud. VARGAS, 1996, p. 41)

Hayden toma de empréstimo os estudos da linguística moderna e da semiótica, ao estabelecer os quatro tipos de tropos nos leva a entender e a ironia com base na oposição, na quebra da expectativa. Esses tropos nos permitem entender os pontos de convergência entre o discurso histórico e a narrativa ficcional, tanto nas estratégias que usa para dar significado aos eventos quanto nos tipos de verdade consideradas, pois segundo o mesmo: “Pode-se comparar a “história” a “literatura” em razão do seu interesse mais no “real” eu no “possível”, o que é supostamente o objeto de representação das obras literárias” (WHITE, 2014, p.105). A crônica permite que diferentes elementos coexistam em seu interior: os fatos histórico-sociais e a invenção literária. Sobre isso o historiador Gervácio Aranha afirma que:

A crônica, como qualquer outro gênero literário, pressupõe um processo de elaboração que, mesmo marcado pela ideia de criação literária, onde se sobressai

o olhar do criador, se dá enquanto representação do mundo social e histórico em que o mesmo está inserido. (ARANHA, 2009, p. 7)

Dessa forma, nenhuma leitura poderá ignorar o contexto social de onde emergem os textos, os dois serão importantes para suas mútuas compreensões. José Marques de Melo dirá que: “a crônica na imprensa brasileira [...] é um gênero jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de atualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real.” (MELO, 2002, p. 148).

Mas tal fator não inviabiliza o uso da crônica enquanto objeto de pesquisa científica/acadêmica, pois a poeticidade e a ficção não lhe tomam daquilo que são primeiramente: textos produzidos por sujeitos reais, sobre isso, Dubiela nos alerta que: “apesar de suas transformações ao longo do tempo, a crônica mantém a raiz híbrida, pois usa como matéria prima um fato real e como veículos principal o jornal, a revista e os meios eletrônicos.” (DUBIELA, 2010, p. 24). Assim, o jornal confere a crônica a concretude que ela precisa para tornar-se fonte, independentemente desses escritos, posteriormente virem a compor livros, tal como aconteceu as crônicas de Luis Fernando Verissimo. Afrânio Coutinho, importante teórico na área de Literatura, diz sobre a hibridez da crônica que:

[...] classifica-se como expressão literária híbrida, ou múltipla, de vez que pode assumir a forma de alegoria, necrológico, entrevista, invectiva, apelo, resenha, confissão, monólogo, diálogo em torno de personagens reais e/ou imaginários, etc. A análise dessas várias facetas permite inferir que a crônica constitui o lugar geométrico entre poesia (lírica) e o conto: implicando sempre a visão pessoal, subjetiva, ante um fato qualquer do cotidiano. (COUTINHO, 1988, p. 305)

Ao nosso ver, o cronista é detentor de uma sensibilidade singular que o predispõe a captar com grande intensidade lances da vida cotidiana que nos escapa, por serem deveras banais e não raro desprezíveis, e transpô-los para as páginas de um jornal, esses pequenos fragmentos de nossa realidade, do nosso existir comum, mais tarde são apreendidos e úteis na reconstituição de momentos históricos. A crônica se interessa justamente por aquelas coisas relegadas ao esquecimento pela grande maioria dos escritos jornalísticos, aquilo que Sá chama de “disperso conteúdo humano” (SÁ, 1985, p. 22). Rogério Menezes no texto *Relações entre a crônica, o romance e o jornalismo*, afirma:

De Rubem Braga a Luis Fernando Verissimo, passando por Machado de Assis e João do Rio, o olhar do cronista sobre o mundo é esse, de certo estranhamento, de tentar descobrir (e achar) fissuras do real, o que parece invisível para a maioria das pessoas. (MENEZES, 2002, p. 165)

Esteticamente, a crônica empresta valores conotativos aos eventos sociais, ou seja, o uso figurado que ele faz de elementos reais, tornam-se passíveis de novos significados a depender do contexto em que estão inseridos. Mas a crônica não se circunscreve apenas a isto, Pereira no alerta que:

A crônica no jornal impresso tem várias formas linguísticas que (1) podem estar no plano da denotação, reelaborando notícias ou (2) podem ocupar níveis de conotação, se aproximando da ficção. Portanto o que define a crônica no jornal é a sua capacidade de conceber várias expressões estéticas. (PEREIRA, 2014, p. 35-6)

A liberdade que esse gênero literário tem para tratar de temas diversos inerentes ao cotidiano ou não, lhe garante a pluralidade de discursos. Em História, o que mais interessa não são as características estéticas enquanto objeto de análise, mas nos ancoramos muito mais nos conteúdos, de onde a partir de exercícios hermenêuticos buscamos extrair a matéria prima para o nosso exercício historiográfico.

Mas, ainda é importante que pensemos na forma como o cronista introduz os assuntos abordados nas crônicas, o recurso conotativo nesse caso é fundamental. Posto que, na tentativa de desvencilhar de um relato tal e qual do cotidiano e dos acontecimentos retratados, ele utiliza-se do recurso favorecido pela linguagem figurada para garantir a leveza da crônica bem como o encantamento que ela exerce sobre os leitores. Sidney Chalhoub, em seus estudos acerca da obra machadiana dirá que: “surgidas ao acaso, da espontaneidade de uma conversa, a crônica teria como uma de suas características primeiras a leveza. (CHALHOUB et. al., 2005, p. 9)

Por isso, a crônica será sempre dita expressão da literatura, mesmo que o suporte (o jornal) não o seja. Por isso Jorge de Sá afirmara que “a crônica é, pois, uma narrativa curta por excelência, uma “conversa fiada”, como dizia Vinícius de Moraes, mas que recebe um tratamento literário, mesmo que não seja considerado ficcional” (SÁ, 1985, p. 28). Dessa forma, percebemos uma quebra dentro da estrutura jornalística na medida em que a crônica surge como elemento não de reforço das matérias jornalísticas, mas destoante delas, tanto no estilo quanto na abordagem.

É necessário observar o que diz Marcelo Coelho no texto Notícias sobre a crônica, ele nos faz compreender que a crônica parece querer relativizar os conteúdos em relação as outras seções presentes no jornal, ele também ressalta sua liberdade estilística quando diz que:

O propósito da crônica é fixar um ponto de vista individual, externos aos fatos, externo ao próprio jornal. Daí que a crônica seja feita também com a intenção de ser publicada em livro depois. [...] A crônica é um texto de ficção, mas pode ser de não-ficção, é lírico, mas também pode ser puramente humorístico, é em prosa, mas pode ser em verso também. (COELHO, 2002, p. 157).

A crônica, dessa forma, foge das formalidades sociais que os textos da grande mídia tanto prezam. Sendo assim, ela assume e reafirma que, na contemporaneidade atua enquanto um texto mais opinativo do que informativo, diferentemente do que fora no passado. E que suas funções são muito mais de deleitar, divertir do que fazer entender um acontecimento tão simplesmente pelo relato.

É na desmistificação do cotidiano político empreendida pelo cronista Luis Fernando Verissimo que se aporta essa pesquisa. Na leitura de suas crônicas nos deparamos com trechos de leveza e humor que nos fismam e nos provocam riso, mas também tombamos sobre retratos de um Brasil desigual, carente de mudanças sociais, vitimado pela corrupção, pela inflação, pela falta de emprego e tantos outros problemas. Sobre tal fator, Saliba afirmará que:

Mas em alguns momentos, sobretudo nas crises políticas nas quais estes humoristas (ou as publicações nas quais eles trabalham) se engajam, é que traços deste cômico agressivo e cheio de ressentimentos sociais aparecem. [...] O humor ao canalizar ódios e ressentimentos, transforma-se numa forma privilegiada, embora efêmera, de representação da sociedade. (SALIBA, 2002, p.113)

É importante pensarmos a crônica como exercício político dentro daquilo que chamaremos, por conveniência, de “militância de papel”, na qual o autor desempenha a importante função de tocar as pessoas, de lhes fazer surtir alguma reflexão por meio de seus textos. Sobre tal fato o historiador Elio Flores dirá que:

O fundamental para a historiografia que procuraria tratar do humor político não se vincularia tanto a leituras semióticas da charge e da crônica, mas sim a apreensão dessas fontes como artefatos e bens simbólicos na luta política que se trava nas esferas e instâncias do poder relacional e institucional (FLORES, 2015, p. 15)

Verissimo é, sem dúvida, no contexto dos anos 1990, um militante, que de posse da oportunidade de publicar num dos maiores periódicos brasileiros, o *Jornal do Brasil*, se empenhou em fazer uma verdadeira oposição ao governo vigente. Mesmo quando todo o editorial estivesse comprometido em fazer ver as “belezas e doçuras” do inovador governo de FHC, sua crônica representava um grito destoante, comprometida em mostrar que o cenário não agradava em tudo, nem a todos.

Para essa dissertação de mestrado, foram selecionadas cerca de setenta crônicas de autoria de Luis Fernando Verissimo, escritas entre os anos de 1994 a 1998 para o *Jornal do*

*Brasil*, periódico carioca existente desde o século XIX. Algumas dessas crônicas, posteriormente foram reunidas pelo autor no livro *A Versão dos Afogados: Novas Comédias da Vida Pública* (L&PM, 1997). As crônicas encontram-se na sessão Opinião do referido jornal, mais especificamente em uma “coluna” que levava o sobrenome do autor: Veríssimo. Tais escritos, elaboram sua visão acerca do governo que se instaurou a partir de primeiro de janeiro de 1995 no Brasil.

Diante destas tantas assertivas, é compreensível o esforço de inserir a crônica, este gênero literário e, sobretudo histórico, produto dos imaginários que povoam sua época e seu lugar, na categoria de um elemento da cultura histórica, esta que nas palavras de Elio Flores, pode ser narrada pelo cronista, pelo jornalista, pelo cineasta, pelo memorialista, desde que este seja sensível com o seu tempo.

Concordamos aqui, que as crônicas são representações, da forma como concebe o historiador francês Roger Chartier (1990), que afirma que representações dizem respeito ao modo como em diferentes épocas e lugares a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. Ele acredita que os sentidos que são produzidos pelas representações podem mudar, de acordo com o nosso olhar, com o olhar de cada época, pois são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder bem como pelos interesses de determinados grupos sociais.

E as representações buscadas nessa pesquisa são as concernentes ao governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente da República por dois mandatos consecutivos (1995 – 1998; 1999 – 2002). Cardoso sociólogo de formação, licenciado pela Universidade de São Paulo – da qual é professor emérito – tendo dedicado parte de sua carreira ao pensamento social brasileiro e se engajado na luta política contra o regime militar instalado no país a partir de 1964. Viveu exilado no Chile e na França, onde lecionou até voltar ao Brasil, e, ser aposentado compulsoriamente em 1969.

No campo político foi Senador da República, pelo Estado de São Paulo, fundador do PSDB e Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda do Governo Itamar Franco, criador do Plano Real<sup>2</sup>, que viria modificar significativamente a economia brasileira. No campo pessoal foi casado com a antropóloga Ruth Corrêa Leite Cardoso com quem teve três filhos. Atualmente é presidente de honra do PSDB.

---

<sup>2</sup> O Plano Real foi um conjunto de medidas empreendidas no governo de Itamar Franco pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, o programa tinha entre outras finalidades a estabilização econômica acabando com a inflação que assolava o Brasil, lançando em 1994 a Unidade Real de Valor (URV) e posteriormente uma moeda definitiva, o real.

O presidente, outrora intelectual renomado e militante das causas em prol da democracia foi bastante criticado em seu governo, sobretudo por demonstrar-se destoante de tudo que havia pregado ao longo de sua carreira acadêmica, sendo que as principais críticas deram-se no sentido de discordância das medidas de privatização de empresas estatais, bem como de escândalos de corrupção que se sucediam ao longo dos oito anos em que estivera a frente das decisões do Estado brasileiro.

Pensar a metodologia dessa pesquisa, nos levou a considerar o que diz Hayden White quando afirma que:

Eu diria que as histórias conseguem parte do seu efeito explicativa graças ao êxito em criar estórias de simples crônicas; e as estórias por sua vez, são criadas das crônicas graças a uma operação que chamei de “urdidura de enredo”. E por urdidura de enredo entendo simplesmente a codificação dos fatos contidos na crônica em forma de componentes típicos específicos de estruturas de enredo. (WHITE, 2014, p.100)

Num exercício de urdidura, que consiste em tecer fios, entrelaçar, ou, em outras palavras criar uma trama entre os fatos, atrelar estes fatos a estória, ao enredo que procuramos aqui criar, foi que se delineou a metodologia de análise das crônicas de Luis Fernando Verissimo para composição desse trabalho, optamos, como será visto adiante, por privilegiar as ironias do tempo, das quais está envolvida a figura de Fernando Henrique Cardoso, personagem dessa pesquisa, é obvio que essa escolha é uma decisão nossa enquanto historiadores da política do tempo presente, corroborando com o que diz White:

Considerados como elementos potenciais de uma estória, os acontecimentos históricos são de valor neutro. Se acabam encontrando seu lugar numa estória que é trágica, cômica, romântica ou irônica. [...], isso vai depender da decisão do historiador em configurá-los de acordo com os imperativos de uma estrutura de enredo [...] em vez de outra. (WHITE, 2014, p.101)

Acreditamos, como o autor que a história, bem como a literatura constituem-se em artefatos verbais, produtos do uso da linguagem, portanto, antes do discurso – histórico ou literário – ser compreendido como produtor de um conhecimento específico, ele deve antes ser analisado como uma estrutura de linguagem, na qual muitos outros elementos estão contidos.

Entendemos os textos analisados aqui, como narrativas, a luz do pensamento de White, mas, para instrumentalização de nossas análises, buscamos na área da comunicação, mais especificamente com Luiz Gonzaga Motta e sua análise pragmática da narrativa como um “modo de expressão universal, que atravessa o jornalismo, o cinema, a telenovela, a fotografia, a publicidade, o conteúdo das novas mídias” (MOTTA, 2013, p. 9), acreditando

que ela seja um “processo universal de constituição da realidade (ficcional ou fática)” (MOTTA, 2013, p. 10).

Nessa caminhada pelas crônicas, presentes no jornal, entendemos o esforço do autor em produzir sentidos para um determinado fato, uma opinião, um acontecimento, uma postura inerente ao governo FHC, o autor conhece a conjuntura histórica e tece sua narrativa levando aos leitores como forma de proporcionar novos olhares. Motta nos diz que:

A narrativa não é uma expressão ingênua, nem é uma obra fechada em si mesma, mas um sentido em construção. Por um lado, a narrativa é um dispositivo argumentativo que visa seduzir e envolver o interlocutor, desvelando intencionalidades que lhe são implícitas. Por outro lado, ela é uma composição mais heterogênea que homogênea, revelando no processo de sua configuração correlações de poder e disputas pela cocriação e interpretação do sentido público dos eventos. (MOTTA, 2013, p. 12)

Nossa função dentro dessa pesquisa é analisar criticamente essas narrativas, não no sentido de invalidá-las, mas de compreendê-las, posto que essa voz que fala possui uma correspondência entre determinado setor da sociedade. Relacionando a escrita ao seu contexto de produção e recepção corroboramos com o que diz Motta que “o foco deve estar no exterior, no contexto comunicativo. É inconcebível fazer uma análise de um objeto linguístico (a narrativa) como se ele pairasse isolado no espaço estético ou epistemológico” (MOTTA, 2013, p. 120)

Buscamos aqui, identificar e reposicionar um personagem em especial, que possui um determinado papel e funções no desenrolar dos episódios, trata-se de Éfe Agá, uma sátira ao então Presidente (que ficou conhecido, na década de 1990 pelas iniciais FHC), que será analisado mais profundamente a partir do segundo capítulo. É importante ressaltar que a narrativa e as suas possíveis significações são a forma que assume a relação entre atores sociais vivos, concretos, humanos, históricos. Vejamos o que diz, mais uma vez, Motta:

Na análise pragmática da narrativa [...] a atitude crítica se revela na incorporação das contradições sociais do contexto situacional e histórico, na análise do processo comunicativo na identificação dos usos intencionais da linguagem narrativa, dos fins e efeitos de sentido pretendidos e alcançados (ou não) por cada ator social, na identificação das várias vozes manifestadas no texto (MOTTA, 2013, p. 22).

Veremos então que essa metodologia, é um instrumento interpretativo, uma técnica hermenêutica, que revela processos de interpretação e de constituição da realidade historicamente situados, onde há confrontos com outras representações possíveis (MOTTA, 2013, p. 23). Dessa forma, buscamos no método hermenêutico pensar o universo do texto, contribui efetivamente para análise de produções no campo da história.



Para o filósofo francês Paul Ricoeur (1997), a hermenêutica é a teoria das operações de compreensão, ou seja, uma filosofia da interpretação, que abrange símbolos, signos e textos. Esses textos tanto podem ser históricos, quanto ficcionais, logo, pensar a crônica literária dentro desse método torna-se totalmente viável. Para esse autor, os elementos que compõem a narrativa – autor, texto e leitor – contribuem na composição da obra, tal prerrogativa nos permite, enquanto leitor e pesquisador da obra, atribuir a mesma novos significados a partir de nossas leituras, de nossa visão, de nossas diretrizes teóricas.

Partimos então, do objeto, da narrativa para compreender as relações que os produzem, acreditando que “o texto é o ponto de partida para a análise, mas representa apenas o elo entre um narrador e um destinatário em contexto para produzir significado” (MOTTA, 2013, p. 120).

A hermenêutica que tem na fenomenologia a sua base preza por um método de reflexão sobre aquilo que se mostra, ou seja, que busca o além do que aparece, ou que aparenta, no nosso caso, busca-se as entrelinhas na escrita de Verissimo, acreditando que elas revelam dados da nossa história mesmo que não tratem diretamente destes. Para tanto, refletimos sobre o que diz Ricoeur:

A narrativa de ficção é quase história na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história. [...] A relação é, aliás, circular. (RICOEUR, 1997, p. 330)

Essa relação da ficção com a história está muito presente na crônica, que como será discutido no primeiro capítulo do presente trabalho, é uma condição inerente a sua existência. Temos em mente que, essa escrita, tal como a da história é importante por trazer a tona os fatos relevantes a uma época. Sobre isso, Motta nos diz que “fora da narração os fatos são mudos, só falam quando são inseridos numa certa combinação. Os fatos são nus, só fazem sentido quando vestidos pela “alfaiataria do historiador”.” (MOTTA, 2013, p. 45)

Assim, as narrativas só existem em dado contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca ser isoladas. Para analisá-las, precisamos eleger certos elementos do conjunto, examiná-los observar suas conexões, relacioná-los com o contexto. Esse será o esforço empreendido nessa pesquisa com base na hermenêutica, utilizamos “uma técnica de interpretação dos discursos a respeito de uma realidade constituída de fenômenos concretos e abstratos.” (MOTTA, 2013, p. 124)

Para Motta (2013, p. 132), ‘a análise pragmática quer observar a narrativa como um fato cultural’, portanto não podemos conceber as crônicas estudadas apenas como um

produto, objeto ou obra fechada, mas como uma leitura emergente de uma conjuntura histórico, social e político. E mais, aqui, entendemos a cultura como pensa o sociólogo Renato Ortiz, como um espaço de lutas e de distinção social. (ORTIZ, 1988, p. 147)

O presente trabalho, portanto, se insere na linha de pesquisa Cultura, Poder e Identidades, representando uma perspectiva da Nova História Cultural, dentro de uma dimensão não apenas cultural, mas também política, graças a delimitação temporal – história do tempo presente e temática (Luis Fernando Verissimo e seu olhar sobre Fernando Henrique Cardoso através das crônicas publicadas no Jornal do Brasil), com empréstimos e cruzamentos disciplinares a exemplo da Literatura, da Comunicação e da Antropologia.

Ao trabalhar as crônicas de Verissimo, essa pesquisa não se isenta de explorar outras fontes, sobretudo o jornal do qual elas são oriundas, o periódico carioca Jornal do Brasil. Também são utilizados, nessa pesquisa, documentos da época, revistas, trabalhos biográficos, além de textos historiográficos bem como de outras áreas. Num movimento de intercruzar fontes nos permitimos visitar vários campos, colher leituras sobre o período em questão para assim, poder traçar nossa análise.

Esta pesquisa detém-se a uma série específica de crônicas do autor gaúcho. Recortamos do Jornal do Brasil crônicas publicadas entre 1995 e 1998<sup>3</sup>, ou seja, período referente ao primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Verissimo foi um assíduo crítico do governo, desde a eleição de 1994, seu descontentamento aparece três vezes por semana na coluna que leva seu sobrenome, na página 11, sessão de opinião do referido periódico carioca.

O título “Das Ironias do Tempo”, faz referência ao título do mais recente livro de Luis Fernando Verissimo “Ironias do Tempo”, que consiste numa coletânea de crônicas selecionadas por Adriana e Isabel Falcão e publicado pela editora Objetiva no final de 2018. No livro, estão reunidas crônicas sobre política, que foram inicialmente publicadas em importantes jornais brasileiros.

Esse trabalho se divide em três capítulos: no primeiro, intitulado Luis Fernando Verissimo, Historiador, as possibilidades de entender o escritor gaúcho como um produtor de história, na medida em que suas crônicas são vistas como fontes, como elementos de uma cultura histórica. A partir de trechos, buscaremos estabelecer urdiduras entre a ficção e a

---

<sup>3</sup> As crônicas selecionadas para essa pesquisa encontram-se no arquivo do Jornal do Brasil, e pode ser acessada no formato digital através da hemeroteca da Biblioteca Nacional, no endereço: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>, bem como na plataforma do Google: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>.

história e também perceber como o autor pensa a História e outros elementos a ela atrelados, como o tempo, a memória, o fazer historiográfico.

O segundo capítulo, *Éfe Agá e FHC: A História e a Representação da História* na obra de Luis Fernando Verissimo, iremos investigar a representação cômica da figura de Fernando Henrique Cardoso, através das crônicas, observando a dubiedade entre o sociólogo e o presidente, através, sobretudo, do personagem *Éfe Agá* criado por Verissimo dentro das crônicas do *JB*. Nesse capítulo também esboçaremos mais pontualmente aquilo que chamaremos de “militância de papel”, ou seja, a oposição, a crítica empreendida pelo escritor em relação ao presidente.

No terceiro capítulo, intitulada “Esqueçam o que Escrevi”: ironias do tempo no governo FHC, analisaremos as crônicas selecionadas para essa pesquisa, almejando construir um texto que nos dê uma visão, a partir do que propõe o escritor sobre o referido período. Para tanto elegemos algumas categorias, oriundas de leituras que se configuram na condição de temáticas imprescindíveis para se falar sobre o governo FHC. Ressaltamos ainda que as fontes (as crônicas) nesse trabalho, dialogam outros relatos históricos: bibliografia sobre o governo FHC, seus diários, livros de memória, entrevistas, artigos jornalísticos.

## 1. LUIS FERNANDO VERISSIMO, HISTORIADOR

*“Na política, o humor favorável aos governos não tem graça”  
(Elio Chaves Flores)*

Tratar o escritor gaúcho Luis Fernando Verissimo como historiador é considerar que sua produção artístico-literária escreve e reescreve a história do Brasil na conjuntura em que ganha as páginas de um jornal, não exigindo dele o rigor historiográfico exigido pela disciplina histórica, mas levando em conta importantes aspectos ressaltados em suas crônicas.

A exemplo do que fez o historiador Sidney Chalhoub em 2003 com a obra de Machado de Assis, acreditamos na possibilidade de entender nuances de história do Brasil da forma como ele tratou o romance, trataremos aqui as crônicas, que são constituídas de leituras mais fragmentadas do cotidiano, mas que não deixam escapar elementos que revelam tramas de nosso Brasil contemporâneo.

A importância dos escritos de Machado de Assis, está no fato dele ter se empenhado em demonstrar as contradições histórico-sociais, das quais os jornais pouco estavam preocupados em mostrar. Fazendo isso:

Machado cria um novo espaço para o leitor, elabora alguns princípios de linguagem dos jornais da época, pois ao invés de construir fatos em que predomina a visão dos poderosos, dá importância às coisas miúdas do cotidiano, ao falatório nas ruas, às ideias de libertos ou escravos, senhoras e crianças (PEREIRA, 2014, p. 90).

Desta forma, entendemos que o escritor, assume uma postura de denúncia, e mais ainda, ele contradiz todo o sistema, na medida em que privilegia temas caros a segmentos sociais que se encontravam marginalizados àquela época (escravos e libertos, mulheres e crianças). Pereira mais uma vez é incisivo quando diz que:

Machado demonstra em suas crônicas que os protagonistas das informações jornalísticas do século XIX são as opiniões da classe dominante. Elas assumem um caráter doutrinário em relação aos fatos que lhe interessam ou produzem uma contrainformação para destruir acontecimentos que reagem às formas de manutenção do poder. (PEREIRA, 2014, p. 111)

Nesse percurso veremos que a história está presente nas crônicas de Luis Fernando Verissimo, de uma maneira peculiar, investigando, como fez Chalhoub a obra de Machado, as cousas miúdas, os pequenos detalhes do cotidiano, nelas encontramos não só elementos da temporalidade que pretendemos estudar, mas discussões caras à história, ou seja, crônicas

que tratam de memória, tempo, e o próprio fazer historiográfico, como podemos constatar em *História Gorda*, crônica publicada em 21 de dezembro de 1994 no *Jornal do Brasil*, de onde extraímos o seguinte fragmento:

Ao contrário do que se pensa, a História não é uma estenógrafa ascética que fica sentada num canto anotando tudo. É uma senhora gorda e pouco confiável, que prefere uma fofoca a um fato cuja versão varia de acordo com a plateia. Tem pretensões literárias, além de varizes, e um certo gosto pelo drama barato. Há casos em que você lamenta a inexatidão dessa História emotiva de coxas grandes e anseia pelo relato frio de uma estenógrafa. (VERISSIMO, 1997, p. 18)

Esse texto não é o único em que Luis Fernando Verissimo reflete questões concernentes a História pensada e produzida pelos historiadores. A partir dela, nos encontramos com o objetivo desse capítulo: a relação da história com a crônica e vice e versa. Nosso caminho é imaginá-la como fonte e também objeto, acreditando que ela é mais uma visão do que aconteceu num determinado período, em dada sociedade.

Verissimo nos mostra ter a convicção de que a História há muito não se dedica mais ao relato exato, fiel, dos fatos ocorridos, como aquela produzida no século XIX, pautada, sobretudo nos documentos oficiais de Estado, na qual ‘grandes’ homens figuravam na condição de heróis. Por sua vez, a História vai de encontro às coisas pequenas, banais, efêmeras... Buscando nas mais diversas e inimagináveis fontes sua matéria prima. Dessa forma, a história se aproxima da narrativa literária, como aponta Hayden White:

De um modo geral, houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 2014, p.98)

Como uma hipotética senhora a quem mais interessa a fofoca do que um ‘notório’ fato da vida real, a história da qual nos fala o escritor fica de espreita captando pequenas coisas, acontecimentos à margem da “grande história”, preferindo a fofoca a um fato. Não seria essa a História que praticamos hoje em dia nas academias, na sala de aula? Essa história fragmentada que é feita a partir de um ponto de vista, e de um conjunto de fontes que também são (re)inventadas por quem as analisa?

Quando lemos “cuja versão varia de acordo com a plateia”, é prudente identificarmos a referência que se faz à questão da parcialidade, da intervenção do público alvo, ou seja, no receptor a quem a história é destinada. Sabendo que a leitura só se completa com o olhar de quem lê, acreditamos que tanto a escrita quanto à recepção da História é dotada de interesses pessoais e institucionais, logo, nunca inócua.

Outra questão suscitada a partir do fragmento de *A História Gorda*, se refere ao que o autor define como “pretensões literárias” existentes na História, pode ser associado ao fato de que durante muito tempo as narrativas foram temidas e até repugnadas pelos historiadores, mas que nas últimas décadas ganhou mais visibilidade e conseqüentemente um maior crédito, sobretudo com as incursões realizadas por aqueles que se dizem favoráveis ao retorno da narrativa <sup>4</sup>.

Um recurso presente na escrita de Verissimo e que o diferencia de outros cronistas é o fato de inserir em seus escritos determinados assuntos – que inicialmente parecem soltos – para que funcionem como fio condutor para análises críticas de temas polêmicos. O método consiste em esconder sobre máscara do banal, do cômico, do secundário, assuntos que geram problemáticas sociais, que suscitam análises e, sobretudo, compreensão. Sobre tal aspecto, Sérgio de Paiva Alencar nos aponta que,

A crônica tem como características fundamentais a fidelidade ao cotidiano, “pela vinculação temática e analítica que mantém em relação ao que está ocorrendo, aqui e agora; pela captação dos estados emergentes da psicologia coletiva”, e a crítica social, que o cronista realiza de modo dissimulado e com ar despreocupado (ironicamente ou com feição de conversa fiada), como se estivesse falando coisas sem importância, entrando a fundo no significado dos atos e sentimentos humanos. (ALENCAR, 2009, p.5)

A “conversa fiada” de Verissimo é exatamente o que nos interessa nesse texto. As crônicas escritas para o jornal diário, que depois acabaram por compor coletâneas em livro são objetos dessa pesquisa, na medida em que problematizamos seu uso enquanto fontes na produção de um determinado conhecimento do período que compreendeu o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O que nos interessa nesse trabalho é a versão e não a história. Mesmo que essa versão também constitua uma história. Acreditamos, assim como White que, o que nós historiadores produzimos são interpretações dos vestígios do passado, que a matéria prima do nosso ofício. Essas interpretações assumem variadas formas, e o que elas têm em comum é seu tratamento enquanto um modo narrativo de representação dentro do campo histórico. Ao fazer história

---

<sup>4</sup> Segundo Sandra Jatahy Pesavento, “a classificação da história como narrativa ou discurso sobre o real, por óbvia que possa parecer hoje, já foi utilizada no sentido pejorativo, para designar relato de um conteúdo organizado em ordem sequencial, cronológica de acontecimentos de forma descritiva e não analítica, carente de um pressuposto teórico que possibilitasse a interpretação. [...] Foi com a decantada crise dos paradigmas que se deu o retorno da narrativa para o campo da História. Lawrence Stone, discutindo esse retorno, chega a estabelecer uma distinção entre o que chama de narrativa tradicional (aquela tal como fora descrita pela crítica marxista) e uma nova narrativa, influenciada pela Antropologia, trabalhando com o individual e com o coletivo, onde análise se juntaria à descrição e onde se registraria a descoberta de novas fontes e novos temas. (2005, p. 48-49)

também estamos enveredando pela ficção, e não há como fugir disso, mas buscar caminhos que aproximem ao máximo Clio de Calíope, vejamos:

Os historiadores talvez não gostem de pensar que suas obras são traduções do fato em ficções; mas este é um dos efeitos de suas obras. Ao sugerir enredos alternativos de uma dada sequência de eventos históricos, os historiadores fornecem aos eventos históricos todos os possíveis significados que a arte da literatura da sua cultura é capaz de dotá-los. (WHITE, 2014, p. 108)

Percebemos aí, então que nossas construções narrativas, embora no campo da História, não se eximem da ligação com a Literatura, logo, “onde não há narrativa, não existe discurso distintivamente histórico” (WHITE, 1991, p. 2). Dessa forma, a história é antes de mais nada um artefato verbal produto do uso da linguagem. De acordo com ele:

Como estrutura simbólica, a narrativa histórica não *reproduz* os eventos que descreve; ela nos diz a direção em que devemos pensar acerca dos acontecimentos e carrega o nosso pensamento sobre os eventos de valências emocionais diferentes. A narrativa histórica não *imagina* as coisas que indica: ela *traz* à mente imagens das coisas que indica, tal como faz a metáfora. [...] E a nossa compreensão do passado aumenta precisamente no grau com que logramos determinar até que ponto esse passado se adapta às estratégias de dotação de sentido que estão contidas, em suas formas mais puras, na arte literária. (WHITE, 2014, p. 108-109)

Assim, acreditamos que nossa missão aqui não é reproduzir os fatos em sim, mas produzir um determinado olhar, olhar este inspirado em textos da literatura contemporânea, escritas no calor dos acontecimentos. A nossa estratégia de dotação de sentido, como sugere o autor supracitado, segue pelo caminho de captar pela ironia as nuances históricas inerentes aquela época.

E a perspectiva dos que escrevem ao rés-do-chão, é daqueles que estão à margem do poder político e do grande capital. A voz “que vem de baixo” pouco é ouvida, e não é detentor de um espaço privilegiado nos jornais de grande circulação. Essa proximidade da crônica com os que estão a margem, confere a crônica um caráter representativo no jornal. Podemos perceber isso pelo conteúdo vinculado, bem como por meio de sua linguagem despojada, onde até os mais leigos possam entender.

Não podemos, enquanto historiadores do tempo presente, eleger fontes privilegiadas ao fazer historiográfico, na medida em que nenhuma fonte é mais importante que a outra, pois como diz White: “Os documentos históricos não são menos opacos do que os textos estudados pelo crítico literário. Tampouco é mais acessível o mundo figurado por esses documentos. Um não é mais “dado” do que o outro” (WHITE, 2014, p.106).

## 1.1. A crônica de Verissimo como elemento de uma cultura histórica

Não procuramos fazer aqui, com que as crônicas de Luis Fernando Verissimo sejam elevadas ao patamar de produção historiográfica, pois elas não foram produzidas com essa intencionalidade, mas acreditamos na sua potencialidade de fonte, na medida em que são escritos produzidos numa dada temporalidade histórica e tem o contexto nacional como pano de fundo de suas tramas. Dessa forma, acreditamos que as crônicas de Luis Fernando Verissimo que aqui são utilizadas fazem parte daquilo que o historiador Elio Flores, trata como cultura histórica:

Avançamos, pois, no sentido de que a cultura histórica não pode ser uma exclusividade da narrativa dos historiadores, a historiografia. Ela tanto pode ser narrada pelo cronista, jornalista, cineasta, documentarista ou memorialista. Trata-se da história sem historiografia. (FLORES, 2007, p. 14).

Essas narrativas não são elaboradas necessariamente para fins historiográficos, mas que pode ser inserido nessa perspectiva, sobretudo por ser um produto das experiências humanas. Acerca do conceito de cultura histórica, nos apegamos a elucidação de Flores:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (FLORES, 2007, p.13)

Ao considerar que a cultura histórica também consiste nas ideias e representações que se formam em diversos espaços da sociedade, que não estejam necessariamente ligadas a academia nem mesmo ao campo das teorias da história, ou como afirmara Peter Burke “uma história intelectual e cultural geralmente fora dos departamentos de história” (2005, p. 31), podemos crer que a crônica assume a função histórica através de suas narrativas, na medida em que nos auxiliam no desvendar e no compreender determinado dado, período ou fato histórico.

Vista dessa maneira, a ideia de cultura histórica, teria nascido de um empreendimento advindo da terceira geração dos Annales, através de sua preocupação com o tratamento dado as fontes. Mas importante que se ressalve que não é esta geração que primeiro buscou romper com a tradição da história dita ‘positivista’ que tinha nos documentos oficiais seu mais forte ancoradouro, Jacques Le Goff, membro desta terceira geração, atribui tal feito àqueles que iniciaram o movimento francês da historiografia:



Os fundadores dos ‘Annales’ encontravam não apenas o acento posto no econômico, como também no social, aquele social que os seduzira por seu caráter vago que permitia falar de tudo. Porque se tratava de saltar muros, derrubar as divisões que separavam a história das ciências vizinhas, especialmente a sociologia. Sob a etiqueta de social, Lucien Febvre e Marc Bloch encontravam a inspiração sem fronteiras da *Revue desynthèse historique*. (LE GOFF, 1998, p. 30)

É fato, que, há uma corrente de historiadores contemporâneos, para quem as obras literárias são entendidas a luz do conceito de representação. E compreender essas teias de representações passa pelo processo de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.17). Nesse sentido, para este historiador, a empreitada dá-se num movimento que “tome por objetivo a compreensão das representações do mundo social, que o descrevem como pensam que ele é ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p.19).

Dentro do processo da construção historiográfica, o discurso propagado na crônica se aproxima bastante dos fatos, sobretudo através da reflexão que o cronista normalmente faz deles. E é por meio da análise de tais obras, mesmo que numa perspectiva fragmentada, do detalhe, que encontramos uma aproximação com o discurso histórico.

Para alguns historiadores da dita *Nova História Cultural*, a apreensão da história só é possível por meio de representações. Para Sandra Pesavento (2003, p. 53) as representações são operações mentais e históricas, capazes de criar sentidos ao mundo, atribuindo ao mundo diversos significados. Assim, elas ocupam o lugar da realidade, porém, não como uma imagem tal e qual, mas uma representação.

As representações podem ser acessadas pelo historiador por meio de suas fontes, dentre elas as crônicas, que por sua vez também se constituem como representações de um dado real. Roger Chartier, acredita que os sentidos que são produzidos pelas representações podem mudar, de acordo com o nosso olhar, com o olhar de cada época, pois são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder bem como pelos interesses de determinados grupos sociais.

## **1.2. A crônica como instrumento de análise histórico-social**

Perceber como o cronista pensa a História em sua temporalidade, é considerar as formas como ele trata o tempo, a memória, as mudanças sociais e diversos outros temas

inerentes ao ofício do historiador. Mas é preciso também estar atento às críticas ao governo vigente, às denúncias sociais, aos posicionamentos políticos que são expressos nos escritos. Verissimo vai além quando trata de temas mais metodológicos do fazer História, como foi exemplificado no início desse capítulo.

No livro *Aquele Estranho Dia Que Nunca Chega – As Melhores Crônicas de Política e Economia* (Objetiva, 1999), Luis Fernando Verissimo, trata de tais temas com uma visão crítica e bem elaborada, apontando para fatores determinantes de nossa política pós-redemocratização. Mas ao tratar destes temas tão pujantes no campo da história, ele parece abrir um parêntese para pensar sua construção, aqui, ele mostra-se inquieto com marcos históricos da transição do tempo, como visto na crônica *Fim de Uma Era*:

Gostamos de ler a História como uma narrativa literária, pontuada por cenas simbólicas e epifanias – e se forem desastres, melhor ainda. Tipo “a Idade Clássica terminou com o incêndio da biblioteca de Alexandria” ou “o século XIX acabou mesmo com o naufrágio do Titanic”. Vivemos atrás do significado maior de qualquer coisa que resuma uma época ou uma quebra na narrativa, seja a dança da bundinha ou o baile da Ilha Fiscal (VERISSIMO, 1999, p.28).

O trecho anteriormente citado critica algo, bastante pertinente, sobretudo pela sua incidência na chamada historiografia tradicional, a periodização da história, proposta com base em marcos da experiência europeia que muitas vezes não coincide com o resto do mundo. Como aponta Circe Maria Bittencourt:

Na configuração do tempo cronológica existe ainda o problema da periodização. A “tradição escolar”, respaldada pela produção historiográfica, [...] tem se utilizado da divisão de períodos organizados de acordo com a lógica eurocêntrica, seguindo o modelo francês, que inclui povos considerados significativos na formação do “mundo ocidental cristão” – espaço atualmente compreendido pela França, Alemanha, Inglaterra e norte da Itália – e exclui, na maioria das vezes, os demais europeus, também os da Península Ibérica e Balcânica. Por exemplo, a idade antiga da tradição escolar corresponde apenas à Antiguidade Clássica, restrita a alguns povos em torno do Mediterrâneo, excluindo as demais populações mesmo as “civilizadas e letradas”, como as da Ásia e da América. A Idade Média, centrada no mundo do cristianismo romano, fornece poucos indícios para a compreensão das contribuições históricas dos cristãos bizantinos, dos povos islâmicos e dos reinos e tribos africanas que viveram na mesma época, cujos contatos foram fundamentais nas mudanças europeias e na configuração do mundo moderno. (BITTENCOURT, 2011, p. 212-213)

Não obstante, é esse modelo de periodização que é difundido entre os jovens na escola por via do livro didático, e já possui status de naturalidade, sobrevivendo a críticas da academia. Mesmo considerando que organizar os estudos de História por períodos é fundamental, precisamos ter em mente que as marcas de referência não são universais, e

ainda que há a necessidade de se “estabelecer novos critérios quando se criam novos temas e se pretende escapar do domínio da lógica eurocêntrica” (BITTENCOURT, 2011, p. 213).

Vista assim, a história parece ser uma sucessão de fatos lineares, interrompidos por grandes fatos que marcaram época e conseqüentemente mudaram a História. E aqui, nos preferimos optar pela visão de White que afirma que “O importante é que a maioria das sequencias históricas pode ser contada de inúmeras maneiras diferentes, de modo a fornecer interpretações diferentes daqueles eventos e dotá-los de sentidos diferentes” (WHITE, 2014, p. 101)

Verissimo lança seu olhar contemporâneo para eventos descritos pela historiografia tradicional como decisivos, e nos mostra como é redutora esse tipo de história, pois enfatiza episódios, que a História tradicional abordada nas escolas alguns parece considerar de grande relevância, o que acaba por impor determinadas culturas em detrimento de outras.

Marc Bloch, no século passado criticara a fragmentação da história em “partes artificialmente homogêneas” (BLOCH, 1987, p. 29), ele afirma ainda que o tempo é “por natureza, contínuo”, entretanto reconhece que “é também perpétua mudanças”, diante do exposto, podemos pensar que as mudanças ocorridas na história não são necessariamente sinais de rupturas, mas de permanências, na medida em que se delineiam num tempo que não se permite pausas, cortes.

Na crônica intitulada *Lixo*, de 1995, para Verissimo o passado “é o presente metabolizado”, ou seja, são detritos que a humanidade descartara, entretanto, o lixo é elevado à categoria de nossa matéria-prima, ou seja, é com ele que o historiador lida, constrói seu produto final: a história.

Outra propriedade do passado como matéria orgânica é que ele é instável, mudando de significado a cada hora. Cada vez mais o historiador é um laborista a tirar novas teses de velhos fatos e de detritos em decomposição (VERISSIMO, 1997, p. 81)

Verissimo está atento ao fazer história na contemporaneidade, sobretudo daqueles que se dizem seguidores de Nietzsche, que propõem um olhar diferente para o passado, um olhar que o molde, que o mastigue e extraia aquilo que lhe for pertinente, sem objetivar reproduzi-lo tal qual aconteceu.

Um recurso presente na escrita de Verissimo e que o diferencia é o fato de inserir em seus escritos determinados assuntos – que inicialmente parecem soltos – para que funcionem como fio condutor para análises críticas de temas polêmicos. O método consiste em esconder

sobre máscara do banal, do cômico, do secundário, assuntos que geram problemáticas sociais, que suscitam análises e, sobretudo, compreensão.

Outro tema precioso à História é a questão da evolução, o difícil dilema que envolve compreender que a cada instante as coisas estão mudando aos nossos olhos e que a nossa visão sobre elas também caminha passos largos está presente em nossos estudos desde tempos imemoriais. Verissimo através da crônica *Evolução* vem fazer uma analogia ao assunto quando trata do mesmo através das mudanças de padrão de beleza que variam de época para época:

Padrões de beleza variam de cultura pra cultura, o curioso é como variam de época para época. Não falo da aparência, mas da própria estrutura das pessoas. O que há alguns anos era um corpo bonito de mulher hoje não é mais. [...] Durante muitos anos o padrão de mulher ‘boa’ no Brasil foi a vedete tipo violão, lembra? [...] Aos poucos o tipo longilíneo se impôs. (VERISSIMO, 1997, p. 153)

Verissimo preocupa-se com as mudanças ideológicas que ocorrem na sociedade e que povoam o imaginário de todo o mundo. Aqui, ele aborda questões típicas da vida humana só que, por um olhar um tanto inusitado: a passagem dos tempos através das mudanças dos padrões de beleza femininos. Sem recorrer a um recorte brusco, ele vai demonstrando que os elementos vão se sucedendo com o passar do tempo e vão delineando novas formas, novos aspectos.

Da mesma forma ocorre com a História, que se transforma e aparece a cada era com um novo corpo, uma nova forma de ver tal corpo. Mas algo recorrente – e até enriquecedor – na crônica, mas que em história torna-se indesejável é o saudosismo com que o autor trata de temas passados, é necessário que se compreenda que em História cada coisa tem o seu valor naquela época, e que deve ficar nela, caso contrário, cairíamos no anacronismo. Assim, o autor esboça sua visão acerca do tempo, no livro *Em Algum Lugar do Paraíso* (Objetiva, 2011), na crônica homônima:

As datas deveriam nos fixar no tempo como as coordenadas geográficas nos fixam no espaço, mas a analogia não funciona. O tempo não tem pontos fixos, o tempo é uma sombra que dá a volta na Terra [...] já que não há coordenadas fixas para o tempo, contentamo-nos com metáforas fáceis. O novo milênio se estende como um imenso pergaminho à nossa frente, esperando para ser preenchido. Podemos escolher nosso destino, desenhar nossos próprios meridianos e paralelos e prováveis novos mundos (VERISSIMO, 2011, p. 7).

É evidente que para Verissimo o tempo é fugidio, não obedece a ciclos – a não ser os que convencionalmente criaram, como dias, meses, anos – pois nunca um momento é igual

a outro. Mas vale salientar que para ele, o tempo aparece como construção humana, uma folha em branco passível de nossa intervenção para que de fato aconteça algo.

Haverá ainda outros temas históricos abordados por Verissimo num movimento de revisão de tudo que já se produziu sobre determinados fatos, um exemplo pode ser identificado em duas crônicas *Frank (I)* e *Frank (II)*. Em ambas o autor cita os personagens da Mary Shelley: o *Frankenstein*; e de John Polidori: o *Conde Drácula*. Surpreendentemente, ele usa a metáfora dos dois monstros para resumir um evento importante da história contemporânea: *a Revolução Industrial*.

As ciências e as ideias liberais tinham se juntado para criar um monstro. Como o doutor Frankenstein, feito com partes de cadáveres de camponeses, com restos mortais do mundo feudal (VERISSIMO, 1997, p. 33).

No dia seguinte, uma segunda crônica foi publicada com continuidade da primeira, esta dizia:

O vampiro de Polidori é o senhor feudal que chupa o sangue dos outros por uma danoção ancestral, por um vício sem proveito. É a aristocracia sem fins lucrativos recusando-se a largar seu feudo, um inimigo da nova burguesia tanto quanto o proletariado emergente (VERISSIMO, 1997, p. 34)

Porém esta facilidade com o qual o cronista vai de um tema a outro completamente diferente, demonstra sua habilidade e conhecimento para com a História. Jorge de Sá, afirma que “a crônica deve escolher um fato capaz de reunir em si mesmo o ‘disperso conteúdo humano’, pois só assim ela pode cumprir o antigo princípio da literatura: ‘ensinar, comover e deleitar’” (1985, p. 22). E, Verissimo parte de temas corriqueiros (cotidiano, referências literárias, filosofia...) para então abordar aquilo que ele realmente quer falar, que não raramente é de História.

Luis Fernando Verissimo em dados momentos de sua obra aborda aquilo que os pós-estruturalistas concebem enquanto crise dos paradigmas, para ele, o século XX desencadeou uma infinidade de mudanças que abalaram significativamente a mentalidade de todo o mundo, estas mudanças, por conseguinte mudaram os rumos da história bem como interceptaram o sujeito produzindo o encantamento, mas também desencanto, como pode ser descrito na crônica poética *Elegia* de 1995:

Este é o século das ilusões perdidas  
Dos heróis desmascarados

E das certezas falidas  
 Nada era o que parecia  
 O riso era enlatado  
 O socialismo erra errado  
 Marte era um descampado  
 E Rock Hudson era tia (VERISSIMO, 1995, p. 41)

Podemos interpretar esse fragmento pensando na pós-modernidade, num momento em que o cotidiano sofre a invasão das tecnologias de massa, onde o sujeito passa pelo processo de *dessubstancialização* (SANTOS, 1991, p.16), ou seja, perde sua essência em detrimento de uma cultura de massa, homogeneizante. O autor faz referência à “morte de todos os nossos nortes”, este norte seria assim, para onde todas as nossas certezas convergiriam, e que fora fortemente abalado na sociedade pós-guerra. E com relação a tal conjectura, Jair Ferreira dos Santos, enfatiza que:

O pós-moderno encarna estilos de vida e de filosofia nos quais viceja uma ideia: o niilismo, o nada, o vazio, a ausência de valores e de sentido para a vida. Mortos Deus e os grandes ideais do passado, o homem moderno valorizou a Arte, a História, o Desenvolvimento, a Consciência Social para se salvar. Dando adeus a essas ilusões, o homem pós-moderno já sabe que não existe Céu nem sentido para a História, (SANTOS, 1991, p. 10).

Em entrevista à revista *Época*, em junho de 2013, Luis Fernando Verissimo afirmara “*Sou um cético total, mas aberto a revelações*”, a partir disso podemos supor que o *Gigolô das Palavras*<sup>5</sup> tenha sido de fato absorvido por esta onda pós-moderna, de maneira que transparece em sua obra elementos dessa tendência. Entretanto o escritor realiza um movimento de unir estes elementos dito pós-modernos dentro de análise estruturais da sociedade que perpassam a economia, a política, a educação, a cultura de massa.

O escritor Milton Hatoum considera Luis Fernando Verissimo “um cronista da História e da memória, e também um mestre da crítica social e política”, como pode ser visto em comentário que foi incorporado na contracapa do livro *O Mundo é Bárbaro*, publicado por Verissimo em 2008. E inegavelmente são estes aspectos que muito nos interessam, na medida em que objetivamos utilizar seus escritos enquanto fonte na produção historiográfica. Entretanto “só podemos entender uma obra fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra” (CÂNDIDO, 1965, p. 4)

---

<sup>5</sup> Verissimo se assume como um gigolô das palavras na crônica publicada em 1992, que também deu nome ao livro organizado por Maria da Glória Bordini. O trecho diz: “Sou um *gigolô das palavras*. Vivo às suas custas. E tenho com elas a exemplar conduta de um cáften profissional. Abuso delas” (VERISSIMO, 1982, p. 11).

Na crônica *Pilhagem*, ele afirma que “O Brasil é pilhado por sua elite econômica há gerações” (VERISSIMO, 1999, p. 68), o que demonstra sua sensibilidade com o fato de que fomos dominados político-ideológico e economicamente por uma elite que visava tão somente atender seus interesses em detrimento da população desfavorecida socialmente. Assim, critica de forma pertinente o fato da aprovação por parte da opinião pública – diga-se de passagem, a imprensa – ao governo do FHC, fato que “no Brasil, incrivelmente o lado politicamente mais fraco é a maioria da população” (*Idem*, p. 31). Sobre isso, nos relata em sua crônica *A Sexta Explicação*:

Há o desemprego, a recessão, as falências, a falta de saúde pública, os sem-terra, os sem-teto, o caos na educação, na agricultura e no orçamento dos servidores civis, mas nada disso é no Brasil. Pelo menos não no Brasil visitado pelos pesquisadores da opinião pública, que continua dando ao presidente um grau de aprovação só comparável ao do Médici na sua época. (VERISSIMO, 1999, p. 144)

Essa crônica foi escrita na passagem do primeiro para o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, nessa época Verissimo colaborava além do *Jornal do Brasil*, que é objeto dessa pesquisa, mas também com o *Jornal Zero Hora* de Porto Alegre e com o *Globo do Rio de Janeiro*. O encontro da crônica com as questões políticas é bastante profícuo, na medida em que faz revelar, por via da ironia, novos caminhos para pensar este tema tão caro em nossa contemporaneidade. Desse modo, faz-se necessário que se compreenda a abordagem Jorge de Sá acerca deste aspecto:

A magicidade da crônica está presente mesmo nos textos em que a atmosfera política torna o diálogo com o leitor mais referencial. [...] A atmosfera política reafirma assim, o valor sociológico da crônica na construção do painel de uma época. (SÁ, 1985, p. 19)

Assim, a crônica ao abordar política não se desvincula daquilo que tem de mais belo, a poeticidade, nem da sua marca mais notória, o humor, nem tampouco daquilo que eleva o patamar de seu consumo, o prazer do texto. E por outro lado, nos conduz a discussões históricas, na medida em que colaboram para a construção e difusão de um conhecimento mais dinâmico sobre nosso passado recente.

Antônio Candido afirma que o artista, no nosso caso o escritor tem posição e papéis configurados. Nesse sentido veremos que a obra depende dele bem como de suas condições sociais, que acabam por ser determinantes de sua posição (CANDIDO, 1985, p. 35). Cabe a nós, ao analisar estes escritos identificar aspirações e valores daquele tempo atrelados a intencionalidade daquele sujeito.

Os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas, e estas, agindo, permitem por sua vez que os indivíduos possam exprimir-se, encontrando repercussão no grupo. (CANDIDO, 1985, p. 30)

Dessa forma, compreendemos que ideologias, valores, posições político-sociais contribuem efetivamente na constituição do conteúdo das crônicas, a consequência mais lógica disso dá-se pelas as reações esboçadas pelo público, seja de boa receptividade, seja de crítica ou rejeição.

Em janeiro de 2018, como propósito de fortalecer essa pesquisa, entramos em contato, por e-mail com o escritor Luis Fernando Verissimo, que colaborou respondendo um breve questionário onde indagado acerca de suas impressões sobre a recepção das crônicas publicadas no JB durante o governo FHC pelos leitores do referido jornal. Para essa questão sua resposta foi que “É difícil o diálogo entre cronista e leitor. Geralmente se dá na seção de cartas dos jornais. A direita, por alguma razão, escreve mais que a esquerda. Eu recebia muita carta desaforada” (VERISSIMO, 2018)

Por mais difícil que seja o diálogo com o leitor, o autor sabe para quem está escrevendo. Candido diz que “sem o público, não haveria ponto de referência para o autor, cujo esforço se perderia caso não lhe correspondesse uma resposta.” (CANDIDO, 1985, p. 90). Verissimo, ao posicionar-se enquanto um cidadão adepto às ideias da esquerda brasileira, à época representada sobretudo pela figura de Luís Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT), exerce certa militância ao criticar o governo vigente considerado de direita, fazendo isso, veremos que sua postura compactua com o que afirma Candido:

O escritor, numa determinada sociedade não é apenas um *indivíduo* capaz de exprimir sua originalidade [...], mas alguém desempenhando um *papel social*, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores. (CANDIDO, 1985, p. 88)

O papel social, do qual fala Candido, pode ser entendido, se nos voltarmos para Verissimo, como uma “militância de papel”, ou seja, aquela que é exercida de forma intelectual. Verissimo, como todo o conjunto de sua obra – sobretudo aquelas oriundas dos jornais e revistas do qual escreveu sobre política – mostra-se, indignado com os abusos do poder público frente a medidas que prejudicavam aqueles que estavam junto a si, no seu lugar: a classe média.



Verissimo representa essa massa, mas sua atuação não é efetiva como são os dos militantes políticos que se engajam movimentos em prol de causas sociais, mas ocorre por meio da escrita, da crítica compromissada. Sua militância acontece quando ele dá sentido aos acontecimentos por meio de seus textos. A luz do pensamento de Sandra Pesavento, veremos que:

Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade, as representações são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora, coesiva e explicativa do real (PESAVENTO, 2006, p. 39).

O historiador Roger Chartier (1999), afirma que o sentido dos textos são resultados de uma negociação entre invenção literária e práticas do mundo social. Logo, as crônicas podem ser entendidas como uma representação de um mundo real, posto que reflete o comportamento, as concepções, as opiniões de um dado segmento da sociedade indignada com o contexto político brasileiro.

Se para os historiadores a literatura é um testemunho histórico, o é por esse motivo, pelo fato de representar indivíduos, grupos através de ideias esboçadas. As obras literárias são evidências históricas, e todo texto, mesmo que fictício possui uma lógica social, pois são datados e são historicamente condicionados. Seu valor é expresso pela significação que ganham naquele momento em que são produzidos e que vão à tona.

### **1.3. Luis Fernando Verissimo: uma escrita engajada**

Luis Fernando Verissimo nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 26 de setembro de 1936. Filho de Mafalda Halfen Volpe e Érico Veríssimo – consagrado escritor brasileiro. Viveu sua infância entre o Brasil e os Estados Unidos por conta do trabalho de seu pai na Califórnia. Nessas viagens desenvolveu enorme afeição pela música, sobretudo o *jazz*, tornando-se saxofonista. Segundo a escritora Ana Maria Machado, em prefácio a obra *O Santinho*: “Luis Fernando Verissimo queria ser músico e não escritor. Toca saxofone até hoje [...]. Mas como sempre teve um talento danado para as palavras, acabou chegando uma hora em que não deu mais para fugir delas.” (MACHADO, 2001, p. 10).

De volta ao Brasil, prestou serviço ao setor de arte e planejamento da Editora Globo; e, tal ofício foi fundamental para o desenvolvimento de seu talento na arte da crônica, de

acordo com Renato Maciel de Sá, advogado, escritor e líder da banda em que Verissimo passou a integrar a partir de 1959 – Renato e seu Sexteto – “a combinação da profissão de publicitário e da arte musical influenciaram muito o seu estilo literário” (SÁ, 1991, p. 24). Mas a música ficou como hobby, posto que Verissimo passaria parte significativa de sua vida dedicando-se a escrita.

Verissimo foi integrante do Jornal Zero Hora, do Boletim da Câmara de Comércio do Rio de Janeiro, da MPM Propaganda, do Jornal Folha da Manhã, da revista Domingo, da revista Veja, da revista Playboy, do jornal o Estado de S. Paulo, do Jornal do Brasil. Atuou como tradutor e redator no Boletim da Câmara de Comércio do Rio de Janeiro, lá conheceu a carioca Lúcia Helena Massa, com a qual se casou em 1964. Tiveram três filhos: Fernanda (1965), Mariana (1967) e Pedro (1970).

As produções literárias – na maioria, publicada inicialmente nos citados periódicos – passam a ser publicadas em forma de livro a partir de 1973: O Popular (José Olympio), reuniu crônicas escritas entre 1969 e 1972. Nesta obra de estreia, além da escrita, estão presentes algumas ilustrações – charges, cartuns e tirinhas – do autor que desenvolvera paixão pelas artes visuais, afeto que mais tarde seria consolidado na coletânea de tirinhas intitulada *As Cobras*, de 1977. À sua primeira publicação sucederam-se mais algumas dezenas, de forma que, atualmente, conta com mais de setenta livros autorais, além de incontáveis coletâneas, onde aparece ao lado de muitos escritores brasileiros.

Em 1995, Verissimo foi escolhido por um júri de intelectuais O Homem de Ideias do ano. Em 1997 foi eleito o Intelectual do Ano pela União Brasileira de Escritores. Em 2003, foi tema da revista Veja por ser o escritor que mais vendia livros no Brasil, no mesmo ano, seu romance Clube dos Anjos da coleção Plenos Pecados, é apontado com um dos 25 melhores livros daquele período. Por outro lado, o sucesso não o fez livrar-se de sua timidez – é um homem que fala pouco – nem tampouco de sua modéstia, o que fez seu amigo e médico Sabino Loguércio afirmar que: “Luis Fernando Verissimo finge que não é com ele quando ouve dizer que se transformou no maior fenômeno da comunicação escrita brasileira dos últimos tempos”. (LOGUÉRCIO, 1991; p. 22)

Ao todo foram mais de setenta livros publicados, entre coletâneas de crônicas, romance, poesia, artigos de opinião, charges, contos.<sup>6</sup> Além dos livros autorais, Verissimo

---

<sup>6</sup> Principais obras de Luis Fernando Verissimo: Ed Mort e outras histórias (L&PM, 1979); O Analista de Bagé (L&PM, 1981); O Gigolô das Palavras (L&PM, 1982); A Velhinha de Taubaté (L&PM, 1983); A Mulher do Silva (L&PM, 1984); A Mãe do Freud (L&PM, 1985); As Aventuras da Família Brasil (L&PM, 1989); O Suicida e o Computador (L&PM, 1992); Comédias da Vida Privada (L&PM, 1994); Comédias da Vida Pública

compõe também algumas coletâneas em parceria com os maiores escritores de sua época, como Millôr Fernandes, Paulo Mendes Campos, Lygia Fagundes Teles e Zuenir Ventura.<sup>7</sup>

Assim, o homem que queria ser “um misto de George Clooney e Ariano Suassuna” como afirmara à revista *Época* em junho de 2013, continua produzindo crônicas para jornais e livros, no auge de suas oito décadas de existência (completas em março de 2016). Verissimo vem percorrendo todo e qualquer assunto que surja na atualidade, captando à sua maneira, construindo relatos inteligentes, sensíveis e acima de tudo bem-humoradas. Quando a já citada revista lhe indaga sobre de onde vem à inspiração a resposta aparece de forma também humorística:

De onde vêm as ideias, eu não sei. Quando vem uma ideia confio na memória para me lembrar dela, o que raramente funciona. Pior é a sensação de que as melhores ideias são as que a gente esquece. Já tentei andar com um caderninho para anotar as ideias, mas aí elas começaram a vir no chuveiro (VERISSIMO, 2013, p. 1).

Visto que, “autores e obras literárias são acontecimentos datados, historicamente condicionados” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, P. 14), veremos que a obra de Luis Fernando Verissimo é possibilitada pelos acontecimentos históricos de sua época, os quais geram no autor certa inquietação concomitante com os dramas existenciais e banalidades da vida cotidiana. Mergulhar na sua trama é tarefa desafiadora e mais ainda instigante, posto que esse contexto, que tanto nos interessa enquanto historiadores, vem escondido atrás do humor irreverente, da ironia política, do sarcasmo.

---

(L&PM, 1995); Gula – O Clube dos Anjos (Objetiva, 1999); Borges e os Orangotangos Eternos (Companhia das Letras, 2000); As Mentiras que os Homens Contam (Objetiva, 2000); Sexo na Cabeça (L&PM, 2002); O Mundo é Bárbaro (Objetiva, 2008); Diálogos Impossíveis (Objetiva, 2012). Os Últimos Quartetos de Beethoven (Objetiva, 2013); Amor Verissimo (Objetiva, 2014); As Mentiras que as Mulheres Contam (Objetiva, 2015) Ironias do Tempo (Objetiva, 2018).

<sup>7</sup> As coletâneas mais conhecidas são Para Gostar de Ler (Editora Ática, 1981); Histórias de Humor (Editora Scipione, 2003); Crônicas de Amor (Editora Ceres, 1986); Humor nos Tempos de Collor (L&PM, 1992).



Figura 1: Página do Jornal do Brasil do dia 03 de janeiro de 1995

A imagem anterior, ilustra a coluna Verissimo no JB, o autor gaúcho passa a integrar o corpo do referido periódico na década de 1970. Na já citada entrevista em colaboração a esta pesquisa, Verissimo conta como se deu essa atuação “Comecei no JB em 1975. O Elio Gaspari conhecia meu trabalho e me recomendou para substituir o Carlos Eduardo Novaes. [...] comecei fazendo duas colunas por semana no jornal, depois passei para a revista de domingo.” (VERISSIMO, 2018). Dessa forma, por mais de duas décadas, três dias por semana, os brasileiros, sobretudo os cariocas, puderam abrir a página 11 do JB e deliciar-se com doses de humor, ironia, sarcasmo escrito de forma inteligente e lúdica.

Verissimo ainda estava no início de sua carreira literária quando passou a integrar o JB, tendo apenas dois livros publicados *O Popular* (José Olympio, 1973) e *As Cobras* (L&PM, 1973) frutos de suas experiências com tirinhas e crônicas nos jornais gaúchos: *Zero Hora* e *Folha da Manhã* (ambos de Porto Alegre). Logo, fazer parte de um dos maiores jornais em circulação no Brasil lhe serviria como uma guinada, que alavancaria sua carreira como escritor.

Na década de 1990, o autor já era conhecido em todo território nacional e também já possuía obras traduzidas em diversos países. Seus personagens eram conhecidos e a venda de livros lhe garantiria muito sucesso no meio editorial. Tais fatores fizeram de Verissimo,

dentro do *Jornal do Brasil* uma figura excepcional, sem formação acadêmica, soube transitar pelas letras, pelas artes, pelo jornalismo. Sua liberdade, talvez resida aí. Indagado sobre sua atuação do mesmo, ele demonstra uma postura bastante independente do jornal em que está sendo veiculado,

O que escrevi no JB, e escrevo até hoje, sempre foi o que eu penso. [...]. Nunca sofri nenhuma restrição no jornal. Fui bastante crítico do governo Fernando Henrique, mas acho que não fui nem muito agressivo nem injusto. Era tudo feito com humor (VERISSIMO, 2018).

A escrita de Verissimo nesse conjunto de crônicas enquadra-se naquilo que muitos autores, seguindo os passos do filósofo francês Jean-Paul Sartre que diz que “falar é agir”, denominam de literatura engajada. Um autor engajado compromete-se em fazer com que suas palavras tenham um efeito sobre seu público-alvo, sobre isso, a professora Francigelda Ribeiro afirma:

A literatura engajada não é a que abdica da atividade sobre o trabalho da forma sem a qual [o autor] faria literatura de propaganda, é antes uma questão de modificar lhe o sentido, deixando de fazer disso um fim em si para tentar fazê-la servir as causas sociais. (RIBEIRO, 2009, p. 2)

Tendo em vista, que escrever é engajar-se, o autor, busca, no leitor uma forma de cumplicidade, na medida em que escreve tendo como referência dada situação social, que muitas vezes, não é a sua, mas de toda forma, é uma situação que lhe tira de sua zona de conforto, lhe faz refletir, e fazer com o que o outro (leitor) também reflita. Ao que a socióloga Alzira Alves de Abreu afirma sobre o escritor engajado:

No sentido dado por Sartre [o escritor engajado] denuncia os abusos e as injustiças por meio da literatura, por que esta é, pra ele, “a essência da tomada de posição”. Ao narrar, contar, explicar, analisar, o escritor desnuda o real, e, nesse momento, está agindo sobre o real, porque “falar é agir”. Ser engajado é participar de um conjunto de valores, atitudes, de um processo de identidade. (ABREU, 2003, p. 17-18)

O engajamento empreendido por Verissimo, não busca um fim político em si, na medida em que este não almeja investidura em nenhum cargo político, é, em contra partida, um investimento voluntário, que visa tão somente denunciar as irregularidades encontradas num sistema, militando ou não, sendo favorável ou não a determinado partido ou movimento político, o autor, mantém-se a margem dessas discussões, sua luta é no plano das ideias, seu engajamento é no papel, sua missão é mostrar aos leitores uma outra face do governo, a corrupção, os escândalos, o descomprometimento com a questão social.

O próprio Sartre, no ensaio “Que é a literatura?” publicado no ano de 1948, percebe o engajamento literário enquanto “um fenômeno intrínseco à consciência lúdica do escritor,

em reconhecer-se como pertencente ao mundo.” (RIBEIRO, 2009, p. 4). Assim, ao escrever, o escritor, estaria desempenhando seu papel social de representante, de porta-voz de determinadas ideias e posições. Ribeiro afirma que:

Um escritor em engajado quando trata de tornar a mais lúcida e integral consciência de ter embarcado, isto é, quando faz o engajamento passar, para si e para os outros, da espontaneidade imediata ao plano refletido. O escritor é mediador por excelência, e seu engajamento é a mediação. Mas se é verdade que se deve pedir contas à sua obra a partir da sua condição, é preciso lembrar ainda que sua condição não é apenas a de um homem em geral, mas também, precisamente, a de um escritor. (RIBEIRO, 2009, p. 4)

Vale salientar também que o cronista, assumia declaradamente uma postura de esquerda, que fora eleitor de Luís Inácio Lula da Silva desde 1989, e acreditava que um governo de esquerda seria mais sensível à questão da pobreza, da mal distribuição de renda, da geração de empregos, da distribuição de renda, do que um governo de direita, elitista, pautado na ideia de livre mercado, privatização e exclusão social. Eduardo de Assis Duarte, toca na questão da ideologia da seguinte forma:

A investigação das relações e dos limites existentes entre arte e ideologia permitem-nos refletir a respeito do impacto exercido por essas pulsões da História por sobre o campo da produção literária. O estabelecimento desses limites passa necessariamente por concepções que ora aproximam, ora distanciam o estético do político e o ficcional do factual. No entanto, não há dúvida de que é nos momentos de convulsão e abalo que o literário mais se acerca da História, investindo-se não apenas da condição de testemunho e documento, mas até mesmo ambicionando intervir no curso dos acontecimentos. (DUARTE, 2005, p. 24)

Ao nosso ver, a literatura, mesmo aquela vinculada ao jornal que, é um meio de comunicação de massa, tem o potencial de revelação, e essa revelação é desafiadora, pois, na maioria dos casos, ela mostra o contrário do que o conteúdo do jornal (e/ou até outros veículos) estariam afirmando. Assim, é prudente o que afirma Ribeiro quando diz que “o desvelamento do mundo por meio da literatura tenciona mudança social.” (RIBEIRO, 2009, p. 4).

Luis Fernando Verissimo pode até não “levantar bandeira” de nenhuma causa, mas suas crônicas revelam que existe a luta por essas causas, que há uma parcela da sociedade que é vítima de um governo injusto, e é defendendo-os que ele se empenha em fazê-los enxergar essa realidade, e dessa forma, ele acaba por ir contra uma outra parcela (aquela mesmo que tem o poder aquisitivo, que é inclusive a compradora dos jornais nos quais ele publica) que é beneficiada em detrimento dos mais pobres. Nesse movimento, percebemos um verdadeiro engajamento do autor, como afirma Thiago Abrahão:

Aos que defendem o engajamento, porém, consideram crítica e honestamente que, apesar de não poder modificar diretamente a realidade, a literatura, ao apontar e criticar, tem o poder de provocar reflexão diante de um mundo em crise e

reinventar os alicerces de uma época – revisitando o passado, reconsiderando o presente e projetando o futuro. A literatura é capaz, pois, de fazer as pessoas reavaliarem o próprio comportamento – e indiretamente a (o menos a sua) realidade –, não apenas denunciando os abusos, mas também, desvendando o sentido relativo dos valores que regem o mundo humano. (ABRAHÃO, 2013, p. 4)

Sartre considera a literatura como tomada de consciência da conjuntura alienante e conformada, a crônica, de Verissimo dentro do JB, condiz com o que propõe Sartre, ela é um esforço para combater a alienação, e também a hipocrisia. Todos sabemos o quanto o governo FHC foi incisivo para as maiorias pobres, que se viram mais ainda imersos na pobreza, por mais que os jornais mostrassem que estávamos em pleno desenvolvimento.

Assim, estudar a obra – ou pelo menos parte dela – do escritor gaúcho Luis Fernando Verissimo é levar em conta que seus escritos estão na contramão do que dizem grande parte veículos de comunicação de sua época, mas isso, só reafirma a ideia que temos de que o escritor dribla “a cultura das massas”, expõe sua opinião própria, fazendo a todos enxergar uma outra versão dos fatos, Verissimo contesta, critica, insere dentro de sua história um olhar para as camadas subdesenvolvidas. Para tanto, sua atuação condiz com o que diz Abrahão:

Sartre define a situação do escritor enquanto um ser histórico capaz de estabelecer um contato histórico entre seus leitores, também seres históricos, por meio dos fatos, dos costumes, das instituições e dos pensamentos que aborda em suas obras, não devendo, por conseguinte, alienar-se de sua contemporaneidade. (ABRAHÃO, 2013, p. 2)

Diante de tudo isso que foi dito, compreendemos quão importante é o papel do escritor, que é historicizado nessas páginas, ele não tem, de forma alguma, a pretensão de escrever pensando na História, mas nós, enquanto historiadores, nos apropriamos de sua obra para pensá-la enquanto fonte e também enquanto um instrumento de luta diante de um governo desigual, injusto, que oprime a população com suas políticas elitistas e excludentes. É prudente reconhecermos o que diz Alzira Alves de Abreu sobre o engajamento às vésperas no século XXI:

Chegamos ao final do milênio com uma nova concepção de engajamento político e com novas formas de mobilização social. [...] Os anos 1990 assistiram ao surgimento dos movimentos de defesa dos excluídos, mas esses movimentos não fazem parte de um projeto de transformação da sociedade para resolver os problemas que impedem o acesso de uma parcela da população ao emprego, à terra, à educação, à salários dignos e aos direitos assegurados na Constituição. (ABREU, 2003, p. 69)

Assim, veremos que o escritor não se compromete com um projeto de transformação social, isso só reforça a ideia que já esboçamos de que se trata de uma militância de papel, o escritor, apenas tem uma função de mediador das ideias, ao passo, que a mudança não cabe

a ele, mas aqueles no qual ele acendeu a chama, aos que foram tocados pelas revelações, aos que se sentem parte prejudicada pelas ações governamentais.

#### **1.4. Galeria de tipos: personagens que tecem a história**

O caminho pelo qual nos leva Verissimo é amplo e de difícil tráfego, na medida em que o leque de temáticas que se abre ao percorremos sua vasta obra – quase cinquentenária – dificulta que aportemos em uma só sem que não nos apeguemos as demais, para tanto, incumbido da tarefa de selecionar/recortar alguns desses personagens/perfis, optamos por dar maior visibilidade aqueles que se encaixem na perspectiva de representar – mesmo que satirizando – determinados arquétipos intrínsecos na sociedade brasileira, que já foram teorizados por outros autores, como por exemplo, Roberto da Mata em “O que faz o Brasil Brasil”.

Ao longo de sua trajetória como escritor, sobretudo cronista, Luis Fernando Verissimo deu vida a diversos personagens que de uma forma ou de outra marcaram o imaginário de seus leitores e nos divertiram bastante com suas características excêntricas, exageradas, que na maioria das vezes satirizavam determinados segmentos da sociedade brasileira urdidos de um humor inigualável. Acreditando na possibilidade de que os personagens aos quais se refere este trabalho são impregnados de historicidade, inviabiliza-se a análise que se sucederá.

Tendo como pressuposto principal o que diz a historiadora Sandra Pesavento a respeito dos personagens ficcionais (quando se refere a Balzac e Machado de Assis), torna-se possível caminhar entre as figuras de Verissimo, percebendo que estes,

Existiram enquanto possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo. (PESAVENTO, 2006, p. 2)

Os personagens criados por Verissimo são muitos e estão sempre aparecendo de alguma forma em seus livros. Além do personagem principal desse trabalho, o Éfe Agá que será analisado nos próximos capítulos, selecionamos aqui uma amostra composta por mais três personagens, dos quais extraímos sua importância histórica, a fim de compreendê-los



como síntese de determinados perfis existentes no Brasil. Os selecionados seguem uma ordem temporal: Ed Mort, criado em 1979; A Velhinha de Taubaté, de 1983, e por último a socialite Dora Avante, a Dorinha que aparece diversas obras do autor sempre lhe mandando cartas.

Em 1979 Luis Fernando Verissimo criou um personagem que entraria para a história por se tratar de uma paródia dos detetives clássicos da literatura policial. Seu nome é Ed Mort. Este atrapalhado profissional resolve os casos mais inusitados de um jeitinho bastante peculiar, instalado num pequeno escritório em Copacabana, dividido com dezessete baratas e um rato chamado Voltaire. Na porta de sua sala há uma plaqueta com seu nome: Mort. Ed Mort. Seus únicos objetos de valor são uma caneta Bic e um telefone mudo. Seu carro está num estacionamento há três anos porque não tem dinheiro para pagar a estada.

A crônica onde esse inusitado detetive aparece pela primeira vez é intitulada *A Armadilha*, carro-chefe do livro *Ed Mort e Outras Histórias* lançado pela editora *Círculo do Livro* em 1979. Ela é responsável por nos apresentar o personagem de língua afiada, coração sensível e sempre despossuído de dinheiro. O detetive de Verissimo consiste numa espécie de paródia do detetive inglês Sherlock Holmes, do escritor Sir. Arthur Conan Doyle. Sobre *paródia*, Jorge de Sá nos informa que se trata de um “texto escrito em função do outro cujo eixo ideológico precisa ser deslocado para que o leitor possa ver mais claramente a verdade que ficou escamoteada no primeiro texto.” (SÁ, 1985, p. 89). Logo, a relação também é de intertextualidade.

Entretanto, o propósito dessa análise não é buscar como referente à produção inglesa, mas o contexto nacional, de onde emerge o detetive Ed Mort. Perceber as características da brasilidade presente no personagem. A verdade é que, na busca por solucionar casos – como maridos desaparecidos – ele sempre acaba por se envolver em alguma confusão, além de sempre apaixonar-se por suas clientes. Entretanto, o que mais nos interessa nesse personagem é o fato dele representar o velho chavão do *jeitinho brasileiro*, na medida em que as soluções para os casos que lhe são confiados sempre são impregnados de certa malandragem. Sobre esse jeitinho é explicitado por Roberto DaMatta em *O que faz o Brasil, Brasil?* (Rocco, 2001):

O “jeito” é um modo e estilo de realizar [...]. É, sobretudo, um modo simpático, desesperado e humano de relacionar o impessoal com o pessoal; nos casos – ou no caso – de permitir juntar um problema pessoal (atraso, falta de dinheiro [...]). Em geral, o jeitinho é um modo pacífico e até mesmo legítimo de resolver tais problemas. (DAMATTA, 2001, p. 99)

Na crônica *Ed Mort vai fundo*, o detetive fica perplexo com a beleza de uma cliente que entra em seu escritório para solicitar seus serviços a fim de encontrar o marido, com a narração sempre em primeira pessoa reproduz seu pensamento: “Dizer que era uma mulher é fazer uma injustiça. Era o que vem depois da mulher. Fantástica. As baratas se dispersaram. Ela perguntou se estava interrompendo alguma coisa. – Só o meu ritmo cardíaco – respondi.” (VERISSIMO, 1979, p. 143).

O desenrolar das histórias do detetive são totalmente inesperados, uma vez que Ed Mort parte para a investigação e a narrativa passa por algumas peripécias, mas ao final os casos são solucionados, ora pelas artimanhas empreendidas por Ed Mort, ora pelo próprio curso natural dos acontecimentos, sem que haja a intervenção do profissional do mistério. Como recompensa, recebe por várias vezes apenas um sorriso, o que lhe parece ser de bom grado. A malandragem presente na figura de Ed Mort, inerente ao brasileiro, é aquela citada também por Roberto DaMatta:

O malandro, portanto, seria um profissional do “jeitinho” e da arte de sobreviver nas situações mais difíceis. [...] O uso de “expedientes”, de “histórias”, e de “contos de vigário”, artifícios pessoais que nada mais são que modos engenhosos de tirar partido de certas situações. (2001, p. 102)

O antropólogo autor de *Carnavais, Malandros e Heróis* (Rocco, 1997), afirma ainda que “a malandragem é um modo possível de ser” (2001, p. 105), e é dessa forma que Ed Mort age, usando das mais esdrúxulas engenharias para então obter sucesso em suas empreitadas, mesmo que este sucesso seja, na maioria das vezes, comida, sorrisos femininos, posto que nunca lhe pagam em dinheiro por seus “serviços”.

Em 1983, um dos personagens mais conhecidos de Luis Fernando Verissimo ganhava vida e notoriedade por retratar uma sátira da vida real num momento em que o país era tomado por um ceticismo com relação ao regime militar. Concomitante uma esperança de que bons ventos de mudanças estavam prestes a ser soprado, com a chamada abertura política, durante o mandato do general João Baptista Figueiredo. Estamos no referindo a *Velhinha de Taubaté*, “a última pessoa no Brasil que ainda acreditava no governo”, como dissera seu criador.

A velhinha, que acompanhava tudo pela televisão, é descrita como “o último bastião da credulidade nacional”, atraindo inclusive a atenção tanto da mídia quanto do centro do poder em Brasília, que se empenham em fornecer as melhores versões possíveis a fim de dissimular os escândalos políticos. É interessante perceber que as iniciais do seu nome, pelas quais muitas vezes é tratada por VT, é o contrário de TV, logo a crítica de Verissimo não

destina-se tão somente aos governos acompanhados religiosamente pela velhinha – desde Getúlio Vargas –, mas também a mídia, e sua forma corruptora e manipuladora de assegurar a permanência no poder daqueles que a ela favorecem.

Nossa personagem anciã aparece num outro momento histórico quando do governo do presidente Fernando Collor de Mello, já se constituindo numa famosa atração turística de Taubaté. No livro *Humor no Tempos de Collor* (L&PM, 1992), coletânea da qual Luis Fernando faz parte, juntamente com Millôr Fernandes e Jô Soares, a velhinha prevê de acordo com suas estimativas como vai terminar o maior escândalo protagonizado pelo empresário PC Farias<sup>8</sup> tesoureiro do então presidente.

– Bom, meu palpite é que o PC renuncia a todos os bens materiais e entra pra uma ordem religiosa. [...] O Cláudio Vieira encontra uma árvore que dá muito dinheiro, para suplementar seu salário, e também termina bem. O Pedro Collor pede perdão para a mãe e ganha da família uma televisão portátil que só pega bem no Tibete. E nós todas estamos torcendo para que o Fernando fique com a Maria Thereza no fim! (VERISSIMO, 1992, p. 78)

A senhora fictícia reflete sobre uma grande parcela da população brasileira, que é norteada diariamente pelo bombardeio de informações vinculado pela televisão, sua morte é anunciada em 2005 em meio aos escândalos do Mensalão<sup>9</sup> ocorridos durante o governo Lula, com isso, estaria o autor afirmando que ninguém mais crê na política brasileira? Sim. Até mesmo o próprio Verissimo, que mesmo admitindo sua convicção política favorável ao governo vigente, tornara-se um cético, descrente dos rumos do país, mas torcendo para que “no final tudo dê certo” (2008, p. 29).

---

<sup>8</sup> *PC Farias* foi tesoureiro de campanha de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, nas eleições presidenciais brasileiras de 1989. Foi a personalidade chave que causou o primeiro processo de impeachment da América Latina, em 1992. Acusado por Pedro Collor de Mello, irmão do Presidente da República do Brasil, em matéria de capa da revista *Veja*, em 1992, *PC Farias* seria o testa de ferro em diversos esquemas de corrupção divulgados de 1992 em diante. Em valores atuais, o "esquema PC" arrecadou exclusivamente de empresários privados o equivalente a US\$ 8 milhões, equivalente a R\$ 15 milhões, em dois anos e meio do governo Collor (1990-1992). Nenhuma destas contribuições teve qualquer ligação, com benefício ao "cliente" de PC, por conta de favor prestado por Fernando Collor. O "esquema PC" movimentou mais de US\$ 1 bilhão dos cofres públicos.

<sup>9</sup> O Escândalo do Mensalão foi a deflagração de um esquema de compra de votos por parte dos parlamentares, durante o primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT), em 2005. Os rumores da compra de votos foram confirmados pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB – RJ), em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*. Além da compra de votos, o mensalão envolvia processos de licitações fraudulentas, praticadas, pagamento de propinas em valores exorbitantes, e lavagem de dinheiro. Todos os acusados foram afastados dos cargos que ocupavam. O presidente Lula, a época negou que soubesse do esquema na Câmara dos Deputados.

Dora Avante, ou a *Ravissante* Dorinha, não é um dos personagens mais famosos de Luis Fernando Verissimo se comparado ao detetive Ed Mort, a Velhinha de Taubaté, ou até mesmo ao Analista de Bagé<sup>10</sup>. Aparece algumas vezes ao longo sua obra, através de cartas supostamente enviadas ao seu criador.

O Analista de Bagé é um personagem criado por Luís Fernando Verissimo em 1981, ganhando, além da literatura, versões em quadrinhos, teatro e cinema. Publicado originalmente em forma de crônica, e editado em diversos jornais do país, as histórias de O Analista retratam o estereótipo da personalidade típica dos bajeenses. O personagem representa um gaúcho, psicanalista supostamente freudiano de linha ortodoxa de palavras marcantes e ilustrativo da sabedoria popular do Rio Grande do Sul.

Não se sabe quando a personagem Dora Avante surgiu na obra de Verissimo, mas a primeira vez que aparece em livro data do ano de 1984, em *A Mulher do Silva* (L&PM), incidindo mais tarde em *Orgias* (L&PM, 1989) e *O Suicida e o Computador* (L&PM, 1992). Através dessa personagem Verissimo critica os exageros da chamada classe 'A' brasileira. Dorinha, como intimamente a chama, é uma "dondoca" da alta sociedade, urdida de ideias fúteis, instável em seus relacionamentos amorosos e, obsessiva pela eterna juventude, manifesta nas operações plásticas e na insistência em não revelar a própria idade: "Não revela sua idade nem sob tortura e garante que só Deus e Pitanguy sabem quantos anos ela tem e ela confia na discrição dos dois". (VERISSIMO, 1998, P. 50).

As crônicas em que se registra sua presença conferem uma intertextualidade com o gênero textual da carta, e trazem sempre o mesmo título e a mesma frase inicial que comunica ao leitor o recebimento de mais uma correspondência da "*Dorinha*", seguida da atualização de informações sobre esta, dadas pelo autor que que as interrompe para anunciar

---

<sup>10</sup> VERISSIMO. Luis Fernando. **O Analista de Bagé**. – Porto Alegre: L&PM, 1981. O Analista de Bagé é um personagem criado por Luis Fernando Verissimo em 1981, ganhando, além da literatura, versões em quadrinhos, teatro e cinema. Publicado originalmente em forma de crônica, e editado em diversos jornais do país, as histórias de O Analista retratam o estereótipo da personalidade típica dos bajeenses - ao menos assim é como o próprio autor o revela, na crônica inaugural. A versão em quadrinhos foi criada pelo artista plástico Edgar Vasques em parceria com Verissimo. O personagem representa um gaúcho, psicanalista supostamente freudiano de linha ortodoxa de palavras marcantes e ilustrativo da sabedoria popular do Rio Grande do Sul. Sua assistente, Lindaura, auxiliava-o na abordagem de casos mais difíceis. Ele se diz "mais ortodoxo que pomada Minancora" ou que as Pastilhas Valda. Sua técnica do joelho, no entanto, é bastante heterodoxa, a depender do ponto de vista. Ela está baseada no princípio da dor maior, isto é, quando o paciente vem se queixar de suas dores subjetivas, o joelho aplicado no local correto oferece ao sujeito a vivência de uma dor tão mais intensa que faz com que se esqueça das dores "menores".

ao leitor a reprodução textual da carta, dizendo: “*Mas deixemos que a própria Dorinha nos conte.*”.

O próprio autor afirma que “a história da Dorinha se confunde com a História do Brasil e ela conta que os que alguns presidentes fizeram, figurativamente, com o país fizeram com ela, na cama — às vezes figurativamente também, suspira”. (VERISSIMO, 1997, p. 63). Ela é sempre apresentada como *ravissante*, um adjetivo francês bem característico em colunas sociais. Ela demonstra sua experiência de vida interceptada por personagens de nossa história: “é verdade que carregou Getúlio Vargas no colo, mas ele já era presidente na ocasião; foi a primeira mulher a fazer topless numa praia brasileira, mas nega que teve que parar porque o Padre Anchieta protestou” (1997, p. 64) .

Dora lidera as Socialaites Socialistas, um grupo que luta pela implantação no Brasil do socialismo soviético no seu estágio mais avançado, a volta ao czarismo, participou de vários movimentos da política nacional. Com por exemplo: o grande comício pelas Diretas Já, Dorinha estava no palanque, mais especificamente embaixo do palanque dando uma aula de democracia participativa a um jovem ativista. Ela apoiou a eleição do Collor, mas foi dela a iniciativa das caras-pintadas contra o Collor, embora sua ideia original fosse pintar todo o corpo nu, não só a cara (VERISSIMO, 1998, p. 51).

Dorinha é um retrato do consumismo, da futilidade, das extravagâncias financeiras, visto que passa a vida toda viajando pela Europa a fim de viver aventuras, em sua maioria, sexuais. Para o professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Carlos Bresser-Pereira, há fatores marcantes na elite brasileira: “o interesse dos empresários no mercado interno, a existência de um Estado para proteger os interesses das elites diante dos países ricos, um passado de lutas e a força da identidade cultural” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 1). O perfil de Dora Avante é o estereótipo de uma parcela da sociedade cujo engajamento político se revela pouco consistente, ou ainda ideologicamente entrosado com os setores que representam a manutenção de uma política que atende tão somente a seus interesses particulares.

## 1.5. Uma História do Público em Comédias da Vida Privada

*“De Rubem Braga a Luis Fernando Verissimo, passando por Machado de Assis e João do Rio, o olhar do cronista sobre o mundo é esse, de certo estranhamento,*

*de tentar descobrir (e achar) fissuras do real, o que parece invisível para a maioria das pessoas” (Rogério Menezes)*

O livro *Comédias da Vida Privada* (L&PM, 1994) é uma das obras de Luis Fernando Verissimo, nela a fronteira entre a História e a Literatura se mostra móvel. Sua proposta é mostrar através de crônicas, aquilo que Jorge de Sá chama de “nossa vulgaridade diária” (SÁ, 1985, p. 22), ou seja, nossos hábitos rotineiros, costumes, pensamentos, sentimentos, ações, que são em sua maioria inerentes a todos os brasileiros, de forma que constitui um quadro, mas não o único, da vida privada.

A ideia de Verissimo em compor um quadro dos modos de ser do brasileiro tem bastante correspondência com uma conhecida produção historiográfica de nosso tempo, nos referimos a *História da Vida Privada no Brasil*, uma coletânea de textos organizada pelo historiador Fernando Novais, que foi lançada no ano de 1998<sup>11</sup>. O objetivo da coleção que tem quatro volumes é descrever os costumes, hábitos, modo de ser dos brasileiros ao longo de cinco séculos, sempre na perspectiva do cotidiano e da cultura do nosso povo. O livro de Luis Fernando Verissimo nos soa como uma sátira a essa ideia de história da vida privada, posto que o seu movimento e a sua abordagem enveredam sempre pelo lado irônico da vida, por via da ficção, mas sem desprender-se do referente real.

O livro de Verissimo é dividido em sete partes, a primeira intitulada *Fidelidades e Infidelidades*, trata de práticas existentes entre casais que burlam as normas sociais, tal como a traição, mas também das práticas conservadoras e tidas como valores instituídos entre alguns segmentos da sociedade. Dessas práticas ele extrai o pitoresco, pois como nos afirma Jorge de Sá: “como um espião da vida, o cronista se volta para a busca do pitoresco ou do irrisório no cotidiano de cada um” (SÁ, 1985, p. 21), para daí nos conduzir a uma reflexão acerca do ser humano, da vida nas suas mais diversas formas.

Na primeira parte, ele aborda temas pertinentes a nossa contemporaneidade, como a variedade das modalidades de relacionamento conjugal existentes, em *O Marido do Dr. Pompeu*, personagem conhecido desde 1988 através do livro homônimo, Verissimo trata do preconceito existente na sociedade com relação a inversão de papéis, que em sua maioria estão sobrepujados entre masculino e feminino:

Ninguém estranha quando depois de vinte e cinco anos de casamento, filhos criados, a mulher do Dr. Pompeu pediu divórcio. [...] O escândalo

---

<sup>11</sup> Na verdade a coleção *História da Vida Privada no Brasil* é baseada na edição francesa, com título de *História da Vida Privada*, organizado pelo historiador Phellipe Áries, nos anos 1980, diante do contexto da terceira geração dos *Annales*, com uma abordagem sobre o cotidiano europeu em diversas temporalidades e facetas.

para mostrar como ainda existem preconceitos, foi quando souberam que o Dr. Pompeu, em vez de outra mulher, arranjava um marido. (VERISSIMO, 1994, p. 26)

O irreverente dessa crônica é o fato de que o Dr. Pompeu não havia se tornado um homossexual, na medida em que seu relacionamento com outro homem não era de caráter amoroso, mas o que ocorre na verdade, é que o Dr. Pompeu decidira mudar seu padrão de vida, passando a assumir as funções ditas femininas, como cuidar da casa, das compras. Para o desapontamento de sua mulher, que o largara por ter se cansado da vida doméstica.

Outra crônica famosa do autor intitulada *O Lixo*, retrata de maneira clara, mobilidade dos conceitos de público e privado, e como eles se mesclam no decorrer do cotidiano. Duas pessoas estranhas se encontram na área de serviço de um condomínio, mesmo sem se conhecerem, já sabem muito da vida um do outro, visto que bisbilhotam diariamente seu lixo:

- Desculpe a minha indiscrição, mas tenho visto o seu lixo...
- O meu quê?
- O seu lixo.
- Ah...
- Reparei que nunca é muito. Sua família deve ser pequena...
- Na verdade sou só eu.
- Mmmm. Notei também que o senhor usa muito comida em lata.
- É que eu tenho que fazer minha própria comida. E como não sei cozinhar...
- Entendo.
- A senhora também...
- Me chame de você.
- Você também perdoe a minha indiscrição, mas tenho visto alguns restos de comida em seu lixo. Champignons, coisas assim...
- É que eu gosto muito de cozinhar. Fazer pratos diferentes. Mas, como moro sozinha, às vezes sobra... (1994, p. 68)

Diante do exposto, o autor levanta a discussão de que é “através do lixo [que] o particular se torna público. O que sobra da nossa vida privada se integra com a sobra dos outros. O lixo é comunitário. É a nossa parte mais social” (VERISSIMO, 1994, p.70). Aqui, percebemos o esforço do autor em criar uma situação em que determinados indivíduos se reconheçam em torno de uma causa comum, causa esta, que não está longe do nosso cotidiano. Sobre isso, Jorge de Sá diz que:

Para ver além da banalidade, o cronista [...] vê mais do que a aparência, e descobre, por isso mesmo, as forças secretas da vida. Não se limita a descrever o objeto que tem diante de si, mas o examina, penetra-o e o recria, buscando sua essência, pois o que interessa não é o real visto em

função de valores consagrados. É preciso ir mais longe, romper as conceituações. (1985, p. 48).

Em *Conversas de Bar*, Verissimo cria uma situação em que dois velhos amigos se reencontram numa mesa de bar e põem-se a falar sobre coisas do passado e deparam-se com a degradação da vida, ao reconhecerem no garçom que há horas os servia chopos um amigo de outrora:

- Puxa. Escuta aqui, o Cadarço?
- Bom...
- Que jogador! Sempre esperei que ele acabasse em um clube grande. Era um Nilton Santos, lembra? A elegância. A inteligência. Sabia tudo de bola. Sabia tudo na vida também. Tinha uma conversa que não era mole. Grande cara. Nunca mais vi. Deve ter ido longe. Garçom! Mais dois!
- Quando ele vier, dê uma boa olhada nele.
- Em quem?
- No garçom.
- Por quê?
- É o Cadarço.
- O quê?!
- É.
- Não pode ser. Pelo amor de Deus. O cadarço tinha a nossa idade. Esse aí é um velho. Caminha arrastando os pés!
- Ele teve uma vida meio complicada...
- Mas porque ele não falou comigo?
- Acho que ficou com vergonha. Vou perguntar se ele lembra da gente.
- Não, faz de conta que eu não sei quem ele é.
- Certo.
- Obrigado, garçom. Tá caprichado.
- Outro brinde? À vida!
- Não. À vida não. (VERISSIMO, 1994, p. 85)

Nesse diálogo entre dois homens, percebemos que o autor busca por via da nostalgia colocar o ser humano frente ao seu futuro, na medida em que mostra com uma terceira pessoa que tinha tudo para ter sucesso na vida, acaba ficando velho, doente e submetido a uma rotina de trabalho num bar apesar da aflição que é sua existência. A recusa por iniciar uma conversa com este terceiro sujeito, deve-se ao fato, não da vergonha dos outros, mas para poupar o garçom de um sofrimento maior ao recordarem os momentos felizes do passado. O tempo está presente nessa crônica enquanto um agente corrosivo, que transforma bruscamente as pessoas.

Essa mesma crônica mostra que a aparência e leveza do gênero revela o acontecimento captado sob a forma de uma reflexão, mesmo que se trate de algo bastante subjetivo de quem o escreveu. Como observara Jorge de Sá: “em todos os cronistas há um certo lirismo, pois é através dos seus estados de alma que eles observam o que se passam nas ruas” (SÁ, 1985, p. 57).



Assim, a Literatura serve a História, na medida em que nos coloca em contato com representações de um mundo real através do imaginário. Luis Fernando Verissimo está atento aos tipos de sua época, ao cotidiano das pessoas comuns, ao dia a dia das grandes e pequenas cidades, e no seu fazer literário, vai juntando elementos históricos à sua narrativa e lhes adoçando com uma poética singular. Ele nos possibilita compreender a história do nosso tempo não pelas complexas teorias, mas por via de textos que nos arrancam sorrisos.

## **2. ÉFE AGÁ E FHC: A HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES NA OBRA DE LUIS FERNANDO VERISSIMO**

*“Um presidente intelectual, interessado em ciência política como o Éfe Agá, tem uma valiosa oportunidade de estudar a si próprio no exercício do poder.”*

*(Luis Fernando Verissimo)*

Neste capítulo iremos discutir a representação histórica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando no exercício do poder, durante a década de 1990, a partir das crônicas de Luis Fernando Verissimo presentes no periódico carioca, *Jornal do Brasil*. Tais representações são quase sempre apresentadas de forma satirizada, através do personagem Éfe Agá.

Para que haja compreensão dessa imagem de presidente criada por Verissimo, recorreremos às páginas do *Jornal do Brasil*, a fim de encontrar vestígios daquele período início dos anos 1990, que nos remetesse as críticas do cronista. Nesse percurso, foi possível ainda, contrapor a forma como o jornal vê o presidente da forma como ele aparece na sessão de opinião, onde o escritor publica pelo menos três vezes por semana suas crônicas.

Nas crônicas estudadas, nos deparamos com críticas, protestos, inconformismo de um autor que, intencionalmente ou não, representa uma camada da sociedade que está à margem do poder político e econômico. Verissimo, usa de seu requintado humor e sarcasmo para criar uma cena de humor onde o protagonista é a autoridade principal do país, o Presidente da República. A riqueza a ser explorada nesses relatos é gigantesca, não obstante, sua contribuição para a historiografia, caminha a passos curtos ainda.

## 2.1. História e Imprensa: o texto jornalístico como fonte

“A imprensa não é um espelho da realidade, mas uma representação do real, de momentos particulares da realidade” (CAPELATO, 1980, p. 24), com base no que diz Maria Helena Capelato que depositamos nas fontes jornalísticas uma certa confiança que surge fortemente a partir da década de 1970. Tão importante quanto o uso da literatura enquanto fonte histórica é o uso de seus suportes, os periódicos como jornais e revistas, que tem se disseminado, com grande intensidade entre a comunidade acadêmica.

Desde a ampliação das fontes proposta pela Escola dos Annales na primeira metade do século passado, historiadores do mundo todo tem se utilizado de periódicos para compreensão da história do seu tempo, do seu lugar. Tânia Regina de Luca, afirma que os jornais são “enciclopédias do cotidiano”; “registros fragmentários do presente, realizado sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2008, p. 112).

Defendemos aqui o uso da crônica jornalística como fonte na escrita de um capítulo da história do tempo presente. Esse esforço comunga com as ideias de Delgado e Ferreira (2014) quando afirmam que:

A eleição do tempo presente como temporalidade nuclear de pesquisas e análises é recente e, portanto, fértil em suas possibilidades de construção de uma forma inovada de conhecimento histórico que pressupõe redimensionamento do campo da história, da construção de abordagens, das noções de espacialidade, além de fértil construção de estratégias dialogais com diferentes áreas de conhecimento. (DELGADO & FERREIRA, 2014, p. 7)

Essa proximidade do historiador com os acontecimentos dos quais toma como objeto de pesquisa não pode ser visto, se não como benéfico, na medida em que tende a colocá-lo como testemunha ocular do fato, pois como afirma Roger Chartier: “a falta de distância, ao invés de um inconveniente pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada” (CHARTIER, 2010, p. 10)

E o jornal, nessa perspectiva é um elemento fundamental, posto que sua relação com o tempo é indissociável. Sobre ele, Menezes afirma:

Seus produtores são ao mesmo tempo testemunhas e formuladores de explicações sobre os eventos; narram e explicam. Transitam entre uma estrutura conformativa que os antecede, que é posta pelo lugar de onde falam, pois necessitam se enquadrar em determinados agenciamentos escriturários, sociais e ideológicos, mas por outro lado, partilham também da condição de participantes do momento do qual falam. (MENEZES, 2014, p. 236).

Essa relação intrínseca do jornal com o tempo, com a conjuntura dos acontecimentos que narra, é discutido por Maria Helena Capelato, a luz do pensamento de Bauer, nos apoiamos nessa discussão acreditando ser possível ler determinada história pela ótica do jornal:

A imprensa oferece amplas possibilidades, a vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados. [...] o jornal como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (CAPELATO, 1988, p. 21)

Quando trabalhamos com fontes de informação é necessário que levemos em consideração alguns elementos que são marca daquele jornal, como o conteúdo publicado, sua tiragem e área de difusão, se há e qual relação com a política vigente bem como com os grupos econômicos influentes, como são organizadas as matérias, quem compõe o grupo responsável pela publicação, não perdendo de vista o fato de que não se trata de uma relação ingênua, como afirma Cruz e Peixoto:

De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258)

Cabe a nós, historiadores e demais pesquisadores, analisar os jornais considerando sempre suas intencionalidades, posto que são oriundos de interesses particulares negociados dentro da própria imprensa. Tudo isso, vai inferir na nossa análise, mesmo que nosso recorte dentro dela seja apenas as crônicas, que aliás, nem é considerado texto informativo. Sobre tal fato, a pesquisadora Flora Sússekind evidencia:

Os modernos meios de reprodução, impressão e difusão coletiva de imagens técnicas, textos, vozes e reclames vincaram na técnica e na sensibilidade literária, novas formas de compreender o tempo, o personagem, a narração, a subjetividade. Ou seja, as exigências diárias de produzir em consonância com os ditames impostos por jornais e revistas. (SÜSSEKIND, 1987, p. 93)

Dentro de nossa análise precisamos nos empenhar em apreender as articulações que ocorrem na configuração de determinada conjuntura. Devemos sempre estabelecer uma postura crítica frente ao documento jornalístico, posto que a imprensa se constitui numa prática social, capaz de modelar as formas de pensar agir, como elucidam Cruz e Peixoto:

Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “tem uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas,

mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mas ainda trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesmo, espaço privilegiado da articulação desses projetos. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 259)

A assertiva acima diz muito sobre a atuação política nos meios midiáticos, sobretudo, no jornal, que atua como veículo de projetos políticos, por representarem espaços privilegiados de reunião dos mais variados segmentos da sociedade. Durante muito tempo, o mesmo era visto como um importante meio de comunicação do qual a função principal era informar, hoje em dia, precisamos ter a visão de que a opinião fala, por vezes, mais alto do que o próprio propósito de informar.

Nessas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 254)

A imprensa oferece amplas possibilidades para que reconstituímos acontecimentos do passado a partir de leituras de seus materiais. A vida cotidiana que é representada nas páginas de jornais, nos permite extrair dados de como viveram as pessoas naquele período, como estava a economia, que sujeitos se destacavam nos mais diversos cenários sociais.

Posto que “cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua sensibilidade de leitura frente à materialidade histórica por ela assumida”. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 261), devemos ter em mente de que a realidade (se tratando de materialidade) se compõe também de sujeitos anônimos, de pessoas comuns, do cotidiano das ruas.

O cronista, dentro da imprensa é um sujeito capaz de dar voz aos anônimos, a partir do momento em que trata de assuntos ínfimos, inerentes a vida dessas pessoas, ele leva ao público um pouco de sua vida material, bem como de suas ideias e princípios. O jornal é fonte da história, e também, pode-se dizer, é depósito de culturas na medida em que a ele se atrelam importantes dados sobre a sociedade, como suas formas de viver, suas visões de mundo, seus costumes.

O historiador que aborda essa fonte, deve ser crítico frente a ela, posto que o jornal também é carregado de intencionalidades, sobre isso, Cruz e Peixoto afirmam:

Nessas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar. (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 254).

Posto que o passado não nos oferece testemunhos neutros, percebemos que o jornal não de maneira alguma inócuo nem tampouco objetivo, mas sua importância não reside nisso. Pelo contrário, a subjetividade nos interessa, as intencionalidades também. O jornal tem a importância como fonte hoje em dia, pelo fato de que nos fornece a sua visão das coisas. Ter a consciência de que sua pesquisa não almeja uma verdade absoluta a partir de suas fontes é um passo importante que os historiadores precisam dar. As já citadas autoras completam:

De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade que o constitui. [...]. Transformar o jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 258)

Assim, o jornal não pode ser de forma alguma concebido como um espelho, mas um elemento ou prática constituinte de uma dada realidade. As empresas das quais são oriundos os jornais além de ter sua opinião própria sobre fatos, personagens, acontecimentos, mas também são passíveis de mudar de acordo com as condições do contexto. Cruz e Peixoto afirmam que “trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas ela mesmo é espaço privilegiado da articulação desses projetos” (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 259).

Assim, não podemos enxergar uma fonte impressa com maniqueísmos, o fato de ser considerado de direita ou conservador não pode implicar que em outras interpretações possam aparecer elementos mais liberais. Dentro dessas perspectivas não podemos nos desviar do nosso objetivo que é desvendar sua historicidade não relegando suas intencionalidades. Posto que, o jornal é indubitavelmente matéria histórica.

A historiadora Sônia Menezes, afirma que os meios de comunicação se relacionam com o tempo nas operações da vida cotidiana, e nós, historiadores, não podemos deixar de perceber que

Em nossos dias, a mídia atua na elaboração tanto de conhecimentos emblemáticos, como de um tipo específico de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos históricos, destacando-se, especialmente, a relação entre as três dimensões fundamentais: a mídia, a memória e a história. (MENEZES, 2014, p. 234)

A crônica, nosso objeto nesta pesquisa, não foge dessa tarefa de produção de sentidos, ele junta retalhos da informação com seus dados reais e os alia a uma ficção, tornando-se a crônica assim, um relato verossímil. O humor presente nas crônicas, denunciam a realidade, recriam-na, e acabam por torna-la uma imagem poética do real. Que foge à própria realidade do jornal, em sua forma estética, mas que nunca desliga-se dele, por buscar na mesma fonte (o tempo, o cotidiano) sua materialidade.

Pensando nisto, Wellington Pereira afirmará que “a leitura da crônica no espaço jornalístico deve ultrapassar as rubricas impostas aos textos através das categorias que definem a característica da informação.” (PEREIRA, 2014, p. 180). Observá-la dentro do jornal, deve ser uma tarefa também diferenciada, que vise a reflexão sobre o que é dito no jornal e a realidade vivida.

A crônica no jornalismo impresso é uma voz destoante, um exercício de estetização do real, sem depender dos mecanismos de construção da linguagem jornalística, recriando-as acrescentando novas unidades temáticas. [...]. A crônica recria um novo tempo narrativo no interior dos jornais, acrescenta relações semânticas que enriquecem a linguagem referencial do jornalismo informativo. (PEREIRA, 2014, p. 186)

Essa voz destoante, é crítica, é satírica, é humorística, tem a liberdade de ousar de uma forma que não é permitido em nenhuma outra sessão do jornal impresso, tanto no que diz respeito a linguagem, ao estilo e também a temática e a forma como os assuntos podem aparecer. A crônica aparece como uma ilha dentro do próprio jornal, uma ilha, cercada de notícias formais, ela pode ser um espaço de deleite para quem quer repousar longe das fatídicas querelas do dia-a-dia.

Sendo assim, podemos dizer como Elio Flores, que, “os cronistas historiam o agora” (FLORES, 2015, p. 15), fazem do disperso conteúdo humano a matéria prima de sua escrita, escrevem para deixar registrado, como também fazem os historiadores, resguardando as devidas proporções. A colaboração das crônicas para a história é imensamente rica, na medida em que nos fornecem novas e diferenciadas imagens de um dado contexto.

O início do século XX é o momento em que a informação jornalística se torna um bem de consumo privilegiado. O sociólogo espanhol Manuel Castells, afirma que “nas sociedades urbanas, o consumo de mídia é uma das duas maiores categorias de atividades, atrás apenas do trabalho.” (CASTELLS, 1999, p. 358).

Renato Ortiz, sociólogo brasileiro, fez uma brilhante análise desse processo, ele afirma que: “Numa sociedade de consumo a cultura se torna mercadoria, seja para aquele

que a fabrica ou a consome.” (ORTIZ, 1988, p. 146). Mas devemos estar atentos ao fato de que: “a cultura, mesmo quando industrializada, não é nunca inteiramente mercadoria, ela encerra um “valor de uso” que é intrínseco à sua manifestação.” (ORTIZ, 1988 p. 146).

## **2.2. A mídia: um ator político contemporâneo**

A partir da segunda metade do XX, a sociedade assistiu a midiaticização dos mais diversos setores da vida humana, a política, enquanto um deles, não escaparia e forma alguma aos holofotes da televisão, dos jornais impressos, do rádio e mais recentemente da rede de internet. O descortinamento das relações aproximou os dois lados do jogo, mas também fez enxergar muito além do que era permitido ver antes do advento dessas tecnologias.

Logo, a mídia, será responsável por significativas transformações da realidade, ao passo que não só divulga os acontecimentos, mas tem interferência direta neles, atuando como um autêntico ator; social e mais ainda – como dirá o pesquisador e cientista social Luis Felipe Miguel

A mídia torna-se um ator político importante na história do Brasil [...] os meios não apenas funcionam difundindo o discurso político, mas o transformam. E ao transformá-lo, afetam as modalidades mesma de realização de política, que acontece agora em uma sociedade ambientada pela comunicação, na qual a mídia opera em uma dimensão de centralidade, seja para transformar os discursos políticos, seja para configurar o mundo em que vivem os atores políticos. (MIGUEL, 2002, p. 9)

A mídia, como podemos perceber em diversos momentos da história do Brasil, torna-se um aparato do estado, manipuladora das massas, divulgadora dos interesses do governo, mas isso não exclui o fato de que ela também pode atuar do lado oposto, sendo um espaço privilegiado para desmascarar as falcatruas, incentivar os escândalos de corrupção, infamar a imagem de pessoas ligadas a política. Sendo assim, a mídia, atua como uma arena, um palco onde são desencadeadas tais disputas políticas.

O Jornal do Brasil é um exemplo dessa arena, ele constituía-se num jornal que defendia o governo de FHC, recebendo ou não apoio financeiro do Estado. Por outro lado, permitia a crítica aberta de colunistas como o próprio Luis Fernando Verissimo, que não poupavam esforços para revelar aos seus leitores sua opinião sobre determinados fatos, ao

passo que traziam a tona polêmicas e assuntos dos quais a própria conjuntura política queria, na verdade, encobrir.

Luis Felipe Miguel chama a atenção ainda, a um fato que muito interessa a esta pesquisa, e que diz respeito à programação de entretenimento, ele diz que: “a programação de entretenimento também difunde informações, valores e categorias para a apreensão da realidade. (MIGUEL, 2002, p. 22). Ele ainda acrescenta que:

O caso do Brasil é especial, pois é longa no país a tradição de uma estreita ligação entre o entretenimento e o factual. Seria possível remeter até o século XIX, com a fixação da crônica, gênero literário misto entre ficção e o jornalismo, que continua tendo espaço cativos nos diários brasileiros (MIGUEL, 2002, p. 49)

Seria importante, ao pensar na mídia enquanto fonte para a produção historiográfica, considerar esse segmento, que aos olhos de muitos pesquisadores pouco interessa: o entretenimento, posto que, por ele pode passar o humor crítico, a sátira, que muito dizem de determinados assuntos políticos, como nos adverte Miguel:

A mídia transmite sua perspectiva de política não apenas nos espaços ostensivos dedicados a ela (noticiários, editoriais, debates, charges) mas também na programação de entretenimento, seja conformando uma visão geral sobre o que é ou deve ser a política, seja apresentando posições menos ou mais cifradas sobre as questões políticas em pauta no momento. Assim, conforme vem salientando estudiosos das relações entre comunicação e política, o estudo da política deve passar, obrigatoriamente, pelas representações construídas pela mídia. (MIGUEL, 2000, p. 73)

Nas sessões que seguem, há um empenho muito forte em fazer valer a mídia, sobretudo o jornal que recortamos como fonte documental dessa pesquisa, o *Jornal do Brasil*, como fonte primordial para compor um quadro acerca de dado período da história do nosso país, mais ainda, queremos aqui provar a possibilidade de se inserir nesse rol, as sessões que dizem respeito ao entretenimento, onde está localizado a crônica, esse texto humorado e aparentemente desprezioso, mas que pode ser concebido enquanto fonte, objeto e também um forte instrumento de luta social.

### **2.2.1. O Jornal do Brasil**

As crônicas que estudaremos são oriundas do *Jornal do Brasil*, periódico no qual o escritor Luis Fernando Verissimo atuou entre as décadas de 1970 e 2000. O JB nasceu no ano de 1891, às vésperas da Proclamação da República, é um dos mais antigos jornais brasileiros ainda em circulação no país. Sua fundação é atribuída ao jornalista e político



baiano Rodolfo Epifânio de Souza Dantas (1855-1901). Joaquim Nabuco, foi um grande influenciador das ideias iniciais do jornal.

Nelson Werneck Sodré (1983), defende que ainda no início de sua carreira, o JB (como ficou conhecido o *Jornal do Brasil*), ocupa lugar de destaque na imprensa nacional, publicando crítica literária, resenhas, charges. Em texto disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas pode-se ler que:

Em sua declaração de princípios, o Jornal do Brasil traçava as diretrizes básicas de sua conduta política, afirmando seu propósito de criticar o governo, mas estabelecendo ao mesmo tempo limites a essa atuação. O jornal apresentava-se como órgão de posições moderadas. (CPDOC, s/d).

Diante das informações acima proferidas, percebemos que a abertura do jornal às críticas políticas, bem como as diversas formas de manifestação nas mesmas é histórica, e tem raízes na época de sua fundação. Logo, as crônicas de Verissimo, no final do século XX dão vazão a uma tradição inerente ao próprio periódico. Desde o início deste século o jornal prezou pela valorização das sessões literárias e artísticas, nas quais alguns colunistas se destacaram, em sua maioria eram membros da Academia Brasileira de Letras.

A trajetória política do Jornal foi entrecortada por momentos de conservadorismos extremos, mas também momentos mais liberais. Considerando-se um jornal independente, foi, durante muito tempo, sustentando por propagandas, vindo a ser um jornal rico o suficiente para contornar as diversas crises das quais muitos jornais brasileiros foram a falência.

O JB, sempre teve posicionamentos políticos bastante flexíveis, por vezes, polêmicos. Começou sendo monarquista, mas logo cedeu aos ideais republicanos; na Era Vargas tinha uma perspectiva católica e conservadora, crítica aos movimentos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora, a ANL repudiando a Revolta Comunista de 1935, mas também mostrava-se desfavorável ao integralismo; por outro lado, considerou o golpe que instaurou o Estado Novo (1937) uma alternativa para resolver a crise política; foi um grande apoiador do governo Vargas elogiando sempre sua política econômica e trabalhista, mas em 1945 opôs-se ao regime, e engajou-se na luta pela redemocratização.

O *Jornal do Brasil* criticava a política econômica de Juscelino Kubitschek. Durante a ditadura militar, buscou manter sua independência, apoiando medidas das quais concordava (elogio ao chamado “Milagre Econômico”), mas foi também denunciador e crítico de medidas que considerava inapropriadas e abusivas (como coerção, exílio, censura e repressão).

Durante o processo de redemocratização, apoiou claramente o nome de Tancredo Neves, mas teve ressalvas quando às atitudes consideradas radicais do movimento das Diretas Já. O JB tratou com otimismo a posse de Fernando Collor, mas aplaudiu a decisão do congresso que aprovou seu afastamento da presidência em 1992, fazendo, na mesma edição uma retrospectiva negativa do seu governo.

No tangente ao recorte temporal dessa pesquisa (o governo de FHC), podemos perceber que o *Jornal do Brasil*, mostrou-se bastante entusiasmado com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, atribuindo a preferência do povo ao sucesso do Plano Real, no governo do seu antecessor Itamar Franco. A posse de FHC em 1º de Janeiro de 1995 teve cobertura total do jornal, e de acordo com este, “o presidente recém eleito era um estadista moderno, um socialdemocrata que reconhece o processo de mundialização e automização da economia.” (CPDOC FGV, s/d).

A figura 2, reproduzida a seguir, mostra esse entusiasmo com o qual o referido periódico tratou a ascensão de FHC ao governo, a figura onipotente do presidente recebendo a faixa do seu antecessor com as mãos erguidas reforça o caráter de luta expresso na manchete: “Cardoso promete acabar com a fome e a miséria para o Brasil dar certo”. Vejamos:



Figura 2: Cópia da primeira página do JB do dia 02-01-1995 com a cobertura da posse de FHC

Esse apoio do JB ao governo que se iniciava pode ser percebido já no dia que antecede a posse, no editorial “O Despertar do Futuro”, no qual é afirmado que FHC inaugurava uma nova era na história política do país. Mas neste mesmo veículo de informação que se travará o embate de Luis Fernando Verissimo através de suas crônicas, contra o referido governo.

Dessa forma, faz-se necessário pensar o porquê dessa abertura do JB, à crítica explícita de um governo do qual ele era favorável. Mesmo que não seja uma exceção, pois outros jornais, mesmo favoráveis aos governos também estavam abertos a crítica, como é o

caso de Florestan Fernandes e sua atuação em A Folha de S. Paulo nos anos 1980, essa flexibilidade do Jornal nos rendeu um material rico, na medida em que os textos de Verissimo muitas vezes contradizem, criticam o que diz as páginas anteriores do jornal.

Aliás, essa tarefa ligada ao humor, a sátira é uma característica antiga do jornal, que tem em seus cronistas, chargistas, cartunistas um contraste dos demais encarregados pelas notícias. Passaram pela história do JB, cronistas como Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Antônio Callado, Barbosa Lima Sobrinho, Manuel Bandeira, Fausto Wolf, Ziraldo, Paulo Mendes Campos, Millôr Fernandes, Carlos Eduardo Novaes e tantos outros artistas seja das letras ou dos desenhos.

### ***2.3. De Príncipe da Sociologia a Príncipe da Privatária<sup>12</sup>***

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 18 de junho de 1931, no Rio de Janeiro, no bairro do Botafogo. Filho mais velho de Leônidas Fernandes Cardoso e Nayde Silva Cardoso. Sob orientação da mãe e da avó aprendeu a ler aos três anos de idade, e, ainda na infância, teve um professor particular de língua francesa. Teve uma vida perfeita de classe média alta <sup>13</sup>, tanto na capital carioca quanto em São Paulo, cidade onde passara a viver a partir dos treze anos de idade.

Seu pai foi militar e político, tendo exercido mandato como deputado federal pelo estado de São Paulo na década de 1950. Na verdade, Fernando Henrique Cardoso é oriundo de uma família onde muitos membros estiveram envolvidos na política brasileira, de forma que ele a trata como um ofício de família (CARDOSO, 2003, p. 19). Afirma que “Lá em casa havia discussão política o tempo todo, a briga política em casa era intensa. A discussão política era nosso pão de cada dia.” (CARDOSO, 2012. p. 20)

Cardoso cursou Sociologia na Universidade de São Paulo, a USP, numa época em que uma notável geração de pensadores daquela área emergia no cenário brasileiro, a exemplo de Florestan Fernandes, sua maior influência no desenvolvimento intelectual

---

<sup>12</sup> A alcunha de Príncipe da Privatária, foi tomado aqui de empréstimo aqui, do título do livro do jornalista paulista Palmério Dória, que publicou em 2013, o livro-reportagem que tem como subtítulo “A história secreta de como o Brasil perdeu seu patrimônio e Fernando Henrique Cardoso ganhou sua reeleição” (Geração, 2013).

<sup>13</sup> Afirmação proferida por Fernando Henrique Cardoso em O Improvável Presidente Brasileiro (Civilização Brasileira, 2013, p. 36). Na obra A Soma e o Resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos (Civilização Brasileira, 2012), Fernando Henrique Cardoso afirma: “Economicamente nunca pertenci a elite. Meu pai era militar e advogado. Classe média, portanto. Minha formação intelectual foi de elite.” (p. 21)

(CARDOSO 2012, p. 57). Decidira ser professor e pesquisador, acreditando que “a sociologia incorporava algo de política, economia, cultura e vida social” (CARDOSO, 2012, p. 53). Antes mesmo de diplomar-se passou a lecionar na Faculdade de Economia da referida instituição, efetivando-se pouco tempo depois.

A conclusão do curso, em 1952, veio junto com o casamento com Ruth Villaça Correa Leite, que anos depois seria uma conhecida antropóloga e também professora da USP, com quem teve três filhos: Paulo Henrique, Luciana e Beatriz Cardoso. Ruth fora sua companheira na política, nos negócios, na vida intelectual, acadêmica e afetiva, até sua morte, ocorrida em junho de 2008.

Sua formação em Sociologia permitiu abraçar muitas causas, entre elas, os posicionamentos de esquerda que fervilhavam nos ciclos intelectuais daquela época, Fernando Henrique, como muitos jovens do seu tempo acreditava ser o capitalismo, a raiz das desigualdades sociais no Brasil e no mundo, num livro de memórias publicado nos Estados Unidos em 2007 e traduzido no Brasil em 2013, ele afirma:

Praticamente todos nós, que no Brasil, éramos jovens, progressistas e acima de tudo românticos tínhamos brincado em algum momento com a ideia de seguir o comunismo. Inclusive eu. Foi amor à primeira vista. Num país com disparidades tão gigantescas entre ricos e pobres, o apelo do comunismo era perfeitamente compreensível. Ele representava uma alternativa a um esquema prevalecente que todos nós acreditávamos fracassado. Prometia nivelar condições do jogo flagrantemente injustas e criar uma sociedade baseada na necessidade e no mérito. Mesmo levando em conta o forte sentimento anticomunista que fermentava na elite e em amplos setores da classe média, eu ainda me perguntava quem poderia deixar de aderir a semelhante ideia no Brasil. (CARDOSO, 2013, p. 71-72)

Cardoso era membro de uma elite, embora, sua formação tenha lhe conduzido por um caminho onde era permitido pensar diferente. Ele afirma que nunca entrou para o Partido Comunista ou qualquer associação formal que levantasse essa bandeira, mas não nega que teve seus flertes. Dedicou-se, em seus cursos a defender tais ideias, elegendo Karl Marx um dos principais teóricos norteadores de sua carreira.

Sua tese de doutoramento intitulada Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, escrita em 1962, traça um estudo sobre o sistema escravocrata no Sul do país, tinha como objetivo mostrar como a divisão social do trabalho na escravidão gerou um capitalismo incompleto, incapaz de competir com a economia internacional. A tese ainda renovava a discussão de que o uso da mão-de-obra escrava rompia com a visão romântica das relações entre senhor e escravo, dessa forma Cardoso propunha um alargamento da consciência democrática brasileira ao passo que desmascarava o mito da democracia racial brasileira,

mostrando, que em meados do século XX ainda eram vivos o preconceito e a desigualdade entre negros e brancos.

Além de propagador dessas ideias, Fernando Henrique, tornou-se, na USP, um militante, participando de um movimento em prol da reforma da cátedra, um sistema hierárquico, bastante arcaico para uma instituição que visava a modernização. Na tentativa de democratizar tal sistema, que aliás, permitia a ocupação de cargos vitalícios, ele e seus colegas ameaçavam uma elite de professores mais velhos já acomodados ao cargo que lhes permitia superioridade frente aos projetos, aos alunos e indubitavelmente aos demais professores.

Os tempos eram de crise. Os problemas sociais que assolaram o país, na década de 1960 somados a um clima insolente de instabilidade política culminou no golpe militar de 1964. Em decorrência da ditadura militar que se instalou no Brasil com a deflagração do golpe, Fernando Henrique passa a sofrer perseguição e, como muitos intelectuais e militantes, acaba optando pelo exílio. Na tarde do dia 17 de abril daquele ano, deixou o país, e desembarcou no Chile.

A direita acadêmica, como ele mesmo nomeia aqueles opostos à suas concepções sociopolíticas, encarregou-se de sua demissão na USP, que só seria de fato efetivada, com sua aposentadoria compulsória após o exílio em 1969. Entretanto, a estadia fora de seu país natal lhe rendera certo prestígio e reconhecimento internacional. Por conta de seus status diplomático ocupou bons cargos, em Santiago, onde esteve com sua família durante quatro anos.

Com a publicação de seu livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1967)<sup>14</sup>, ganhou notoriedade na Europa e foi convidado a morar na França, a convite do professor Alain Touraine passou a integrar o corpo docente da Universidade de Paris, em Nanterre, no ano de 1968. Vale salientar que viver na França em pleno 1968 também se constituiu numa experiência deveras marcante.

Em 1969, volta ao Brasil, mesmo ciente de que o governo brasileiro não o encararia com bons olhos. Como foi um dos primeiros exilados políticos a voltar, transformou-se num símbolo na USP (CARDOSO, 2013, p. 129). Dava palestras e conversava abertamente com alunos sobre temas inerentes a política vigente, como a repressão, o ‘milagre econômico’;

---

<sup>14</sup> O livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* é uma das obras de Fernando Henrique Cardoso que teve grande repercussão nas Ciências Sociais. Foi escrita em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto de 1965 a 1967. Nesta época, os dois sociólogos trabalhavam no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, uma organização das Nações Unidas ligada a Cepal.

tal reconhecimento lhe legou o cargo de chefe do Departamento de Ciências Sociais. Como resposta, ganhou do Estado a aposentadoria compulsória:

Numa ensolarada manhã de abril de 1969, dirigindo meu Volkswagen azul para o trabalho, ouvi no rádio que eu fora ‘aposentado’ da Universidade de São Paulo. Nós éramos 70 na lista dos chamados professores militantes, entre os quais Florestan Fernandes, além de José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Bento Prado e outros [...]. Essa lista fora feita logo depois do golpe de 1964 com a ajuda de professores conservadores, que assim aproveitavam uma excelente oportunidade de acertar as contas pessoais. Os militares demitiram todos nós em caráter imediato. (CARDOSO, 2013, p. 131-132)

Impedido de exercer sua profissão na universidade que lhe formara e lhe empregara, juntou-se a um grupo de professores e fundou o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), tal fundação produzia estudos sociológicos e econômicos, e tinha o objetivo político de lutar pela democracia, uma luta ideológica, pautada no debate intelectual. Cardoso considera esse período de muita importância para a história do país, ele diz que:

A história contemporânea da política brasileira começa nos anos 1970, com as lutas pela volta a democracia, sonhada por muitos como se fosse a inauguração de uma sociedade – dando nome as coisas – socialista. (CARDOSO, 2006, p. 14)

Foi durante a ditadura militar que Fernando Henrique Cardoso teve sua estreia na política, em 1978 concorreu pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a uma vaga no senado representando o estado São Paulo. Apesar da fama de arrogante, e de “intelectual esnobe desligado da realidade brasileira” (CARDOSO, 2013, p.158), o sociólogo tornou-se um importante símbolo contra a ditadura militar.

Minha candidatura era simbólica, era uma candidatura de protesto e de mobilização. Tive um milhão e trezentos mil votos. Tive apoio de muita gente, do Lula, a quem eu havia apoiado nas greves de São Bernardo, e muitos outros sindicalistas, intelectuais e artistas. (CARDOSO, 2012, p. 39-40)

Cardoso afirma que, mesmo “tendo evitado o ofício de família por 47 anos, eu de repente me via fígado” (CARDOSO, 2013, p. 163). Naquele pleito, foi o segundo mais bem votado da chapa e tornou-se o suplente de Franco Motoro, que mais tarde seria eleito governador de São Paulo, possibilitando a Fernando Henrique assumir a cadeira de senador em março de 1983. Sobre essa investidura de cargo político Glauco Soares Costa afirma:

Tão logo o processo de redemocratização tomou força, a reativação dos canais representativos e de expressão social reconduziram os intelectuais a situação de —ostracismo político-social no qual estavam sendo submetidos. Com isso o intelectual de influência pública e política perdia espaço cada vez mais para o intelectual especializado e voltado para uma ação estritamente acadêmica. Diante desse quadro, FHC teria tomado a decisão de se envolver diretamente na política para garantir as suas pretensões pessoais e políticas em favor da democratização, eliminando os riscos de perda de alcance social e importância política. (COSTA, 2009, p.162)

O início da década de 1980 seria marcada pela intensificação da luta pela democracia, o movimento pelas eleições diretas e a abertura política. Fernando Henrique esteve envolvido na campanha pelas Diretas Já!, apoiou o mineiro Tancredo Neves para presidente quando finalmente houve as eleições presidenciais, mesmo que indiretas, em 1989. Tendo em vista sua atuação ideológica, no período obscuro de ditadura militar, Cardoso assume a postura de um príncipe (no sentido dado por Maquiavel), uma notória figura com virtudes para salvar a democracia do país, sobre isso, Costa afirma que:

A metáfora —Príncipe para FHC se refere ao poder e ao Estado brasileiro que naquele contexto era a ditadura militar, chamada por ele de regime burocrático – autoritário. Diante do regime burocrático – autoritário, FHC se colocava como um intelectual de ação pública clara e coerente no denunciar os desmandos e injustiças cometidos pelo Estado, resultando numa militância teórica crítica ao poder constituído e a favor da democratização. (COSTA, 2009, p.71)

Sobre alcunha de Príncipe da Sociologia há mais de uma versão sobre sua origem. É possível que o uso pejorativo da metáfora de príncipe “seja em reação a sua imagem elitista carregada de arrogância e vaidade na ânsia de ocupar o poder no melhor estilo das elites reacionárias como apontou o seu ex-mestre Florestan Fernandes” (COSTA, 2009, p.73), ou, ainda segundo Costa, pode ter, sua origem na refrega da campanha ao senado de 1978:

Glauco Costa conta que o episódio se deu quando o procurador Hélio Bicudo, foi apontado como possível candidato ao Senado por uma sublegenda do MDB, interceptado pelo arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns, que lhe aconselhou a não aceitar, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Antônio Angarita, teria se virado para FHC e dito: “Por que não o príncipe da sociologia brasileira?” (COSTA, 2009, p.72).

Tal ensejo nos remete a pensar na figura de um outro príncipe, aquela difundida na célebre obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, escrita em 1513 e publicada em 1532 após a morte do autor, nela encontramos a descrição de uma situação degradante em que se encontravam os pequenos principados da Itália. O livro empenha-se em sugerir soluções, fato que o consagra como um potencial manual de política, eficiente na resolução dos problemas sociais em que se encontravam os principados em decorrência da instabilidade política,

O livro possui 26 capítulos e é dedicado ao príncipe Lorenzo II de Médici que, à época era governante de Florença. O autor realiza uma análise da situação política italiana a partir da ótica da política, e não pela ótica da moral cristã ou filosófica, como faziam os pensadores do seu tempo. Maquiavel se utiliza da metáfora do Príncipe “para designar o



princípio lógico de algo que governa, sendo o único capaz de assegurar ordem e por direção a um mundo que tende ao caos” (COSTA, 2009, p.27)

Não seria difícil, atrelarmos essa visão a FHC, o Brasil vivia um caos, em meio a uma ditadura militar, um príncipe, não seria aqui, necessariamente, uma figura com poder absoluto, como aquelas defendidas no século XVI, mas uma figura preparada e cheia de virtudes e capacidades para solucionar problemas.

Maquiavel, assegura que se todas as sociedades tendem ao caos e somente a figura do Príncipe, munido de virtudes, teria a capacidade e o poder de organizá-las. Essas virtudes de salvação, não são, por ele, postas em oposição aos vícios inerentes ao exercício da política, mas devem trabalhar em conjunto como mostra o próprio:

Contudo, [o príncipe] não deverá se importar com a prática escandalosa daqueles vícios sem os quais seria difícil salvar o Estado, isto porque, se se refletir bem, será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem estar (MAQUIAVEL, 2007, p. 97).

Avançando pois na história, e analisando a presidência de FHC, a partir da década de 1990, veremos que as práticas escandalosas das quais fala Maquiavel dividiram espaço concomitantemente como determinadas virtudes inerentes ao governo, em outras palavras, por trás dos benefícios, das boas obras, dos avanços, sempre coexistiu a corrupção, o beneficiamento de interesses privados, a subordinação do povo aos ideais políticos de uma elite.

Justificado por sua capacidade de análise interpretativa da sociedade e grande esclarecimento adquirido em anos de Academia, Fernando Henrique, ganhou muita credibilidade, no setor político. Em 1983, assume a cadeira do senado, como já foi dito, permanecendo no cargo até 1992. Entretanto, em seu livro *A Arte da Política – a história que vivi* (Civilização Brasileira, 2006), Cardoso afirma: “Tornei-me senador sem jamais haver tido este propósito seriamente” (CARSOSO, 2006, p. 33). Sobre o evento, Santaella-Gonçalves afirma:

É neste momento que se consolida a prática política de Fernando Henrique Cardoso como uma dimensão prioritária de sua existência. Primeiro porque é o ano em que ele assume a cadeira de Senador da República pelo estado de São Paulo, como suplente de Franco Montoro, que assumira o posto de Governador do Estado. O intelectual estava assumindo um cargo público no Brasil pela primeira vez, e não deixaria este lugar pelas duas décadas seguintes, tendo cada vez mais protagonismo político no país. (SANTAELLA-GONÇALVES, 2018, p.216)

Nesse ínterim disputou a prefeitura de São Paulo em 1985, sendo derrotado por seu adversário, o ex-presidente Jânio Quadros. Os motivos para o insucesso da campanha, parece não ter sido sua atuação anterior na política, mas pequenos incidentes aos quais ele atribuiu mal sorte de ter vivenciado. Em uma entrevista fora indagado sobre sua religião, não assumindo nenhuma fora taxado de ateu, e isso, ainda hoje, no Brasil tem muito peso em carreiras políticas.

A fama de arrogante seria reafirmada em outras ocasiões, como por exemplo, às vésperas da eleição de 1985, Fernando Henrique pousou para uma fotografia na cadeira do prefeito, como, se no ato, já comemorasse o cargo recém conquistado. A foto deveria ir ao público no dia seguinte, ele não foi eleito, mas a foto foi publicada em jornais, causando um verdadeiro constrangimento.

Dez anos demorariam até que FHC, como viera a ser conhecido a partir da década de 1990, viesse a tomar posse de um cargo político por meio de uma eleição. Nesse ínterim assumiu um cargo, que talvez tenha lhe conferido mais notoriedade do que qualquer outro em sua vida, em virtude de sua atuação: o de Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco.

Sua nomeação se deu no dia 20 de maio de 1993, ele passara de ministro das Relações Exteriores para ministro da Fazenda, tendo sobre si a responsabilidade de recuperar a economia do país. Ele estava em Nova York quando Franco lhe telefonou dando a notícia. Sobre aquele momento ele diz:

Meu êxito como ministro da Fazenda seria avaliado por um único critério: derrotar ou não a inflação. E não era uma inflação qualquer, mas uma inflação de 2.500 por cento! Uma vez superado o choque inicial de ter sido nomeado para o cargo, caiu a ficha de que eu tinha uma oportunidade de resolver o maior problema da gestão pública do Brasil. [...] se tivesse êxito, seria uma realização histórica e, acima de tudo, uma grande contribuição ao país. (CARDOSO, 2013, p. 201-202)

A edição do JB do dia seguinte, trazia a seguinte manchete na capa: “Fernando Henrique não quer “mágica” contra a inflação”, ele afirmara ainda que não iria dar sustos no mercado, na medida em que se comprometera dar continuidade ao plano de seu antecessor Eliseu Resende, mas intensificando os cortes nos gastos públicos, controlando a inflação com juros mais baixos ao passo que combatia miséria. Munido de uma poderosa equipe

composta por renomados economistas, como Edmar Bacha<sup>15</sup>, André Lara Resende<sup>16</sup>, Pêrsio Arida<sup>17</sup>, Gustavo Franco<sup>18</sup>, Pedro Malan<sup>19</sup> e muitos outros, Fernando Henrique Cardoso começara a imprimir suas marcas nas páginas da economia brasileira. Se tornando o pai do Plano Real, possibilitado pela carta branca que recebeu do presidente Itamar Franco.

O Plano Real instituiu uma nova moeda, o real, realizou muitos cortes no orçamento público e dessa forma, conteve a inflação. Inflação essa, que aliás, beneficiava os políticos, ao passo que a distribuição de dinheiro era – e continua sendo – uma eficaz forma de manutenção no poder e também aos bancos que lucravam com juros altíssimos. O resultado disso tudo, é que a população mais pobre era quem mais sofria com a inflação.

O lançamento do real no dia 1º de julho de 1994 coincidiu com o início da Copa do Mundo de Futebol nos Estados Unidos da América, visando, com a vitória da seleção canarinho, a recuperação da autoestima nacional. Na verdade, a estratégia de marketing não poderia ter encontrado momento mais oportuno: o cenário efervescente de Copa do Mundo, era perfeito para que o projeto de FHC se cumprisse.

---

<sup>15</sup> Edmar Lisboa Bacha, economista mineiro, participou da equipe econômica que instituiu o Plano Real, durante o governo Itamar Franco. Considerado um dos "pais" do Plano Real, obteve o título de doutor na Universidade de Yale. Foi um dos principais responsáveis pela coordenação do departamento de economia da PUC-Rio, considerado um dos melhores cursos de graduação em economia do país.

<sup>16</sup> André Pinheiro de Lara Resende, é um Banqueiro economista carioca. É graduado em Ciências Econômicas pela PUC-Rio, obteve posteriormente o título de Phd em Economia pelo *Massachusetts Institute of Technology*. Ao lado de Pêrsio Arida, arquitetou o Plano Arida-Resende que serviu de base para o Plano Real, antes do Plano Cruzado. Foi diretor do Banco Central do Brasil, negociador chefe da dívida externa e um dos integrantes da equipe econômica que elaborou o Plano Real. Assumiu o cargo de assessor especial do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

<sup>17</sup> Pêrsio Arida é um economista paulista, ficou conhecido por transitar entre a academia, o governo e o setor privado. Estudioso da inflação brasileira, foi um dos idealizadores do Plano Real. Presidiu o BNDES e o Banco Central do Brasil. Ao lado de André Lara Resende, arquitetou o Plano Arida-Resende que serviu de base para o Plano Real. Além de toda a contribuição na área de inflação, política monetária e economia brasileira de modo geral, tem importantes trabalhos acadêmicos, na área de História do pensamento econômico e metodologia da economia.

<sup>18</sup> Gustavo Henrique de Barroso Franco, economista carioca, mais conhecido por ter integrado a equipe responsável pela criação e implementação do Plano Real. Doutor em economia na Universidade de Harvard. Foi professor, pesquisador e consultor em assuntos de economia do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro, foi secretário de política econômica adjunto do Ministério da Fazenda, diretor de Assuntos Internacionais e presidente do Banco Central do Brasil. Publicou dois livros *O Plano Real* e *Outros Ensaios* (Editora Francisco Alves, 1995) e *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*, (Editora 34, 1999).

<sup>19</sup> Pedro Sampaio Malan, nasceu em Petrópolis, é engenheiro e economista, e ex-professor da PUC-Rio. Formou-se engenharia elétrica e conquistou um doutorado em economia pela Universidade de Berkeley. Malan trabalhou para o governo de Fernando Collor de Mello como negociador responsável pela reestruturação da dívida externa brasileira, foi um dos arquitetos do Plano Real. Malan foi Ministro da Fazenda durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso,

Fernando Henrique Cardoso estrategicamente, marcou para o segundo semestre de 1994 o lançamento de importantes medidas, entre elas, o da nova moeda. Sua intenção era clara: “o real seria lançado em pleno frenesi de uma campanha política e, portanto, seria visto como uma tática política, e não como um imperativo nacional” (CARDOSO, 2013, p. 238)

Foi exatamente isso que aconteceu. Os empreendimentos do então ministro da Fazenda tinham o propósito de elegê-lo Presidente do Brasil. O que notamos em todas as decisões políticas de Fernando Henrique Cardoso é a tentativa de justificar a tal como uma predestinação, algo independente de sua própria vontade. Tal discurso pode ser verificado na frase: “o Plano Real deu certo e, sem que essa fosse minha expectativa, me tornei candidato à Presidência” (CARDOSO, 2006, p. 17) e também no trecho: “Na realidade fui treinado pra exercer papéis de liderança política, mesmo sem ter muita consciência disso.” (CARDOSO, 2006, p. 44)

As eleições daquele ano de 1994 geraram muitas expectativas, era a segunda vez que os brasileiros poderiam escolher pelo voto democrático seus representantes, após duas décadas de regime ditatorial. Segundo Luís Filipe Miguel,

O Brasil realizou em outubro e novembro de 1994 as maiores eleições de sua história, com a renovação de quase todos os cargos eletivos em nível federal e estadual (permaneceu apenas um terço do senado, com mandato até 1999) e a presença de 90 milhões de eleitores inscritos (MIGUEL, 2000, p. 93)

No dia três de outubro de 1994, ainda no primeiro turno FHC tornou-se presidente do Brasil, com 54 por cento dos votos, Fernando Henrique conquistara todas as classes sociais com o bom desempenho no Ministério da Fazenda, mas o principal apoio eleitoral veio das classes mais abastadas, que não queriam, em hipótese alguma, seu adversário (Luís Inácio Lula da Silva) comandando um país, que aos olhos de muitos estava no caminho certo, reafirmando o que disse o já citado anteriormente Miguel: “assim, em 1994 um candidato – Fernando Henrique Cardoso – foi eleito pelas elites já no início do processo eleitoral” (MIGUEL, 2000, p. 96).

Essa pesquisa de mestrado tem como recorte temporal o que acontecera após essa eleição. A biografia de Fernando Henrique Cardoso passaria por uma reviravolta que colocaria em cheque sua ética política, sua diplomacia, suas relações com o passado ‘esquerdista’, com as teorias absorvidas e propagadas no decorrer de sua carreira de sociólogo e professor.

O Fernando Henrique dessa pesquisa não é o intelectual da USP, é o presidente da República. O FHC, ou o Éfe Agá que aparece na crônica de um escritor gaúcho, o Luis Fernando Verissimo, que insatisfeito com o governo, com determinadas posturas do presidente expressa através da ironia, e das críticas. Críticas estas que tocam a muitos brasileiros, sobretudo aqueles menos favorecidos com a política peessedebista.

### **2.3.1. O presidente no Jornal do Brasil**

“O novo presidente se comprometeu a governar para todos. Mas em face dessa prioridade absoluta, disse corajosamente que, se for preciso acabar com privilégios para fazer justiça a milhões de brasileiros, ficará do lado da maioria.” (JORNAL DO BRASIL, 03/01/1995). A forma com que o JB referenciava, em notícia de primeira página, o discurso de posse do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, transparecia, desde o início sua empolgação com a novidade que se anunciava no cenário da política brasileira.

Nas primeiras páginas do periódico carioca, é possível verificar um anseio, uma esperança por uma mudança política e social, que se fazia crer com a posse de FHC ao cargo mais importante do Estado. 1995 despontara no horizonte – pelo menos da imprensa brasileira – como um ano de justiça social, e da visibilidade dos problemas que assolavam a recente democracia e que punham em xeque a estabilidade do país.

Pudera! Pela primeira vez na história estaríamos sendo governados por um sociólogo, um teórico – outrora – de esquerda um estadista, alguém com competência e palavra – sobretudo palavra – para colocar em ordem um país que se não fosse o Plano Real (encabeçado por ele mesmo no governo anterior, quando fora Ministro da Fazenda do presidente Itamar Franco de Melo) estaria em completo obscurantismo social, econômico e político. Sobre isso, Costa afirma:

Qualquer análise sobre as relações entre a intelectualidade e a política deve fundamentar-se no mapeamento do contexto histórico no qual se conecta. Para isso é importante ver o intelectual a partir da sua atuação política, pois o campo político não é apenas o palco da sua ação, mas também, no caso brasileiro, de sua definição numa relação dialética, sem desconsiderar os vínculos sociais estabelecidos entre a mesma intelectualidade e as classes sociais envolvidas como meio de possibilitar a sua atuação política e o redesenho dos seus atributos essenciais. (COSTA, 2009, p. 62)

Tendo em vista o que é enunciado por Costa, veremos que a intelectualidade de FHC, seu pensamento, suas concepções teóricas são oriundas da época em que o país vivia em um regime autoritário, em que as condições econômicas diferiam em muito das condições na

qual o país se viu na década de 1990, então analisá-lo intelectualmente no exercício da presidência da república é uma tarefa arriscada, na medida em que produz anacronismos, e incompatibilidades de pensamento. Uma das incompatibilidades, que vale ressaltar aqui, é interpor uma visão do presidente como um militante da esquerda no contexto do final do século XX. De acordo com Velasco e Cruz,

A política implementada por FHC na Presidência da República não seria nem totalmente desconectada de suas formulações teóricas anteriores, nem a materialização de ideias previamente concebidas por ele, mas sim o “resultado de uma história longa, que se bifurcou em vários pontos, e as escolhas [de FHC] foram ditadas por circunstâncias e motivações que muito pouco tinham a ver com a *teoria da dependência*, ou outra teoria qualquer” (VELASCO e CRUZ, 1999, p.243).

É provável que FHC tenha, ao longo de sua vida acadêmica buscado referências no marxismo como base para sua análise da realidade do Brasil e da América Latina, mesmo no momento em que o Brasil vivia a crise da democracia com os regimes autoritários. Entretanto, nesse período já se percebia que aquele marxismo não se privava de questionar a esquerda, com os anos essa crítica só se acentuou mais, a ponto de abraçar na sua carreira políticas, ideais opostos ao que propunha a esquerda no país.

Avancemos mais um pouco na leitura daquele mesmo jornal e debruçemo-nos sobre a sessão de opinião, onde o escritor gaúcho Luis Fernando Verissimo, na coluna que leva seu sobrenome, nos incita também a pensar a posse do novo presidente. Na crônica de 05/01/1995, intitulada “Incluídos e Vespas”, o escritor começa dizendo: “Já se disse que se fosse regido pelos discursos de posse, em vez dos empossados, o Brasil seria um país muito melhor” (1995, p.8). O que nos dá ideia de sua reação perante o governo que se inicia, mostrando-se desde o primeiro momento, um crítico e contestador do mesmo.

Naquele dia que sucedia o primeiro dia de FHC frente a presidência do Brasil, Verissimo, rememora outros dois discursos de posse, na medida em que ironiza os que o proferiram, vejamos:

Uma das mais eloquentes exortações à liberdade e à justiça, jamais feitas na inauguração de um governo no Brasil foi a do discurso de posse de... tará! Garrastazu Médici. Todos sabemos o que ele inaugurou. O discurso de posse do Collor escrito pelo Merquior, independentemente do que você pensasse do projeto que anunciava, foi excelente. (VERISSIMO, 1995, p.8).

A inauguração de um governo remete às promessas, planos de mandato, entretanto, sabendo das experiências anteriores, o autor pressuponha que o que viria adiante traria

momentos duvidosos para o país, tal como ocorreu na época de Médici<sup>20</sup>, bem como de Collor<sup>21</sup>. No caso de Collor o autor faz referência ao escritor José Guilherme Merquior, crítico literário, ensaísta, diplomata e sociólogo brasileiro, suposto autor do discurso de posse do referido presidente.

No título da crônica, “Incluídos e Vespas” percebemos duas palavras que sintetizam a indignação do cronista em determinados momentos do discurso de posse do presidente. Não era, viável aos olhos de Verissimo que FHC governasse para e com os excluídos da sociedade, mas ao lado e visando favorecer interesses dos “incluídos”, ou seja, daqueles que, estiveram ao seu lado na campanha, e que, de certa forma, compõe uma elite privilegiada mesmo antes de sua ascensão à presidência.

No discurso oficial proferido em Brasília, naquele 01/01/1995, o presidente afirma que: “Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público”. (CARDOSO, 1995, p.22). Falando isso, ele acabara por anunciar uma das que seriam a maior contradição de seu governo, ou seja, as alianças firmadas pela chapa antes do pleito, trazia para cenas velhas figuras da política brasileira que tinham históricos nada confiáveis, sendo protagonistas de escândalos de corrupção e ineficiência na operacionalização da máquina política.

A própria formação dos ministérios, naquela conjuntura foi permeada de acordos e barganhas, que, a nosso ver hoje, carregam forte teor ilícito, tais alianças, também poderiam ser verificadas no poder legislativo, onde, acordos circulavam durante aprovações de projetos, encobrimentos de CPI’s e escândalos durante todo o mandato do peessedebista, podemos comprovar tais eventos através da leitura, por exemplo, do volume I de Diários da Presidência, de Fernando Henrique Cardoso, publicados a partir de 2015 pela editora Companhia das Letras.

Mas, era preciso, para justificar-se no poder, trazer para cena política (ou pelo menos para o discurso inaugural), os excluídos, os mais pobres, que há décadas constituíam-se das principais vítimas do descaso público, da exclusão social. Na esperança de melhor qualidade

---

<sup>20</sup> Emílio Garrastazu Médici, general gaúcho, foi o terceiro presidente do período da ditadura militar brasileira (1969-1974), conhecido por ter implantado a fase mais acirrada desse regime, chamada de “Anos de Chumbo”, onde o controle das atividades políticas, a censura e a repressão tornaram-se mais acirrados. Faleceu em 1985 no Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> Fernando Collor de Mello, político alagoano, foi eleito presidente do Brasil em 1989, teve um governo curto permeado de escândalos, crises econômicas e corrupção que culminaram no processo de impeachment em 1992, renunciou em dezembro daquele mesmo ano, às vésperas do seu julgamento, deixando a presidência da República nas mãos do seu vice Itamar Franco.

de vida, muitos serão favoráveis a eleição do presidente. Sem levar em conta, ou tão somente sem deixar transparecer que aquele modelo de governo que se propunha não agregava, de fato, os mais necessitados, os despossuídos, FHC lhes exorta, conforme a passagem:

O meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente de sua condição social. Mas veio também em grande número, dos excluídos; dos brasileiros mais humildes que pagavam a conta da inflação, sem ter como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos – a eles eu devo em grande parte a minha eleição. Vou governar para todos. Mas se for preciso acabar com os privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros que ninguém duvide: eu estarei do lado da maioria. (CARDOSO, 1995, p. 14-15)

As vespas são os incluídos dos quais fala Luis Fernando Verissimo, estes não compõem a grande maioria dos brasileiros que o empossado pretende defender: não são as crianças abandonadas nas ruas, nem as mulheres, nem as minorias raciais, nem os indígenas. Mas são aquilo que podemos chamar de parasitas do governo. Sobre isso Verissimo dirá em sua crônica: “Falou nos ‘excluídos’ com sentimento insuspeito, mas formou um governo de incluídos, aliado a excludentes notórios, gente que tinha que sobrar em qualquer projeto sério de reviravolta social no Brasil” (VERISSIMO, 1995, p. 11).

As notícias presentes nas edições d’O Jornal do Brasil, por outro lado, não viam o discurso do presidente com o mesmo ceticismo do cronista. Aliás, o Jornal do Brasil, desde a sua criação ainda no século XIX, constituiu-se num veículo que sempre buscou estar aliado aos governos, por mais que tivesse suas posições delimitadas, como ocorrera na transição do Império para a República. Em 1995, por sua vez, apenas celebrava a posse de Fernando Henrique Cardoso com entusiasmo e esperança no cumprimento das promessas veiculadas e refutava a ideia de que os meios de comunicação tinham como tarefa zelar por uma sociedade mais justa, como veremos:

Só esse mutirão cívico, unindo governos e comunidades, será capaz de assegurar direitos iguais aos iguais. Temos de participar dele e exigir que o progresso econômico se traduza na equanimidade e no fim dos privilégios. Só isso conferirá credibilidade ao novo governo que se inicia. (JORNAL DO BRASIL, 03/01/1995)

O cronista chama ainda atenção para um fato: “Éfe Agá identificou-se com a geração da esperança” (1995, p.11), aliás, tal palavra é citada seis vezes ao longo do discurso do presidente. Seu uso justifica-se de várias maneiras, entre elas uma que o próprio Verissimo aponta: “Talvez tivesse dramatizado de propósito. Talvez, em vez de falta de jeito fosse uma



crítica implícita a todos os discursos de posse do passado, a todo dito que nunca foi feito.” (VERISSIMO, 1995, p.8). Falando assim, o autor expõe que o uso da “esperança” sugira que o presidente teria a intenção de fazer com que seus expectadores acreditassem que seu governo seria, finalmente, diferente daqueles que o sucederam.

Pensando dessa forma, o cronista lança nas últimas linhas de seu texto uma assertiva que soa de duas formas: como ironia, posto que ele tornou-se um dos maiores críticos da figura do presidente, e por outro lado também como corroboração dessa esperança anunciada. Ele diz: “E quem sabe? Éfe Agá pode ser o primeiro presidente a conseguir encurtar essa imensa distância que existe entre o Brasil real e o Brasil da boca pra fora” (VERISSIMO, 1995, p.8).

A posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1º de janeiro de 1995, foi visto com grande entusiasmo pelo *Jornal do Brasil*. “Cardoso lidera povo mais otimista do mundo”, dizia a edição de 01/01/1995, e, destacamos também o editorial “O Despertar do Futuro”, onde enfatizou-se a nova era que se instaurava no Brasil naquele dia. Verissimo, céptico, dois dias depois, na crônica ilustrada anteriormente, afirmava que esse novo vinha na forma do neoliberalismo, que aliás, aproveitou e lhe bateu a carteira. O próprio FHC, diria anos depois sobre aquele episódio:

Os estudos aqui empreendidos, colaboram com uma rede mais ampla que busca encontrar na literatura (seja ela jornalística ou não) uma fonte imprescindível para compreensão de aspectos políticos de nosso tempo na medida em que ela opera como um autêntico sistema de significações culturais e políticas. O *Jornal do Brasil* permitia várias visões sobre o presidente, percorrendo suas páginas nos deparamos tanto com visões elogiosas de seu governo, quanto com a crítica, nesta última se localiza as crônicas de Luis Fernando Verissimo.

#### **2.4. O presidente de papel: uma análise do personagem Éfe Agá**

Nas crônicas que Luis Fernando Verissimo escreveu ao longo da década de 1990, sobretudo para publicação no *Jornal do Brasil*, encontramos um personagem que se destaca

e que está presente a maioria dos textos dos quais selecionamos para análise dessa pesquisa, trata-se de *Éfe Agá*, personagem que representa, de forma satírica Fernando Henrique Cardoso, o então presidente do Brasil.

O próprio Verissimo afirma que o personagem surgiu de uma brincadeira para personalizar a crítica ao então presidente<sup>22</sup>. Mesmo sem a pretensão do autor, o personagem ganhou notoriedade, e aparece na maioria das crônicas que selecionadas para compor o corpus documental dessa pesquisa de mestrado. As primeiras crônicas nas quais há a presença de *Éfe Agá* datam da primeira metade do ano de 1994, quando FHC ainda era ministro da Fazenda e começara a cogitar a ideia de tornar-se presidente, mediante o sucesso de seus planos econômicos.

*Éfe Agá* nos remete a pensar no conceito de personagem tal como elucida Luis Gonzaga Motta quando diz que a personagem é “a representação de pessoas e conceitos na forma de uma pessoa ficcional” (MOTTA, 2013, p. 173), podemos imaginar que *Éfe Agá*, funciona como um repositório de atributos referentes ao presidente, ao passo que nele, também são lançadas um conjunto de críticas – que são comuns a determinado segmento da sociedade, não só do autor – e que ele é a própria denúncia daquilo que não é satisfatório no governo vigente.

Motta afirma ainda que “a personagem assume um tipo, traços singulares que caracterizam certos sujeitos arquétipos” (2013, p. 173). Sendo assim, *Éfe Agá* assume tais traços presentes na figura real do então presidente. Para Motta, por mais real que possa ser um personagem, ele sempre será uma criação, que algumas vezes pode ser estereotipada, mas não devemos perder de vista que sempre será baseada em uma pessoa real.

É preciso, mais uma vez, estar atento ao fato de que Verissimo cria uma representação do presidente, embora admita a existência de FHC, ele usa o recurso do personagem para lançar seu olhar crítico ao então governante do país. É provável que dessa forma *Éfe Agá* habite na realidade da própria narrativa representando um sujeito histórico, o FHC. Não cabe aqui analisar por que Verissimo se utiliza de um personagem fictício, quando, poderia usar o próprio FHC. Não obstante, um olhar voltado para a obra do cronista gaúcho veremos que o uso de personagens é uma característica marcante em sua obra.

Ao longo de sua carreira, o escritor gaúcho deu vida a vários personagens, que agem como verdadeira síntese de determinados estereótipos, os tipos podem ser verificados em

---

<sup>22</sup> Luís Fernando Verissimo afirmou em entrevista para esta pesquisa, em janeiro de 2018.

crônicas soltas, como é o caso de Dora Avant, mas podem também aparecer em livros, que transpassam décadas, como é o caso do seu mais famoso personagem, o Analista de Bagé<sup>23</sup>.

Essa concepção de personagem é ideal para compreensão de *Éfe Agá*, na medida em que não seria possível cumprir com o objetivo dessa pesquisa – a criação de um quadro humorístico acerca do governo de FHC – sem que levemos em consideração essa figura presente na maioria das crônicas. Na análise pragmática da narrativa, veremos que:

O uso de designantes das personagens, como os nomes próprios, os identificadores (cargos, funções, etc) e as correspondências (competência para realizar certas ações ou declarar tal coisa, etc) devem ser levados em conta na análise pragmática, porque são utilizados pelo narrador para produzir efeitos de real, para referenciar as personagens. As constantes referências ao nome da personagem remetem às suas características e competências, à sua autoridade, ao seu ser e fazer. (MOTTA, 2013, p.178)

É possível identificar na construção da personagem *Éfe Agá* as artimanhas empregadas pelo autor/ narrador para expor sua opinião sobre o governo, ele cria um personagem que é síntese não só de uma pessoa, mas de um conjunto de ações realizadas num governo. O narrador transfere para o enredo de suas crônicas suas próprias crenças, sobretudo ideológicas, de forma que nelas são manifestadas seus desejos e intensões. “A personagem pode indicar investimentos ideológicos dos narradores, assim como dos leitores.” (MOTTA, 2013, p. 180). Nesse sentido, *Éfe Agá* atua como uma antítese de como o autor realmente gostaria que fosse a situação brasileira no tocante ao governo.

É possível que um sujeito que tenha vivido na década de 1990 e tenha acompanhado de perto a política empreendida por Fernando Henrique Cardoso estabeleça facilmente as relações entre os acontecimentos narrados na crônica com a realidade brasileira. Passados mais de 20 anos, ao ler as crônicas do JB esbarramos na linha entre ficção e história. E separar esses dois gêneros não é tarefa das mais fáceis, posto que a fronteira é movediça, e que uma tem a outra como referente a todo tempo. O mesmo se aplica ao personagem, parte indissociável da narrativa.

*Éfe Agá*, nada mais é do que aquilo que Motta nomeia de “figura de papel” (2013, p. 190). Ou seja, personagens do discurso, não podemos tratá-las como uma pessoa em si, como trataríamos se fosse num texto jornalístico informativo, como a notícia. O título dessa sessão (o presidente de papel) faz analogia a esse conceito. Sobre isso, Motta nos alerta:

---

<sup>23</sup> O Analista de Bagé é um personagem criado por Luís Fernando Verissimo em 1981, ganhando, além da literatura, versões em quadrinhos, teatro e cinema. Publicado originalmente em forma de crônica, e editado em diversos jornais do país, as histórias de O Analista retratam o estereótipo da personalidade típica dos bajeenses. O personagem representa um gaúcho, psicanalista supostamente freudiano de linha ortodoxa de palavras marcantes e ilustrativo da sabedoria popular do Rio Grande do Sul.

Deve-se, portanto, no estudo de qualquer narrativa evitar a análise do tipo psicologista ou social da personagem e concentrar atenção na sua representação como estratagemas do discurso: observar como o narrador imprime no texto marcas com as quais pretende construir a interpretação da personagem na mente dos leitores. MOTTA, 2013, p. 179)

A figura de papel não é uma pessoa, mas uma representação, e as representações, como é o caso das literárias, apresentam dois sentidos, de acordo com o historiador Roger Chartier, no primeiro exibem um objeto ausente substituído por uma imagem que assume o papel de reconstruí-lo na memória; no segundo exhibe uma presença, como a representação pública de algo (CHARTIER, 1990, p.20).

Nossa personagem o *Éfe Agá*, enquadra-se nessa segunda perspectiva de representação elencada por Chartier. Ele é a representação de um ser presente, de alguém que existe em sua materialidade, sem com ele confundir-se. Posto que “a análise das personagens traz desafios instigantes relacionados a complexa relação entre realidade histórica fática e sua representação discursiva.” (MOTTA, 2013, p. 190), essa pesquisa detém-se aquele que é sujeito do discurso de Verissimo, a figura construída por ele, o *Éfe Agá*.

Vale salientar, que para Luis Fernando Verissimo, o personagem de *Éfe Agá* não se refere em momento algum ao antigo professor da USP, sociólogo e militante que Fernando Henrique fora no início de sua carreira pública. O autor parece separar a figura pública em duas. Tal fato é notado na crônica *O Resgate*, publicada no Jornal do Brasil no dia 06 de janeiro de 1997:

Ouvi dizer que há um movimento em São Paulo para resgatar o Fernando Henrique Cardoso. Velhos companheiros do professor, sociólogo e político de esquerda estariam se reunindo em segredo para planejar a operação. Uma corrente defenderia uma ação espetacular, algo como a invasão de uma embaixada e a tomada de reféns seguida de um ultimato para que o governo lhes devolvesse o Fernando Henrique. [...] A tomada de reféns poderia esbarrar na determinação do presidente *Éfe Agá*, que se recusaria a entregar o velho Fernando Henrique, forçando a mão dos conspiradores. [...] há dúvidas quanto ao estado de Fernando Henrique. A verdade é que ninguém o via mais depois da inauguração. Ele pode estar inconsciente, hipnotizado, ou pode ter deixado de existir. Ninguém sabe ao certo o que o poder fez com ele. Mas o grupo acha que ainda há o que resgatar, pelos velhos tempos. (VERISSIMO, 06/02/1997)

Embora a história acima relatada não passe de ficção em tom anedótico, podemos identificar nela um protesto, o qual já anunciamos nesse texto, referente ao fato de FHC mostrar-se dúbio e até contraditório aos seus próprios preceitos. Em outras palavras: *Éfe Agá* mostrava um sociólogo que virou presidente, mas não um presidente que era o sociólogo.

### 2.4.1. FHC e Éfe Agá: dois papéis sociais

Não raro, no conjunto de crônicas estudadas, nos deparamos com dois papéis sociais rachados, que nos revelam duas figuras díspares do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Na crônica *Antígona* (de 12 de setembro de 1995), o cronista confessa que leu na revista *Veja* que o presidente não o lê, entretanto, como represália lhe incita que “para o tempo que ele ganha não me lendo, sugiro que leia um autor que ambos admiramos: Fernando Henrique Cardoso”. Aqui, fica claro que há dois Fernando’s, de um lado aquele que o autor admirava por sua carreira intelectual e do outro o presidente peessedebista.

Mais adiante na crônica intitulada *O Outro*, em fevereiro de 1996, o autor dirá: “Lendo o que o sociólogo e político Fernando Henrique Cardoso disse no México sobre globalização, elites e vergonhas nacionais, pensei: taí, o dia em que esse cara se candidatar para presidente, voto nele”. (VERISSÍMO, 24/2/1996). A ironia dá-se pelo fato de que FHC já era presidente, mas o seu discurso ia contra suas práticas. E como sugere o título, Verissimo nos leva a uma reflexão filosófica “somos o que somos ou somos o que dizemos que somos?”. Ou ainda “Nós sabemos o que dizemos que somos ou somos o que fazemos?”, como afirma na crônica *Água Mineral* de 26 de julho de 1995:

O Éfe Agá, por exemplo, tem insistido em que o governo que ele faz não é neoliberal, é social democrata. Tem cheiro, gosto e aspecto de neoliberal, mas isto é apenas uma embriaguez dos sentidos, a verdade está no rótulo que ele pôs. Nós sabemos o que dizemos que somos ou somos o que fazemos? (VERISSIMO, 26/07/1995)

A pergunta anterior é retórica, se tratando da personalidade – pelo menos política – de Fernando Henrique Cardoso, podemos crer que o autor não almeja com ela, obter uma resposta, mas nos levar a refletir sobre os dois papéis que colocamos em xeque na presente sessão. O autor é saudosista, o tempo todo rememora uma identidade perdida, uma essência não preservada – ou a ausência desta – pelo então presidente.

A não conformidade de Luis Fernando Verissimo com a atual postura de Fernando Henrique Cardoso pode ser verificada em muitos momentos. Na crônica “Sociólogos” a última publicação de Verissimo antes da posse de FHC, o autor ironiza o fato de estarmos às vésperas de ser governados por um intelectual, já anunciando, nas entrelinhas, que esse fator, pouco pesaria na presidência. Vejamos:

Escrevendo num recente “London Review of Books” sobre as eleições brasileiras, o historiador Perry Anderson notou um detalhe irônico na próxima posse de Éfe

Agá: no único país do mundo em que as ideias do inventor da sociologia como disciplina, Augusto Comte, tiveram consequência política, tanto que inspiraram a república e o lema da bandeira, o primeiro sociólogo chega ao poder. Mais de cem anos depois da proclamação da República. E em vez de um sábio positivista como nos sonhos de Comte, ele é um produto da sociologia marxista, aquele outro materialista cientificista do século dezanove, só que do nosso lado. Comte não sabe se pula no túbulo de alegria ou de raiva. [...] no estado positivo idealizado por Augusto Comte o poder espiritual estaria com os sociólogos e o poder temporal com os industriais. Examinando o ministério de Éfe Agá concluiu-se que Comte, afinal, não tem muita razão para se agitar no túbulo. (VERISSIMO, 29/12/1994)

A referência ao sociólogo francês Auguste Comte, em nada tem a ver com a defesa de sua teoria, por parte de Verissimo, mas é um recurso utilizado para incitar a discussão de que FHC teria, há muito tempo, abandonado posturas inerentes ao ofício intelectual, sobretudo aquelas que dizem respeito às teorias marxistas, tão defendidas outrora. Doze anos depois de sua posse como presidente da República, Cardoso dirá:

Quantas vezes no exercício da presidência tive que escolher entre o ruim e o menos ruim? Ou entre objetivos moralmente justificáveis, mais incompatíveis. [...] Nessas horas o peso das discussões teóricas recai abruptamente na cabeça do líder, não como teoria, mas como experiência vivida. (CARDOSO, 2006, p. 50)

É óbvio que FHC não abandonou completamente a postura de sociólogo, posto que seu legado encontra-se bem vivo nos dias atuais, na forma de livros, artigos, teorias, que ajudam compreender dadas realidades tanto brasileiras quanto a nível de América Latina<sup>24</sup>, mas sua trajetória, nos anos 1990, mostra claramente que ele abandonou sim, os ideais pelos quais lutava nas décadas anteriores. A militância num partido como o PSDB, que o levava a presidência da República implicava em ‘esquecer’, ‘ignorar’ um passado esquerdista, essa temática também é bastante explorada por Verissimo:

Como e distingue um esquerdista de um direitista no Brasil? [...] Foi por isso que a eleição do Éfe Agá despertou tanta expectativa. Certamente alguma coisa pode separar um esquerdista de um direitista em seu desempenho no governo, a tal de práxis que eles tanto falavam quando falavam diferente. Finalmente, depois de tanto tempo, íamos poder distinguir um do outro. Mas parece que ainda não vai ser desta vez. (VERISSIMO, 03/02/1995)

---

<sup>24</sup> Exemplos de alguns livros teóricos nas áreas de Sociologia, Antropologia, Política e História de autoria de Fernando Henrique Cardoso: *Mudanças Sociais na América Latina (Civilização Brasileira, 1969)*; *Dependência e Desenvolvimento na América Latina (Civilização Brasileira, 1969)*; *Política e Desenvolvimento nas Sociedades Dependentes (Zahar Editores, 1971)*; *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil (Difusão Europeia do Livro, 1972)*; *O Modelo Político Brasileiro: e outros ensaios (Difusão Europeia do Livro, 1973)*; *Autoritarismo e Democratização (Paz e Terra, 1975)*; *As Ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento (Editora Vozes, 1980)*; *A Construção da Democracia: estudos sobre política (Editora Siciliano, 1993)*; *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas (Insular, 2000)*; *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional (Paz e Terra, 2003)*; *Cultura das Transgressões no Brasil (Editora Saraiva, 2008)*; *Brasil Globalizado (Campos Elsevier, 2008)*; *América Latina: Governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise (Elsevier Brasil, 2009)*.

É possível que o desencanto de Verissimo em não termos uma clara diferença entre direita e esquerda – pelo menos no tocante ao presidente – deva-se ao fato de que, para ele, ainda é muito viva a memória dos anos de luta intelectual e política de Fernando Henrique em oposição aos governos direitistas (como os da ditadura militar). Quando indagado sobre tais questões, o próprio FHC dirá que:

Quando me perguntam “você é de direita ou de esquerda”, respondo que é preciso, primeiro, nos entendermos sobre os termos. Ser de esquerda, para mim, não é mais querer quebrar a ordem social, imaginar que uma classe salvadora vai fazer a revolução, não significa mais que o Estado vai ser ator predominante, mas tampouco significa o oposto, que o mercado vai resolver todos os problemas. (CARDOSO, 2012, p. 70)

Nas linhas transpostas acima, FHC, já afastado da política em 2012, no auge de seus 80 anos, parece estar “em cima do muro” e não apresentar uma descrição clara em relação aos dois polos antagônicos da política. Queria ele dizer que sua atuação política teria obedecido aos critérios dessa ‘nova’ esquerda que ele define confusamente? Ou, nessas palavras, tentara se eximir da ‘culpa’ de ter governado oito anos com base nos ditames direitistas que estavam em voga e que caminhavam juntamente aos propósitos neoliberalistas? Em outro momento de sua história, mais precisamente durante sua atuação como senador da República, Cardoso, em entrevista concedida a jornalista Miriam Leitão define-se esquerdista, mesmo sendo um crítico da mesma, vejamos como relata Santaella-Gonçalves:

Em uma entrevista concedida à Miriam Leitão, para a Playboy de outubro de 1984, FHC se define politicamente como sendo de “esquerda independente”. A jornalista pergunta, então, por que ele brigava tanto com a esquerda.

Pelo seguinte: eu quero ter uma visão moderna da realidade e muitas vezes me parece que a esquerda não é capaz de ter essa visão. Fica muito presa a certas fórmulas. No começo dos anos 70, a esquerda queria que eu escrevesse que o país estava estagnado. Eu achava que não. Achava que o golpe de 64, reacionário politicamente, tinha facilitado a evolução capitalista e produzido efeitos transformadores na estrutura social do Brasil. Isto foi considerado como apoio aos militares, como revisionismo, estas coisas que a esquerda fala sempre (...)

Há anos eu brigo com a esquerda. Já entrei em polêmica sobre vários temas. E não tenho medo nem das polêmicas, nem das acusações, porque eu tenho convicções e sustentação teórica do que digo. Então, está bem, eu posso estar errado, mas não há nada imoral em estar errado. E a crítica da esquerda é de que eu estou vacilando, quando eu posso apenas estar com uma análise errada. Muitas vezes estive errado, mas isto não é imoral. A esquerda pega uma bandeira e fica amarrada a ela. Mas para ser coerente não precisa ser tolo. (CARDOSO, 1984, p.30; apud. SANTAELLA-GONÇALVES, 2018, p. 242-3)

Na década de 1960 o Brasil vivia a experiência do bipartidarismo onde apenas a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

eram partidos legalmente reconhecidos. Com a reinstauração do multipartidarismo<sup>25</sup>, quando a ditadura já estava enfraquecida, a ARENA foi batizada Partido Democrático Social (PDS). Mais tarde, um grupo de políticos do PDS abandonou o partido e formou a "Frente Liberal", a qual, depois, tornou-se o Partido da Frente Liberal (PFL).

Nesse sentido, aqueles que compunham o PFL – dos quais comungavam com a então chapa eleita de 1994 – eram antigos membros de partidos outrora defensores da ditadura militar, para citar nomes pensemos nas alianças de FHC, o político baiano Antônio Carlos Magalhães<sup>26</sup>. Assim, em 1995, FHC subia ao poder levando consigo antigos membros da ARENA, que outrora não coligaram com a ditadura militar, mas fora sua sustentação.

O abandono da esquerda por parte de Fernando Henrique Cardoso inspirou Luis Fernando Verissimo escrever a crônica “Onde está a Esquerda”, publicada no JB no dia 07 de julho de 1995:

Depois de uma longa procura, a Esquerda Brasileira foi localizada em Del Castilho, no Rio [...]. Ela explica seu desaparecimento, que levou muita gente a julgar que tivesse morrido, dizendo que ficou muito magoada quando certa pessoa, a quem só se refere pelas iniciais (‘Éfe Agá’), a abandonou, recusando-se a levá-la para Brasília como prometera. Segundo a Esquerda, ‘Éfe Agá’ não queria ser visto com ela nos salões de Brasília com medo de que ela não soubesse usar talheres e o embaraçasse com lembranças do idílio deles na frente do PFL. [...] Além de abandoná-la, ‘Éfe Agá’ a insulta em público e não perde a oportunidade de denegrir as coisas que ela considera, mais sagradas como a Petrobrás e os sindicatos. (VERISSIMO, 07/07/1995)

Nessa crônica, a esquerda é apenas uma antiga amante de FHC, que, inconformada com o fim do relacionamento e conseqüentemente o abandono por parte deste, exila-se na periferia carioca e passa a viver uma vida medíocre, uma vida de quem não tem mais vez, nem espaço diante da posição social assumida por aquele que se recusou a leva-la junto com ele a Brasília. A analogia é simples, mas muito importante para compreendermos algumas ações de seu governo, como as alianças com direitistas e a privatização de muitas empresas nacionais, algo inconcebível para a esquerda do qual ele fez parte décadas antes de assumir a presidência.

---

<sup>25</sup> A lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, decretou que o multipartidarismo fosse restaurado no Brasil. Dessa forma, ficaram extintos os partidos criados como organizações, com base no Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, e transformados em partidos de acordo com a Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965.

<sup>26</sup> Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, ou simplesmente ACM, nasceu em Salvador, no dia 4 de setembro de 1927, foi um médico, empresário e político brasileiro. Foi governador da Bahia, estado que governou por três vezes (duas vezes foi nomeado pelo Regime Militar Brasileiro), exerceu dois mandatos como senador, eleito em 1994 e em 2002. Foi membro da União Democrática Nacional (UDN), da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Partido Democrático Social (PDS), teve o Partido da Frente Liberal (PFL) como sua última agremiação partidária. Faleceu em São Paulo, em 20 de julho de 2007.



Então, o conjunto de alianças somado a determinadas posturas no exercício presidencial, acabou por fazer com que Fernando Henrique Cardoso passasse a viver em descontinuidade com o seu passado ontológico, passasse a viver de “esqueçam o que escrevi”, talvez ‘esqueçam o que fui e com quem andei...’, e esses rompimentos, essas rachaduras que acabam por gerar papéis sociais distintos são captados com linguagem simplificada e bom humor nas crônicas de Luis Fernando Verissimo, tanto as que foram expostas aqui, quanto as que serão relatadas no próximo capítulo.

Em 1998, às vésperas da eleição que daria a FHC a ocupação do cargo pela segunda vez, num ato inédito no Brasil, Verissimo evocaria essa dubiedade do sujeito, chegando a assumir, em determinado momento a existência de três e não dois Fernandos. Um era o sociólogo, professor e político de esquerda, o outro era Éfe Agá e o terceiro era um outro, uma variante deste, assumida exclusivamente para a campanha eleitoral, para que não parecesse que estava disputando o cargo com si mesmo. Na crônica *Suma Fisiológica* publicada em 10 de abril de 1998, Verissimo é incisivo ao dizer que:

Já conhecíamos as convicções do professor e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, agora ficamos sabendo das convicções do Éfe Agá, seu sucedâneo político. Não são as mesmas. Segundo ele nos expôs detalhadamente na sua defesa da ambiguidade, os valores étnicos, como os direitos sociais, também devem ser flexibilizados para funcionar. Só quem não entende o longo prazo do político pode criticar a incoerência do acadêmico e só um desconhecimento do processo histórico explica os ataques as concessões passageiras. [...] a vantagem de ser um intelectual no poder é que Éfe Agá é seu próprio teórico e seu próprio exegeta. [...] o acadêmico sabe que o político está fazendo, e o que precisou sacrificar para fazer. Pelo menos Éfe Agá tem honestidade intelectual de reconhecer isto em público. Os admiradores de Fernando Henrique Cardoso só gostariam que tivesse feito o contrário, que em vez da ética acadêmica ceder à arte do arranjo, a política é que tivesse se beneficiado da devoção à verdade que ele trazia da academia. Mas era pedir demais. E é preciso lembrar que o fim pelo qual os valores absolutos estão sendo sacrificados à ética do possível já está aí: desemprego crescente, epidemias de volta, saúde pública miserável, patrimônio público doado... (*Suma fisiológica*, 10/4/98)

A taxa de desemprego brasileira saltou de 7,8% para 9,0% entre 1997 e 1998, segundo dados da Folha de S. Paulo<sup>27</sup>, o que mostra que o primeiro governo de FHC não terminara feliz como prometera aos brasileiros no seu discurso de posse. Graças a recessão do final de 1998, mais de um milhão de brasileiros perderam seus empregos, segundo a mesma pesquisa.

---

<sup>27</sup> Matéria de José Roberto de Toledo intitulada *Desemprego cresceu 15% em 98*, A Folha chegou a esses números a partir dos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1998) divulgados pelo IBGE, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0112199926.htm>. Acesso em janeiro de 2019.

No final do século XX, o contingente de desocupados em todo o país chegou a 6,923 milhões de pessoas, o que levou a década 1990 ficar marcada na história do país como a década do desemprego. Além do mais a terceirização bem como a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, só contribuíram pra a incidência do subemprego e a proliferação da miséria nos principais centros urbanos.

Assumimos que no caso brasileiro, as questões que perpassam essa experiência têm a ver com grandes processos estruturais, tanto no âmbito da economia internacional, em que a abertura e a internacionalização são principais marcas, quanto no interior da política onde o Estado, elitista em seu cerne, priva os mais pobres de direitos básicos, e os obriga “pagar a conta” em nome de um realinhamento do caos, do qual a culpa lhes é atribuída.

Quando Verissimo, ao fim do trecho fala em patrimônio público doado, ele evidencia o fato de que FHC vendeu boa parte do patrimônio industrial público construído ao longo do século XX no Brasil sob a desculpa de que estava sendo impossível para o Estado, afogado em dívidas como estava o Brasil desde o fim do regime militar, continuar mantendo tantas empresas, a maioria delas precisando de profundo enxugamento para melhorar produtividade e baixar os custos. Por isso, julgava o governo, que seria melhor deixa-las sob o cuidado do capital.

### 3. “ESQUEÇAM O QUE ESCREVI”: O GOVERNO DE FHC EM CRÔNICAS

*A caminho da cerimônia no Congresso, enquanto acenava para a multidão reunida na Esplanada do Ministérios, sentia sobre meus ombros o aterrorador peso da História. (Fernando Henrique Cardoso)*

No presente capítulo discutiremos primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso tendo como fio condutor de nossas análises as crônicas de Luis Fernando Verissimo publicadas no Jornal do Brasil entre os anos de 1994 e 1998. Foi possível, aqui, relacionarmos as crônicas a temáticas como “escândalos políticos”, “alianças”, “neoliberalismo”, “reeleição”, entre outras.

Detemos a uma emblemática frase que teria sido proferida pelo então Ministro da Fazenda e futuro Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. “Esqueçam o que escrevi” teria ganhado publicidade através de uma matéria da Folha de São Paulo em 05 de junho de 1993, que afirmara a autoria do presidente à alguns empresários com quem discutia medidas que desencadearia no famoso Plano Real. Embora negue que havia dito, a frase foi alvo de polêmicas durante toda a atuação do intelectual na política brasileira. Verissimo na crônica Mania, de 06 de junho de 1995 – há apenas seis meses após o início do governo de FHC, brinca com o incidente da frase:

Éfe Agá está fazendo uma carreira de desprezar o que estava escrito, ou prometido. [...] quando disse que era para esquecerem tudo o que escrevera no passado, era uma piada [...], ninguém achou que o político estivesse renegando o sociólogo e fazendo uma confissão pública de cinismo. Quando o governo não honrou o compromisso assumido com os petroleiros entendeu-se. [...]. Quando o governo desrespeitou o protocolo do Mercosul e impôs as cotas de importação de automóveis, desculpou-se. [...] agora, Éfe Agá declarou em outras palavras, que se identifica mais com o pragmatismo do PFL do que com os pruridos do PSDB, e chamou de burros os que defendem prioridades sociais como as que estavam no programa do PSDB – outro compromisso descumprido. Já dá para desconfiar que se trata de uma mania. Dizem que o Éfe Agá é muito pão-duro e não gosta de assinar cheques. Pudera. Um cheque assinado não pode ser recuperado e destruído com a facilidade com que se rasga uma biografia. (VERISSIMO, 06/07/1995)

Dita ou não, a frase tornara-se um bom alibi para aqueles, que como Verissimo, tornaram-se críticos do governo FHC. Não temos aqui a pretensão de questionar a veracidade da autoria, pelo fato de que acreditamos que muitas posturas adquiridas ao longo do governo de FHC foram contra aquilo que ele estudou e produziu enquanto sociólogo e cientista político. Mesmo que ele não tenha proferido a frase, muitos de nós, brasileiros, esquecemos – ou nem sequer conhecemos – o que ele escreveu. Mas lembramos e também vivenciamos

o que ele fez nos oito anos em que esteve à frente da Presidência do Brasil, assunto que já foi discutido ao longo desse trabalho.

Quando o autor fala “um cheque assinado não pode ser recuperado e destruído com a facilidade com que se rasga uma biografia.”, ele acaba por reafirmar que o presidente deixou para trás sua trajetória intelectual, rasgou sua biografia, tornou-se outro sujeito. E esse novo sujeito pactua com aqueles que, por exemplo, renegam as prioridades sociais.

Para a elaboração desse capítulo, selecionamos algumas temáticas acerca do governo de FHC, ela são as mais incidentes nas crônicas do Verissimo no período recortado, e aqui são analisadas a luz de teóricos que dedicaram-se ao assunto, e também a recortes de jornais da época, que, de certa forma, tratavam de maneira objetiva dos assuntos que também eram abordados nas crônicas. Os temas selecionados são: os escândalos nos quais se envolveram os membros do governo no início da gestão; os arranjos políticos para tornar o possível necessário; as privatizações; as alianças; o neoliberalismo e o pensamento único; e a reeleição de FHC.

### **3.1. Escândalos: um começo conturbado**

*“A crise política brasileira não é episódica, é contínua e não foi resolvida pela redemocratização” (Alberto Dines)*

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi palco de muitos escândalos políticos. O diferencial em relação a outros governos é o fato de que a cobertura midiática se mostrou assídua, dando uma intensidade maior aos fatos. Desde o final da ditadura militar era possível assistir pela televisão em tempo real, ou esperar o dia seguinte e ver no jornal impresso toda e qualquer movimentação ocorrida tanto no Planalto Central quanto fora dele.

Um escândalo político midiático constitui-se na revelação e no que vem depois dela (toda cobertura, críticas, comentários) sobre determinadas ações que ferem a moral e a ética política. No Brasil, tais escândalos têm se propagado mais frequentemente após esse período, chegando a ser considerados banais nos dias atuais. Sobre isso, Venício A. de Lima afirma:

É no contexto do jornalismo investigativo, combinado com o crescimento da mídia de massa e a disseminação das tecnologias de informação e comunicação, que surgem os escândalos midiáticos. As transformações mais recentes na natureza do processo político, cada vez mais dependente da mídia, é que fazem surgir os escândalos políticos midiáticos. (LIMA, 2006, p.12)

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi permeado de escândalos políticos midiáticos. Já no início de seu primeiro mandato, no dia 19 de janeiro de 1995, FHC extinguiu, por decreto, a Comissão Especial de Investigação. Criada por Itamar Franco, a Comissão era formada por representantes da sociedade civil, que visava investigar e combater o desvio de recursos públicos. Com esse feito, FHC mostrava sua conivência com a corrupção ao passo que todo e qualquer indício desta era rapidamente abafado.

Luis Fernando Verissimo capta cada um desses escândalos e os transpõe em suas crônicas de uma maneira bastante irreverente, mas que não deixa de manifestar sua inquietação, sua perplexidade, sua angústia diante dos fatos. A inquietude de Verissimo está presente, por exemplo, na crônica Boca Nova, publicada no JB no dia 24 de janeiro de 1995.

Já que vão revisar a Constituição, podiam revisar os Dez Mandamentos, aquela outra carta que não pegou em Brasília. Alguns pontos que precisam ser atualizados: Não roubar pouco, senão o seu caso não chega no Supremo e você pode até ser condenado. Não mentir antes de checar se os microfones estão abertos e se você é mesmo ministro da Fazenda. Honrar pai, mãe, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, filhos e filhas com cargos no seu gabinete. (VERISSIMO, 24/01/1995)

Nesse trecho identificamos uma crítica a reforma constitucional proposta pelo presidente, e que já havia sido iniciada nos governos anteriores. A ironia do cronista se encontra nas primeiras linhas, onde cita dois documentos que supostamente “não pegaram” em Brasília, com isso, ele insinua que por mais que busquem revisar as leis, muitas delas são descumpridas, como por exemplo a infidelidade (sobretudo partidária), o nepotismo, o roubo dos bens públicos, dentre outros. A historiadora Marly Motta, em artigo para a coletânea *O Brasil Republicano*, afirma que:

A agenda do governo FHC era particularmente ambiciosa e, por isso mesmo, exigia uma capacidade excepcional de negociar uma ampla reforma constitucional que varresse partes do legado varguista que subsistiram na Constituição de 1988. (MOTTA, 2018, p. 238)

A reforma da Constituição, envolvia outras questões que viriam a ser meses adiante, também temas centrais de escândalos políticos, como a reforma da Previdência Social, no *Jornal do Brasil*, em 22/01/1995, numa matéria assinada pela jornalista Carmen Kosac, a reforma é abordada e nos conduz a compreensão da crônica acima citada, a matéria diz:

BRASÍLIA – Governo e partidos começam a discutir esta semana as mudanças na Constituição. Embora as reformas tenham sido um dos principais pontos do programa de campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso, as negociações vão começar praticamente da estaca zero, do mesmo ponto em que parou a tentativa de revisão no ano passado: com a discussão de uma agenda mínima e sem que ninguém saiba ao certo o conteúdo do que deve ser votado.[...] esse vazio de propostas, apesar da semelhança com a fracassada revisão, não preocupa o governo, chegando a estar previsto no cronograma para tentar garantir a aprovação de emendas, que envolve quatro temas: Previdência, Tributos, Ordem Econômica

e Sistema Financeiro. O ministro da Justiça e coordenador jurídico das reformas, Nélson Jobim, garante que o governo não vai apresentar e, muito menos espera receber “propostas fechadas” nos seminários com os partidos. Tanto o governo quanto os partidos não querem tomar a iniciativa de mexer no que o presidente Fernando Henrique Cardoso chamou de vespeiros da reforma. (KOSAC, 1995, p.3)

É evidente, a tentativa de FHC de modificar as leis a seu favor e a favor dos seus. A reforma, o uso de medidas provisórias em excesso são provas de que o presidente se valia de meios legais, visando não a melhoria de setores que beneficiassem a população de modo geral, mas uma pequena parcela já privilegiada em seu governo. Uma prova dessa afirmação está no fato de que três semanas após a posse, ele vetou um projeto de lei aprovado no Congresso propondo o aumento do salário mínimo. Justificando-se pelo déficit orçamentário, FHC, com a reprovação do aumento salarial, estaria – por outro lado – pressionado os parlamentares a votarem a favor da reforma da Previdência. Em matéria assinada pelo jornalista Arnildo Schuls no dia 22 de janeiro diz que:

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso vai vetar integralmente o projeto de lei que aumenta o salário mínimo para R\$ 100 mensais. “Qualquer aumento que não leve em conta o déficit da Previdência Social seria demagógico”, explicou o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral. Entretanto, ele fez questão de ressaltar que Fernando Henrique tem o compromisso de aumentar o mínimo, desde que o congresso nacional tenha sensibilidade de aprovar a reforma na Previdência Social. (Schulz, 1995, p. 4)

Diante da incidência da barganha política, veremos que o mais prejudicado foi o cidadão pobre assalariado, e os que dele dependiam. As pessoas compreendendo ou não o jogo político, deram um tom drástico para a cena, que pode ser comprovado com o fato de que em menos de um mês de governo, os índices de aprovação do presidente peessedebista despencaram para 36%. Costa analisa esses fatos, da seguinte forma:

FHC conta que não teve medo das consequências negativas que o seu veto traria sobre a questão do aumento do mínimo, mas se colocou dentro daquilo que julgava ser melhor para o país: a garantia da estabilidade. [...] Frente aos fatos ele quer demonstrar que todo o líder político que se preze, mesmo que a custa de sua popularidade, tem que —pagar o preço por —manter a coerência dos seus propósitos e consistência no percurso, no primeiro caso o aumento elevaria o déficit previdenciário já ameaçado, de acordo com FHC, pela elevação do piso dos funcionários públicos federais e no último caso abriria um precedente que traria dificuldades na aprovação pelo congresso das reformas constitucionais encaminhadas como referente à quebra do monopólio da Petrobras. (COSTA, 2009, p.107)

Veríssimo de posse de um humor e uma irreverência única escreve em 09 de fevereiro, a crônica Empréstimo, onde Éfe Agá, supostamente, para apaziguar os ânimos com a opinião pública, resolve cortar seu próprio salário:

Me informaram que entre os que ganham o salário mínimo a opinião é unânime: a decisão do presidente de cortar seus próprios vencimentos foi extremamente positiva. A indústria repercutiu muito bem entre a classe. Todos se declararam empolgados com a medida e dizem que será mais fácil se sacrificar pelo equilíbrio orçamentário da União sabendo que o Executivo e os ministros estão ganhando um pouco menos. Desde o pronunciamento do presidente, anunciando uma decisão de renunciar parte do seu salário e exortando os parlamentares a fazerem o mesmo, mudou o ambiente entre os que ganham o mínimo no Brasil. O ressentimento deu lugar ao reconhecimento e sente-se uma nova disposição entre todos. (VERISSIMO, 09/02/1995)

Essa crônica nasce a partir de um pronunciamento do então presidente, que num momento oportuno resolve incentivar os parlamentares a abrir mão de determinados benefícios a fim de apagar a chama provocada pelo veto do aumento do salário mínimo, lembremos que àquela época o salário de um parlamentar tinha um piso de 16 mil reais, fora gratificações, auxílios, etc. O JB, às vésperas da publicação da crônica acima citada, publica que

Os líderes partidários estão estudando uma fórmula para reduzir os salários dos parlamentares, atendendo à sugestão do presidente Fernando Henrique. Os líderes do PFL e do PSDB reuniram para discutir um projeto de resolução reduzindo pela metade as duas ajudas de custo anuais que correspondiam ao 14º e 15º salários de deputados e senadores. (JORNAL DO BRASIL, 1995, p. 3)

É provável que nenhum corte salarial dos parlamentares tenha sido de fato efetivado no governo FHC. Pelo contrário, o presidente teve que justificar-se ainda pelo fato de vetar o aumento do salário mínimo e permitir aumentos nos salários destes e também dos ministros dos Estados, como mostra o Jornal do Brasil no dia 4 de fevereiro.

A repercussão negativa do anunciado veto ao aumento do salário mínimo de R\$ 100, da aprovação da anistia para o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e dos aumentos dos salários parlamentares, do presidente da República e seu vice, além da gratificação de 25% por função dada aos ministros de Estado, forçou o presidente Fernando Henrique Cardoso a assumir pessoalmente a explicação de suas decisões. (JORNAL DO BRASIL, 2005, p. 1)

Em março de 1995, o governo FHC apresentou ao poder legislativo proposta de reforma do sistema previdenciário brasileiro, abrangendo o setor público, mas também o privado, compreendendo os funcionários públicos, civis, militares e a magistratura. As fontes tradicionais de suprimento dos gastos públicos – o aumento de impostos e o endividamento do Estado – foram, durante muitos anos a solução para o aumento das receitas. A conjuntura econômica interna em favor da estabilidade da moeda (o real) e as pressões externas, especialmente do Fundo Monetário Internacional (FMI), para a conter o déficit público constituíam um importante freio à utilização desses meios. Além dos problemas de ajuste do

orçamento estatal, a sociedade brasileira passou a conviver com altas taxas de desemprego o que causa grande prejuízo a Previdência.

Verissimo, sobre esses acontecimentos escreveu em *Moral/estrutural*, crônica de 27/01/1995:

Temos assim uma sociedade que só é viável se a vida de uma boa parcela dela não for. Como nenhuma reforma da Previdência num futuro inimaginável vai torná-la independente dessa relação maluca, essa pirâmide de cadeiras vai ter que se aguentar por algum tempo. Resta saber até quando, se mexer na base ela não fica em pé porque não pode e se não mexer ela não fica em pé porque não merece. Seria um interessante problema moral/estrutural se tudo não fosse desabar em cima da gente. (VERISSIMO, 27/01/1995)

Entre os problemas apontados como morais/estruturais, citados na crônica destacava-se a baixa relação contribuintes/segurados, o aumento da expectativa de sobrevida dos aposentados e a redução do número de trabalhadores ativos fruto de uma crise econômica que perdurava desde os anos de regime militar. O mundo ainda se adaptava a inserção das novas tecnologias dentro do mundo do trabalho, era preciso muitos investimentos – sobretudo na educação – para que o desemprego recuasse.

Outro fato que teve grande repercussão nessa época foi a greve dos petroleiros. Os petroleiros decretaram a greve como forma de convencer o governo a lhes conceder um aumento salarial, entretanto o presidente Fernando Henrique Cardoso via o motim como um ato político. Para FHC, os petroleiros queriam demonstrar sua posição contrária a privatização da Petrobras bem como a quebra do seu monopólio.

O presidente contrário a greve, e sempre com o apoio do Tribunal Superior do Trabalho, declarou a ilegalidade da greve, colocando imediatamente o exército para ocupar as refinarias petrolíferas e intervindo nos sindicatos, que reagiram e mantiveram a paralisação. Vale ressaltar que, durante a Era Vargas, familiares diretos de FHC estiveram envolvidos na campanha “O Petróleo é nosso”, mais uma vez, as convicções do passado, não as suas intelectuais, mas as de herança familiar foram deixadas de lado.

Aqui esboçamos apenas alguns escândalos do governo FHC, recortando apenas o início de sua gestão, mas a estes, muitos outros se sucederam, talvez os mais notórios tenham sido os que envolveram as privatizações e a reeleição, como será visto adiante.

No governo FHC ficou evidente e escancarada a corrupção, a partir das investigações da mídia, que culminou em descobertas de pagamento de propinas como as que eram pagas como negociação de votações favoráveis ao governo na Câmara e no Senado, como a reforma da Previdência, etc.



Diante desse começo tão conturbado, o que se esperar do governo FHC? Verissimo, como ele mesmo se afirmou, era cético, e era também crítico e realista, na medida em que não poupou esforços para mostrar a sua verdade (versão que nos interessa aqui) por trás de cada movimentação em Brasília, de forma humorada e inteligente.

### 3.1.1. O possível necessário

Em uma de suas obras autobiográficas, Fernando Henrique Cardoso afirma que “Costumo dizer que a política não é a arte do possível. É a arte de criar condições para tornar possível o necessário.” (CARDOSO, 2012, p. 36). Essa frase diz muito sobre os acordos que foram travados ao longo do seu governo como forma de fazer com que os que era importante para o presidente e “sua corte”, fosse visto como importante e até indispensável para o próprio país.

Na crônica Tanques Virtuais, de 29 de abril de 1996, Verissimo toca nesse ponto da seguinte forma:

Não se está prestando a atenção devida a essa mudança do regimento interno da Câmara que o governo quer ver aprovada logo para que as reformas sejam votadas sem obstrução. Quer dizer, votadas num ritmo de vamos lá geral que dispense a discussão significativa e o contraditório e transforme os partidos de oposição em plateia – sujeita até, não duvido, a ser expulsa do recinto em caso de manifestação. Quando foi para sepultar a CPI dos bancos, o regimento interno foi invocado como lei canônica. Agora querem mudá-la por conveniência conjuntural, e na marra. Os fins que justificam esses meios malandros todos têm que ser discutidos. Juntos com as reformas necessárias estarão sendo votados retrocessos flagrantes, o fim de direitos e uma remodelação do contrato social brasileiro. Os tanques virtuais não podem passar assim, sem nem um solavanco. (VERISSIMO, 29/04/1996)

E os “meios malandros” dos quais nos fala Verissimo em 1996, começaram a ser usados um ano antes, no início do mandato de FHC, com a revisão da Constituição, e conseqüentemente com a implantação de medidas provisórias, que, como se supõe atendiam a necessidades momentâneas, peremptórias, muitas delas nem eram conhecidas pela população, mas era em nome desta que eram sancionadas e também silenciadas, logo que cumprissem suas funções.

As medidas provisórias, como podem ser lidas na matéria assinada por Lu Aiko em 21 de janeiro de 1995, são tidas como abusivas, e são heranças dos governos passados, que deveriam ser erradicadas pelo excesso, vejamos:

BRASÍLIA – Os computadores do Congresso registraram na sexta-feira passada 62 medidas provisórias pendentes de votação, e que serão herdadas pelos deputados e senadores que assumem esta semana. Entre os parlamentares, cresce um movimento para que o novo Congresso restrinja o festival de MPs, cujo acúmulo indica o uso abusivo que o Executivo faz desse poderoso instrumento constitucional. Adotada como remédio para superar a lentidão do processo parlamentar em questões urgentes, a medida provisória acabou rendendo ao presidente da República a acusação de usurpar prerrogativas do Legislativo. O sentimento da maioria dos parlamentares é contra a manutenção de um instrumento que se tornou quase ditatorial. (AIKO, 1995, p. 3)

Tais medidas provisórias, acabam tornando-se leis sem sê-las. E isso facilita certos tramites dentro do governo, mas o fato do presidente Fernando Henrique chegar a editar tantas medidas em tão pouco tempo nos leva a crer que algo não estava certo. Um dado de uma pesquisa mostra que o presidente edita ou reedita uma MP a cada dez dias, isso porque nos dois primeiros anos de seu primeiro mandato foram 77 medidas editadas, das quais apenas 20% transformaram-se em leis.<sup>28</sup>

O cronista é bastante sensível a estes acordos que permeiam o governo de FHC, e não os deixa passar batidos, ao contrário, os trata com ironia e crítica. Ele nos alerta ao fato de que toda falcatura que acontece é, muitas vezes, abafada pela mídia, mas ainda assim, não poderemos ignorá-las. Na crônica Tapetão de 17 de maio de 1997, Verissimo dirá que a maioria dos escândalos políticos, é jogado para baixo do tapete, pegando a deixa de uma fala do presidente:

Éfe Agá disse que os que perderam a eleição querem ganhar no tapetão, usando uma velha metáfora futebolística. Devia ter algum escrúpulo em mencionar tapete. Tapete é o segundo instrumento mais usado no seu governo, depois da medida provisória. Para baixo do tapete foram varridos vários escândalos nascentes, como o do Sivam, e CPIs abortadas, como a dos bancos. O tapetão é símbolo desse governo, prestes a nos convencer, mais uma vez, de que não foi nada. (VERISSIMO, 17/05/1997)

Primeiro, é necessária uma contextualização, chama a atenção no trecho citado alguns escândalos como o do Sivam. O Projeto Sivam – Sistema de Vigilância da Amazônia foi criado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República em 1993. O sistema se destinaria a preservação do meio ambiente na Amazônia, ao combate ao narcotráfico, à melhoria das condições de segurança da navegação aérea e fluvial, fiscalização das reservas indígenas, guarda das fronteiras e apoio a outras atividades governamentais.

---

<sup>28</sup> A FOLHA DE S. PAULO. **FHC edita uma nova MP a cada 10 dias de governo.** In: A Folha de S. Paulo. 28/02/1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc280206.htm> . Acesso em 31/07/2018.

Em maio de 1995, Fernando Henrique Cardoso e Bill Clinton afirmaram um acordo que oficializou o contrato do projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia)<sup>29</sup> com a Raytheon. Em novembro do mesmo ano, a imprensa publicou uma conversa telefônica com fortes indícios de tráfico de influência e um grande esquema de propinas para favorecer essa empresa. Sem a aprovação pela CPI da quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do embaixador Júlio César Gomes dos Santos, a CPI foi encerrada com a alegação de insuficiência de provas materiais que indicassem corrupção.

Já a CPI dos bancos eclodiu em agosto de 1995, quando foi deflagrada uma crise dos bancos Econômico (da Bahia), Mercantil (Pernambuco) e Comercial (São Paulo). Através do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer), FHC beneficiou com R\$ 9,6 bilhões o Banco Econômico numa jogada política para favorecer o seu aliado Antônio Carlos Magalhães. A CPI instalada não durou cinco meses, justificou o “socorro” aos bancos quebrados e nem sequer averiguou o conteúdo de uma suposta “pasta rosa”, que trazia o nome de 25 deputados subornados pelo Econômico.

Um ano adiante, Verissimo voltaria a tocar nesse assunto, na crônica Bolha, de 14/08/1996, ele diz: “Não é justo, portanto, chamar o PSDB de partido de salvação dos bancos. O governo está fazendo um trabalho humanitário, assistindo uma categoria despreparada para lidar com a realidade.” (VERISSIMO, 14/08/1996). Dessa forma, o cronista, criticaria os bancos bem como seus profissionais por atuarem numa esfera paralela da qual não estavam inseridos grande parte da população brasileira: no protecionismo político (nesse caso do PSDB, partido da presidência), nas benesses públicas.

Na crônica Galhofa, publicada no dia 26 de março de 1996, Verissimo volta ao assunto da desaprovação da CPI por parte do Congresso Nacional, três semanas após um notório fato que chocou o Brasil, a morte do grupo musical Mamonas Assassinas em um acidente de avião. Tanto a cobertura da tragédia quanto a da barganha política do presidente tiveram o mesmo tratamento por parte da imprensa, assim fala o cronista:

Quando os Mamonas morreram, a imprensa precisou decidir como tratar a galhofa dentro da tragédia. [...] Coisa parecida com o noticiário do fim dos Mamonas aconteceu na semana passada, quando a imprensa cobriu não uma tragédia, mas um triunfo do Éfé Agá ao conseguir a aprovação da reforma da Previdência e a desaprovação a CPI do Bancos no Congresso. Para dar a notícia completa era

---

<sup>29</sup> O Sistema de Vigilância da Amazônia ou SIVAM, é um projeto elaborado pelos órgãos de defesa do Brasil, com a finalidade de assegurar o espaço aéreo da Amazônia. Este projeto visa atender a um antigo anseio das forças armadas, cujo desejo era a presença das forças armadas brasileiras na Amazônia, com a finalidade de fazer frente às manifestações de líderes internacionais contra os direitos do povo brasileiro sobre esta região. Os sucessivos projetos de internacionalização da Amazônia fortaleceram esta percepção de ameaça sobre a soberania territorial da Amazônia Brasileira.

preciso falar das barganhas, do fisiologismo descarado – enfim, toda a letra do “vira” que empolgou Brasília – e a imprensa deu com mais ou menos detalhes. Mas as notícias também tinham uma neutralidade de observação acadêmica, de suspensão de julgamento. Como as letras dos Mamonas depois do acidente, as compras e vendas de lealdades de última hora não eram nem morais nem imorais, eram apenas dados de um fenômeno. Éfe Agá conseguiu a proeza de desassociar-se das suas próprias ações, de manter-se incólume a si mesmo. A proposta do governo que a imprensa aceitou é o que seu neopapelismo é apenas uma espécie de social-democracia de resultados, e que tudo é permitido, até a suruba, se feito por gente decente. (VERISSIMO, 26/03/1996)

O que vemos aqui é que a mídia (ou grande parte dela) compactua, o tempo todo, com os interesses presidenciais, uma vez alcançada uma reforma que atenderia a interesses imediatos do governo, e a desaprovação de uma CPI que colocaria em xeque alianças políticas por denúncias de suborno, restava aos jornais de grande repercussão noticiar com imparcialidade, sem julgamentos ou mesmo questionamentos. Não dava para mostrar o que estaria por trás dessas votações – seria imoral demais (como a letra de “o vira” da banda recém morta na tragédia).

Obsceno também, como definiu Verissimo foi a circulação de imagens a respeito da votação no final do ano de 1997 da emenda que permitia a demissão dos funcionários públicos estáveis, mais um retrocesso governo peessedebista. Na crônica Inveja no Vácuo, de 20 de novembro de 1997, ele diz:

Obscena, foi a palavra que me ocorreu para as fotos de deputados comemorando aos urros, a aprovação da emenda que permite a demissão dos servidores públicos estáveis, publicadas nos jornais de ontem. A euforia seria apenas desproporcional ao fato, até enternecedora – homens feitos flagrados num instante de excesso juvenil, sabe como é brasileiro, no fim tudo vira futebol – se não fosse uma amostra do vácuo moral em que parecem viver os poderes em Brasília. Independente da conveniência ou não da emenda, devia ter ocorrido aos deputados vibradores – muitos dos quais aprovaram há dias uma medida que permite o aumento de seus próprios vencimentos, e tem asseguradas garantias de boa vida quando perderem sua própria estabilidade na função pública – que estavam contando para desempregar pessoas, num momento em que a insegurança no emprego é a maior angústia nacional. (VERISSIMO, 20/11/97)

Em 19 de novembro de 1997, a Câmara dos Deputados aprovou o texto básico da reforma administrativa proposta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que permitia o fim da estabilidade de funcionários públicos do Estado, a emenda da demissão como ficou conhecida. O JB do dia seguinte, dizia que: “os líderes dos partidos governistas comemoram a vitória do governo, mas estavam pessimistas em relação à aprovação do dispositivo que permite a demissão de servidores por excesso de pessoal” (JORNAL DO BRASIL, 1997, p. 1).

De acordo com a lei votada, os servidores públicos que não tivessem uma avaliação de desempenho satisfatória poderiam ser demitidos; também poderia ser demitidos quando os gastos com a folha de pagamento pessoal da União, Estados e Municípios ultrapassasse 60% da receita; aumentava ainda o período de estágio probatório de dois para três anos, dificultando assim a estabilidade; os aumentos a partir daí, só seriam permitidos por lei.

Estas e outras medidas acionadas pelo Congresso era mais uma que não visava o bem comum da nação, momentos eufóricos como este, mostravam a desvalorização do cidadão de menor status social, na medida em que os mais prejudicados jamais seriam os funcionários de alto escalão como previam os deputados, mas os trabalhadores comuns, que viam o esforço pela estabilidade ruir. Sobre o Congresso e seus atos corruptos, Verissimo escreveria Intolerância (II), no dia 05 de junho de 1996:

O brasileiro não está preparado para a democracia”, é o que muitos querem dizer, mesmo sem saber, quando destratam o Congresso. O povo vota errado e o votado não sabe como se comportar no poder, e o resultado é essa vergonha. Implícitos na crítica estão o desprezo pela massa e a nostalgia de uma assembleia de casta. [...] O Brasil moderno não pode nascer porque esse Brasil pequeno, o Brasil ignorante e mesquinho da paróquia, não deixa. O errado nessa formulação é que o Congresso lamentado é um produto da mesma casta que produziu o presidente. A democracia brasileira é a democracia que sua elite elegeu e permitiu. O grande, o maior escândalo desse Congresso não são os que estão lá, são os que não estão. Os brasileiros subempregados, subnutridos, subjugados e até hoje sub-representados. (VERISSIMO, 05/06/96)

Assim, ao criticar o Congresso, Verissimo não deixa escapar aqueles que o elegeu. A massa desprovida de tudo (de emprego, de alimentação, de moradia, e até de representação) ao eleger tais figuras ao cargo público, a massa vai de acordo com os princípios de uma elite da qual não pertencem, de um pequeno grupo detentor de capital – estes sim, representados pelo Congresso e pela Presidência principalmente – uma elite responsável também pela desigualdade.

### 3.2. Privatizações

*Por ironia, o cantochão contra mim e contra o governo quase sempre reprisava que éramos ‘neoliberais’, queríamos privatizar tudo, minimizar o Estado e servir ao capital. (Fernando Henrique Cardoso)*

Outro assunto bastante polêmico que permeou o governo de FHC, diz respeito às privatizações, que consiste no processo de venda de uma instituição ou empresa pertencente

ao Estado, ou seja, um patrimônio público. Tal empresa passa a integrar o setor privado por meio de leilões públicos, essa prática condiz com os ideais da política neoliberalista, visando obter maior eficiência reduzindo despesas do governo e conseqüentemente, gerando recursos. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi considerado o governo que executou as maiores privatizações da história do Brasil.

Para que o processo de privatização pudesse ser iniciado foi necessário que o governo cumprisse algumas etapas como por exemplo, a mudança da Constituição de 1988, como já foi discutido no início dessa sessão, que instituiu o monopólio no setor. Foi também necessário a criação de uma nova Lei que revisse o papel do Estado no setor. Depois estabeleceu-se uma agência reguladora independente, que permitisse a concorrência e fiscalizasse os serviços públicos prestados por estas empresas – agora – privadas. Vale lembrar que, como afirma Marly Motta: “Ao mesmo tempo, o deslanchar do processo de privatização teria uma dupla função: financeira e ideológica” (MOTTA, 2018, p. 232)

O processo de privatização do governo FHC teve um de seus momentos mais marcantes em 1996 com a venda da empresa Light Serviço de Eletricidade S.A., nesse processo foi arrecadado 2,26 bilhões de dólares, e a concessão ficou com empresas francesa e estadunidense. Neste ano a receita anual com a venda das estatais no Brasil atingiu o recorde. Entre os anos de 1995 e 1996 totalizaram 19 privatizações de empresas estatais gerando uma arrecadação de US\$ 5,1 bilhões, segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento, o BNDES<sup>30</sup>. Segundo Aloísio Biondi, em seu livro *Brasil Privatizado* (Perseu Abramo, 2003), as dívidas se sobreporiam aos lucros, e a crise brasileira não seria, de forma alguma solucionada com as vendas:

A venda das estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo – e “salvando” o real. E o dinheiro arrecadado com a venda serviria ainda, segundo o governo, para reduzir também a dívida interna, isto é, aqui dentro do país, do governo federal e dos estados. Aconteceu o contrário: as vendas foram um “negócio da China” e o governo “engoliu” dívidas de todos os tipos das estatais vendidas; isto é, a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que “compraram” as estatais não usaram capital próprio, dinheiro delas mesmas, mas, em vez disso, tomaram empréstimos lá fora para fechar os negócios. (BIONDI, 2003, p.9)

Para poder dar continuidade a esse projeto, e justificar suas ações, era preciso convencer a população – nesse ponto a mídia atuou fortemente – de que era necessária essa arrecadação imediata para o saneamento de determinada dívida que incomodava aos

---

<sup>30</sup> Informação disponível no site do BNDES: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) .

brasileiros, como a externa, por exemplo. E mais, dizia-se que seriam efetuadas melhorias na prestação dos serviços para a população. Nem uma, nem outra coisa, concretizou-se, como bem se sabe. Biondi, sobre isso afirma:

Sem sombra de dúvida, os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado poderoso. Houve a campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do “esgotamento dos recursos do Estado”. Mais ainda: a sociedade brasileira perdeu completamente a noção – se é que a tinha – de que as estatais não são empresas de propriedade do “governo”, que pode dispor delas a seu bel-prazer. Esqueceu-se de que o Estado é mero “gerente” dos bens, do patrimônio da sociedade, isto é, que as estatais sempre pertenceram a cada cidadão, portanto a todos os cidadãos, e não ao governo federal ou estadual. Essa falta de consciência coletiva, reforçada pelos meios de comunicação, repita-se, explica a indiferença com que a opinião pública viu o governo doar por 10 o que valia 100. (BIONDI, 2003, p.21)

Verissimo trata tais premissas como sentença simplista, na crônica Cachorro Chutado, de 27/07/1995:

De acordo com a sentença simplista, são os gastos com as estatais que impedem o governo de investir na saúde, educação, etc. como todo mundo sabe que as estatais são coisas de socialistas obsoletos, está explicado: a responsabilidade pela dívida social do Estado com a nação é da Esquerda. A Esquerda também é culpada da aglutinação dos conservadores no “centrão” que nos desgoverna desde sempre. Ou seja, a esquerda é responsável pela direita. (VERISSIMO, 27/07/1995)

O primeiro a se notar nesse trecho é a banalização dessas “desculpas” para se privatizar empresas de grande capital do estado, como se o dinheiro arrecadado fosse realmente empregado em serviços públicos como saúde, educação, etc. Em segundo lugar, o que o governo vigente, encabeçado por uma frente de direita, fazia era o contrário ao que propunha as políticas de esquerda, que, pelo menos teoricamente, seria a planificação da economia e o controle do Estado sob as empresas (meios de produção). Aí está sua ironia ao culpabilizar a esquerda pelas decisões tomadas pela direita.

Em 1997, a “privataria”<sup>31</sup> encontrou um terreno fértil para sua continuidade, Verissimo não deixa de inserir esses assuntos em suas crônicas e com isso incomodar bastante, sobretudo a imprensa, que se empenhava, majoritariamente em mostrar o lado bom das desestatizações. Ainda naquele ano foi iniciado o processo de privatização do setor de telecomunicações. Foram licitadas concessões de telefonia móvel celular para três áreas do território nacional, no valor de US\$ 4 bilhões.

---

<sup>31</sup> *Privataria* é um neologismo criado pelo jornalista ítalo-brasileiro Elio Gaspari. O termo mescla as palavras privatização e pirataria, que foi utilizado inicialmente para descrever o processo de privatizações de empresas estatais iniciado pelo governo do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Apesar de não constar em nenhum dicionário, o termo é usual entre setores da esquerda e alguns jornalistas.

A venda das empresas de telecomunicações de propriedade do governo tornou-se possível com a aprovação, em julho de 1997 da Lei Geral de Telecomunicações. Luís Felipe Miguel, sobre isso, afirma:

Não se pode esperar uma cobertura equânime dos órgãos de mídia quando estão em jogo seus interesses básicos de empresas capitalistas ou, então, os dos anunciantes, que formam seu verdadeiro público. Para usar um exemplo mais palpável, não era razoável acreditar que a mídia brasileira daria espaço aqueles que se opunham à privatização do sistema público de telefonia, quando muitas das principais empresas do setor participavam de consórcios envolvidos na compra de estatais. (MIGUEL, 2002, p. 55)

As privatizações foram fenômenos que geraram grandes escândalos políticos midiáticos, dentro da concepção do que discutíamos anteriormente. Veremos, por exemplo, que a venda da Companhia Vale do Rio Doce<sup>32</sup>, uma das principais empresas mineradoras do país constitui-se num dos processos de privatização mais polêmicos ainda que a privatização das telecomunicações. A empresa era a maior exportadora brasileira e o governo para poder vendê-la precisou vencer inúmeras ações judiciais, posto que as negociações envolviam valores discutíveis, juntamente com indícios de operações ilegais como: o envolvimento de propinas, desvio de dinheiro público e a utilização “lavagem” de recursos financeiros em paraísos fiscais.

De Bobos e Bandidos é o título de uma crônica de Luis Fernando Verissimo, escrita em 29 de novembro de 1996, onde ele expõe sua opinião e nos remete a uma discussão sobre a privatização da já citada empresa:

Com a privatização da Vale do Rio Doce o Brasil prepara-se para, literalmente, entregar o ouro para os bandidos. [...] no caso da Vale, só a devoção cega a um dogma explica que se queira entregar assim uma empresa que dá certo, dá lucro e protege nossos interesses de salteadores conhecidos. Dizem que a desestatização da Vale será um grande sinal para o mundo de que o Brasil está aberto e pronto para se integrar na Modernidade. (VERISSIMO, 29/11/1996)

O autor questiona aqui o fato de se vender uma empresa do Estado que estava dando certo. O que levava o governo a se desfazer de um bem que aos olhos de todos gerava benefícios aos cofres públicos? Sua venda, como de tantas outras empresas eram parte de um projeto maior, que visava a integração do Brasil a economia global, diga-se de passagem, ao neoliberalismo.

---

<sup>32</sup> A Companhia Vale do Rio Doce, é uma mineradora multinacional brasileira. É uma das maiores empresas de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel. A Vale, como é conhecida atualmente, foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, em 1942, e sofreu privatização por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso em 1997. A empresa também produz manganês, ferroliga, cobre, bauxita, potássio, caulim, alumina e alumínio.



Quando Verissimo fala nos salteadores conhecidos, ele se refere aos frequentes casos de corrupção, de empreguismo e de ineficiência ocorrida em grande parte das empresas estatais. Entretanto, a ocorrência de tais práticas não pode, de forma alguma, justificar a venda para grupos multinacionais patrimônio público por um valor muito inferior ao real, dando a esses grupos econômicos privilegiados a oportunidade de realizar lucros extraordinários.

Em 26 de abril de 1997, Verissimo publica a crônica Mais Longe, na qual lamenta o fato da empresa brasileira, criada com incentivo do Tesouro Nacional em 1942, agora estar nas mãos do capital estrangeiro:

Apesar da sua eficiência e dos seus lucros, a Vale teria chegado até onde podia chegar sem ser privatizada. A legislação brasileira e a burocracia peculiar às estatais a impediram de fazer mais e a União não poderia investir o que ela precisa. Reformar as leis e a burocracia insensata e o próprio conceito de empresa pública no Brasil, e capacitar a Vale a gerar sua própria expansão, eis um bom combate. Este valeria [...] todo o esforço, toda a saliva e toda verba publicitária gastos em nos convencer que vender pouco a poucos o que poderia render muito mais a todos é um bom negócio. (VERISSIMO, 26/04/1997)

A venda da Vale parecia não levar em conta o valor potencial das reservas de ferro em posse da companhia na época, apenas o valor de sua estrutura. Numa decisão muito mais política do que econômica, administrativa ou fiscal. A privatização teve objetivos políticos explícitos, e as consequências foram visíveis.

Tendo em vista o avanço das privatizações no Brasil, foram criadas várias agências reguladoras a fim de ditar as regras para as novas empresas que passaram a atuar no país. Por exemplo: como as telefonias estaduais foram extintas, mas as companhias privadas tem que se submeter a Anatel<sup>33</sup> para poderem operar no Brasil. Vale salientar, que elas serviram, nesse contexto, para mostrar para a sociedade que mesmo pertencendo ao setor privado, o Estado estava “de olho” na prestação de serviço das empresas.

Verissimo, como muitos brasileiros não acredita muito no funcionamento de tais instâncias, aliás, contra FHC e suas medidas nada era feito. Havia um ufanismo, diferente daquele das décadas anteriores, que incitava a aceitação do presidente e do conjunto de

---

<sup>33</sup> A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) foi criada pela Lei 9.472, de 16 de julho de 1997 – mais conhecida como Lei Geral de Telecomunicações (LGT), sendo a primeira agência reguladora a ser instalada no Brasil, em 5 de novembro daquele mesmo ano. A criação da Anatel fez parte do processo de reformulação das telecomunicações brasileiras iniciado com a promulgação da Emenda Constitucional 8/1995, que eliminou a exclusividade na exploração dos serviços públicos a empresas sob controle acionário estatal, permitindo a privatização e introduzindo o regime de competição. O Estado passava da função de provedor para a de regulador dos serviços.

valores que ele trouxera para seu governo, os neoliberais. Vejamos o que diz na crônica Não verás país como este, do dia 05 de fevereiro de 1998:

O neofanismo dominante não apenas determina que pouco se critique e nada se investigue do governo Éfe Agá como tenta transformar os valores do governo e dos grupos exclusivos que ele favorece em valores nacionais, em novos símbolos inatacáveis da pátria. [...] antes nos empurravam a sacralização da nacionalidade e chamavam qualquer reação à empulhação de heresia, hoje os deuses impostos são internacionais e a empulhação tem mais estilo. Não deixa de ser um progresso. Em questões como a privatização da Vale, em que a preocupação em dar um sinal espetacular para o mercado prevaleceu sobre qualquer outra, os liberais no poder fizeram o que acusam a esquerda de fazer, sacrificaram o bom senso à ideologia. [...] a desmoralização do serviço público e a clara estratégia de tornar a saúde e educação pública horrores tamanhos que a privatização surja como única saída, têm seu perdão nesta liquidação preliminar, nesta terraplanagem básica, de qualquer ideia de empresa pública e de qualquer parâmetro de sucesso que não seja o lucro. (VERISSIMO, 05/2/98)

Na década de 1990 privatizar, parecia não ser sinônimo de abrir mão dos bens públicos ao capital, mas, era antes de tudo, abrir-se a modernidade, na certeza de que as coisas melhorariam, de que um futuro melhor estaria sendo construído, pois o presidente – condutor da nação – sabia bem o que estava fazendo.

No entanto, centenas de bilhões de reais de patrimônio público foram vendidos, isto significou a retirada de parte significativa que era propriedade dos milhões de brasileiros. O mais inquietante, foi a forma passiva com a qual os brasileiros reagiram, sem grandes protestos, exceto os sindicais e/ou opositoristas – que, por isso mesmo, tiveram seu espaço nos meios de comunicação cortado. Por isso captar as críticas, mesmo por meio de ironias é um exercício tão instigante, e importante para compreendermos, nos dias de hoje, que nem tudo era maravilhas.

### **3.2. Alianças**

Verissimo, em vários momentos de sua escrita no Jornal do Brasil, expressara sua esperança no fato de sermos governados, pela primeira vez, por um intelectual. Uma das suas críticas mais contundentes diz respeito às alianças feitas pelo então presidente, que colocam em xeque sua militância anterior ao exercício do poder político; sua inserção no PSDB e a incorporação das políticas neoliberais também são alvos da indignação e da crítica do cronista. O cientista político Glauco Soares Costa afirma que:

Outro aspecto fundamental para a política, segundo FHC, são as Alianças, que desde o início da sua carreira política se representava como alguém comprometido com a democracia e que diante destas condições só se podia fazer política com elas. Além do mais, afirmava que para um político democrata ver as suas ideias e valores se converterem em ação política transformadora precisa construir alianças com todos aqueles que deem força e apoio político para a sua viabilidade. (COSTA, 2009, p.70)

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi fundado em 25 de junho de 1988 por dissidentes do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), políticos como Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, José Serra e Mário Covas foram responsáveis por sua criação. O partido chegou ao ápice nas duas eleições presidenciais na década de 1990, justamente com a eleição de FHC a presidência da República. Em seu currículo, o PSDB apresenta-se como a finalidade de representar e propagar a social democracia no Brasil. Sobre isso, Luís Felipe Miguel afirma:

Embora o compromisso doutrinário do PSDB com a socialdemocracia fosse, quando muito, tíbio, o partido seguiu uma linha semelhante a de muitos partidos sociais-democratas europeus no poder, aderindo primeiro timidamente e depois com entusiasmo, à pregação e aplicação das reformas neoliberais. Já se disse que a adesão de antigos adversários ao credo neoliberal foi a principal demonstração de seu êxito ideológico nos anos 80. No Brasil foram os anos 90 que viram o cardápio de medidas neoliberais triunfar como praticamente a única alternativa em política econômica digna de discussão. (MIGUEL, 2000, p. 108)

Nas crônicas intituladas *Intelectuais (I)* e *Intelectuais (II)* publicadas respectivamente nos dias 06 e 07 de dezembro de 1994, Luis Fernando Verissimo destaca diversas visões conceituais sobre o que é ser intelectual, utilizando de importantes pensadores tal como Gramsci e Edward Said para tentar explicar ao seu leitor sua empolgação ao fato de que pela primeira vez na história seríamos governados por um intelectual, um sociólogo. Entretanto, aquilo que seria mais adiante bastante latente, ou seja, as contradições entre o pensamento social construído ao longo de sua vida acadêmica e a prática política já começara ser esboçado pelo cronista mesmo às vésperas da posse do presidente, vejamos o que fala no segundo texto:

O próprio Gramsci (citado por Edward Said no seu último livro, *Representações do Intelectual*) [...] Diz que há dois tipos de intelectual: o estático e o orgânico. [...] o intelectual orgânico também tem que respeitar uma tradição: a de, segundo Said, “levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar a ortodoxia e o dogma em vez de produzi-los, não ser facilmente cooptado nem fazer alianças com o PFL”. Desculpe-me, essa última parte não é do Said, só está subentendida. (VERISSIMO, 1997, p. 12).

Fazer alianças com o Partido da Frente Liberal (PFL), através da coligação “União, Trabalho e Progresso” durante o pleito presidencial de 1994 foi uma estratégia do grupo de FHC para combater o favoritismo do seu adversário Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Uma das figuras mais importantes do PFL foi Antônio Carlos Magalhães, político baiano antes filiado a Arena, que, na ocasião da instauração do regime militar mostrou-se favorável a estes, participando dos movimentos que depuseram o presidente João Goulart que no contexto da reeleição de FHC assumiu o posto de presidente do senado.

Verissimo ‘alfineta’, em muitas de suas crônicas a temática das alianças com o PFL: “O Éfe Agá pode não estar se comportando como um intelectual clássico, reflexivo e cético. Para ter sucesso político começou aceitando Deus e depois aceitou Antônio Carlos (vem num crescendo).” (1997, p. 13). Sobre essas alianças, Rodrigo Santaella Gonçalves afirma, que “a aliança com o PFL era justificada como forma de garantir maioria no Congresso e, para FHC, o PFL tinha aceitado o programa econômico do PSDB e, num eventual governo, o PMDB se alinharia às suas posições” (SANTAELLA-GONÇALVES, 2018, p.330).

Celso Lafer, num artigo intitulado FHC: O intelectual como político, presente no livro Democracia, Crise e Reforma (organizado por Maria Ângela D’Incao e Hermínio Martins) faz uma análise acerca desses dois papéis desempenhados por FHC:

As atividades intelectuais podem se traduzir ou não em influência na vida social, econômica e política de uma sociedade, e os intelectuais na medida em que estão interessados na vida política, nela podem desempenhar distintos papéis ligados à avaliação que fazem da sua própria responsabilidade, do exercício desses papéis. (LAFER, 2010, p. 62).

Atentemo-nos a última linha do discurso acima proferido, quando Lafer fala da “avaliação que fazem da sua própria responsabilidade, do exercício desses papéis”, não estaria ele referindo-se aquilo que ele mesmo trata como “uma análise da política por um intelectual no calor do exercício do poder” (p. 68)? Sim, diriam seus aliados (como o próprio Lafer que fora ministro no governo de FHC), para tantos, o presidente que não se desvinculara de sua formação de sociólogo estaria refletindo sobre política “de dentro” dela.

Esse pensamento também concorrerá com o que pensava Verissimo, que de forma irônica afirma:

Mas o que me preocupa mesmo é que pela primeira vez na nossa história vamos ser governados por um sociólogo. Entende? Em vez da gente fiscalizá-lo, ele é que vai estar nos estudando. Éfe Agá não estará fazendo um governo, estará fazendo

uma pesquisa de campo. É capaz até de dar certo. Pelo menos vamos nos esforçar para não sair mal na tese dele. (VERISSIMO, 1997, p. 12).

Na crônica Ilógico, publicada no dia 31 de agosto de 1996, ele dirá:

Se há alguns anos alguém lhe dissesse que Fernando Henrique Cardoso seria presidente do Brasil, você teria todo direito de se entusiasmar, ou pelo menos suspirar e dizer “quem nos dera”. Seria um sinal de novidade, de madureza política. Uma esquerda com boa cara e sensata, a opção social democrata com respeitabilidade acadêmica, finalmente a geração da resistência no poder. Quem poderia imaginar que o Éfe Agá era do PFL e não sabia? (VERISSIMO, 31/08/1996)

Muito embora a eleição de Fernando Henrique Cardoso em outubro de 1994, acontecesse como um prenúncio do novo onde se depositava a esperança da consolidação de um país novo, de uma economia nova, de uma nova forma de fazer política, de uma nova vida social, a opinião de Verissimo nos revela que era possível ver nele o que havia de mais conservador, o mesmo e velho liberalismo da época da ditadura militar, mas agora com uma nova roupagem: o PFL.

O PFL foi fundado em 1985, período em que foram realizadas as articulações em prol do fim da ditadura militar e eleição do mineiro Tancredo Neves à presidência. O partido foi inicialmente composto por remanescentes do Partido Democrático Social (PDS), grupo que até 1979 operou com o nome de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), esta, fundada em 4 de abril de 1966, era um partido político predominantemente conservador, que reunia aqueles favoráveis ao regime autoritário. Lembremos que era época do bipartidarismo<sup>34</sup>. Sobre essa aliança, Luís Felipe Miguel afirma:

A valorização da “máquina partidária” levou Fernando Henrique Cardoso a insistir na aliança com o PFL, que daria a sustentação nacional que faltava ao seu partido, o PSDB. O ganho em termo de estruturas, acreditava, compensaria a perda de prestígio junto aos “formadores de opinião”, que certamente estranhariam o casamento entre aqueles que romperam com o PMDB em nome de compromissos sociais e éticos e os que, mesmo tendo proporcionado a derrota da ditadura com sua dissidência do oficialismo, eram identificados com a manutenção do status quo, a prática da corrupção do empreguismo e, de maneira mais geral, a permanência à sombra do poder a qualquer preço. (MIGUEL, 2000, p. 102)

---

<sup>34</sup> O Ato Institucional N° 2, de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar n° 4, de 20 de novembro de 1965, decretaram extintos os 13 partidos políticos legalizados no país e determinou a implantação do bipartidarismo, onde só era permitido a existência de dois partidos, do lado da ditadura, a ARENA e em oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) .

Nas crônicas de Verissimo, é possível se construir uma visão do presidente como se estivesse escrevendo um duvidoso capítulo de sua história, posto que Cardoso, em seu mandato presidencial, iria contra tudo aquilo que lutou em outros momentos de sua vida. Numa crônica intitulada Quem Diria, publicada no dia 03 de março de 1995, encontramos referências desse legado do passado em oposição as atitudes do presente:

Somos sentimentais que diabo, e gostamos de nos dramatizar. Gostamos de voltar ao nosso passado e ruminar sobre o tempo [...] imagine, por exemplo, um Nelson Mandela voltando a prisão em que passou boa parte de sua vida, examinando os rabiscos que deixou nas paredes e contemplando as voltas que a sua vida deu. Ou, para não ir tão longe, imagine o Éfe Agá descendo no Chile. Levou junto alguns dos seus companheiros de banimento. Foram todos às nossas custas [...]. Ao visitarem o local de seu exílio, agora como governo, e dizerem “quem diria...” em unísono, Éfe Agá e os outros estavam falando por toda uma geração exilada, pelos que não sobreviveram à época dos energúmenos para participar do desagravo e, presumivelmente, pelos que voltaram ao desterro, mas não por cima. Só espero que ninguém tenha tido o mau gosto de completar a frase: “quem diria, naquela época que a gente ainda seria governo com o Sarney e o ACM...” (VERISSIMO, 03/03/1995)

Uma volta ao Chile, poderia ser interpretado nesse caso, não apenas geograficamente falando, mas também cronologicamente, pensar a conjuntura que levou o professor e sociólogo Fernando Henrique ao Chile em 1964, os motivos que o fizeram exilar-se (a militância, a ideologia) hoje não o acompanhariam nessa hipotética viagem. Ao que indica também toda experiência adquirida àquela época não seria mais trazida como legado. A referência a Sarney<sup>35</sup> e a ACM diz respeito ao fato desses dois políticos terem sido coniventes com o regime militar brasileiro.

Os aliados do presidente, poderiam facilmente representar os vespeiros, citados em seu discurso de posse, que ele prometia combater. Na matéria intitulada “Aliados, uma dor de cabeça para Cardoso”, a jornalista Sônia Carneiro, escreveria no Jornal do Brasil em 22/01/1995:

BRASÍLIA – Os aliados criaram mais problemas para o presidente Fernando Henrique Cardoso, em seus primeiros dias no cargo, do que os adversários. É uma crise doméstica atrás de outra. [...] A maioria que o governo garante ter não

---

35 José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney, conhecido politicamente por José Sarney é membro de uma das famílias mais ricas do Maranhão, político com a mais longa carreira política no Brasil. Participou do processo de redemocratização do país como o 31º presidente do Brasil (1985-1990) foi o primeiro presidente civil após o período de ditadura militar, assumiu na condição de vice de Tancredo Neves morto dias antes de tomar posse. Foi deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), apoiou o governo militar filiando-se a ARENA, por este partido é eleito governador do Maranhão em 1965, foi eleito senador pela primeira vez em 1970 e já assumiu tal cargo várias vezes. Além disso, Sarney é advogado, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), com uma vasta publicação.

mostrou nem força nem articulação para enfrentar uma batalha muito maior do que três dias de votações durante o esforço concentrado: aprovação das reformas constitucionais. [...] enquanto isso, a oposição está em lua-de-mel com Fernando Henrique. Como recompensa pela trégua, é possível que, quando oficialmente aberta a temporada de nomeações serão oferecidas às esquerdas muitos dos cargos federais cobiçados pelos grandes partidos. (CARNEIRO, 1995, p. 7)

As questões elencadas pela jornalista dizem respeito as barganhas obtidas com as votações em plenário, onde prevalece os interesses dos grupos políticos em questão, como já foi citado aqui. Com essas alianças, FHC acaba por privilegiar determinados sujeitos, que deveriam ser excluídos de qualquer governo, como os que são citados na crônica Caras, do dia 07 de fevereiro de 1995:

Não quero nenhum mal ao Éfe Agá. Pelo contrário, quero a sua coluna cada vez mais firme e seu humor cada vez melhor. Mas prefiro pensar que a cara dele naquela fotografia com a recém-eleita mesa do senado (Sarney, Odacir Soares, Teotônio Vilela Filho, Júlio Campos e, como se isso não bastasse até um acusado de narcotráfico) fosse desconforto com as costas. Porque, se não, era a cara de um homem se dando conta. O meio sorriso forçado era de alguém fazendo a pergunta “onde é que eu fui me meter?”, que costuma preceder decisões drásticas de mudança de vida. Estou convencido de que o maior risco que corremos é do Éfe Agá descobrir que a Presidência da República vai estragar seu currículo, e desistir enquanto é tempo. (VERISSIMO, 07/02/1995)

A coluna de Fernando Henrique Cardoso, no auge dos seus 64 anos de idade, não estava mesmo em perfeito funcionamento, prova disso é a matéria publicada em 08 de fevereiro de 1995 que diz:

O boato de que o presidente Fernando Henrique Cardoso estaria usando colete ortopédico para aliviar dores na coluna circulou ontem em Brasília. Segundo os fotógrafos que estiveram no gabinete presidencial para registrar as audiências, o presidente usava uma almofada no encosto da cadeira. O porta-voz Sérgio Amaral desmentiu o uso do colete. Confirmou apenas que Cardoso está fazendo fisioterapia e hidromassagem. (JORNAL DO BRASIL, 1995, p. 2)

Reconhecendo que a discussão dos problemas de saúde do ex-presidente não é competência dessa pesquisa, aproveitamos o fio puxado por Luis Fernando Verissimo para mostrar que em meio à turbulência pela qual passava o governo em seus primeiros dias com as polêmicas da reformas constitucionais, do aumento salarial de funcionários do governo, e o veto do aumento do salário mínimo, os jornais, como o Jornal do Brasil dedicavam parte de suas publicações a notícias “inocentes” como acima citada, para desviar as atenções dos leitores e quem sabe... causar comoção!

Mas não era a coluna vertebral que mais preocupava Fernando Henrique, era outra, era a coluna de sustentação do seu governo, o Congresso. Verissimo, em sua crônica Caras,

cita nomes como José Sarney, Odacir Rodrigues<sup>36</sup>, Teotônio Vilela Filho<sup>37</sup> e Júlio Campos<sup>38</sup> a incidência desses nomes no texto servem para fazer com que o leitor refresque a memória, relembre suas trajetórias políticas, que na maioria, dizia respeito a defesa da ditadura militar, a militância na Arena, até mesmo remetendo a escândalos políticos em governos anteriores.

Estes nomes, foram fiéis à orientação governista, na votação das reformas constitucionais propostas em 1995, votaram também a favor da abertura da navegação de cabotagem às embarcações estrangeiras; da revisão do conceito de empresa nacional; da quebra do monopólio estatal nas telecomunicações, na exploração do petróleo. Então, pouco interessava o passado de cada um, o que importava era o apoio de cada um nas tramitações no senado. Não importava ao presidente, as trajetórias desses homens, mesmo que muitas delas envolvessem, eventos ilícitos, como é o caso do senador Ernandes Amorim<sup>39</sup>, senador pelo estado de Rondônia, o suposto acusado de narcotráfico que é citado na crônica.

Outra figura que aparece nas alianças é o político paulista, Paulo Maluf. Vejamos a crônica Detalhes, de 16 de abril de 1996:

Já se sabe mais detalhes sobre o histórico encontro do Éfe Agá com o Maluf no Planalto, para tratarem do apoio do PPB à reforma da Previdência e ao sepultamento da CPI dos bancos. No começo houve um certo mal-estar quando o

---

<sup>36</sup> Odacir Soares Rodrigues nasceu em Rio Branco- Acre. Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil, atual faculdade de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Iniciou a carreira política como prefeito de Porto Velho na década de 1970. No pleito de novembro de 1978 concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena) obtendo a primeira suplência. Assumiu o mandato em 1979, no lugar de Isaac Newton. filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena, por onde foi eleito senador da República, durante o governo de FHC foi senador pelo PFL.

<sup>37</sup> Teotônio Brandão Vilela Filho nasceu em Maceió - AL, seu pai, senador por Alagoas de 1967 a 1983, foi um dos símbolos da resistência democrática ao regime militar (1964-1985). Graduou-se em economia pela Universidade de Brasília (UnB) em 1974, ingressou na política filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nas eleições de novembro de 1986, estimulado pelo deputado Ulysses Guimarães, foi eleito senador constituinte por Alagoas. Transferindo-se para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi reeleito senador em outubro de 1994, onde exerceu a liderança de seu partido no Senado e também a vice-presidência deste.

<sup>38</sup> Júlio José de Campos, mais conhecido como Júlio Campos nasceu em Várzea Grande - MT, é um político, engenheiro e empresário brasileiro. Iniciou sua carreira política em 1964 ao filiar-se ao PSD e em 1969 formou-se em Agronomia na Universidade Estadual Paulista. Eleito prefeito de Várzea Grande pela ARENA em 1972 e deputado federal em 1978, migrou para o PDS elegendo-se governador de Mato Grosso em 1982. Após migrar para o PFL renunciou ao governo e foi eleito sucessivamente deputado federal em 1986 e senador em 1990

<sup>39</sup> Ernandes Santos Amorim nasceu em Itagibán (BA). Técnico em administração e bacharel em educação física pela Universidade Católica da Bahia, transferiu-se em 1977 para Rondônia onde passa a atuar na política, foi prefeito de Ariquemes (RO) e deputado federal. A comissão parlamentar de inquérito (CPI) instalada na Câmara dos Deputados em 1991 para investigar o narcotráfico acusou-o de pertencer a uma rede de traficantes de cocaína. Em outubro de 1994 candidatou-se ao Senado, na legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi eleito para a segunda vaga de Rondônia. Em 1995, sua ex-mulher e ex-vereadora de Ariquemes, Hélia Santana Amorim, condenada a três anos de prisão por tráfico de drogas, acusou-o de ser o líder de um esquema de compra, venda e distribuição de grandes partidas de cocaína de Rondônia para Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.



Maluf lembrou que o presidente, certa vez, cantara num comício “um, dois, três, Maluf no xadrez”, mas o Éfe Agá explicou que, quando disse para esquecerem tudo o que escreveu, estava subentendido “tudo que cantei” também. E os dois deram boas risadas depois o Éfe Agá perguntou ao Maluf o que ele queria em troca do apoio do PPB e o Maluf pediu sete ministérios para o seu partido.

– Impossível – disse o Éfe Agá.

Maluf suspirou e disse:

– Está bem. Então encampa a dívida da minha prefeitura e não se fala mais nisso. Éfe Agá concordou rapidamente, raciocinando: salvei o país de um ministério dominado pelo Maluf, e ainda vai ter mal-agradecido me chamando de fisiológico. E os dois deram boas risadas. (VERISSIMO, 16/04/1996)

Paulo Maluf<sup>40</sup> em 1996 era prefeito da cidade de São Paulo e tinha em mente dois objetivos: eleger seu sucessor na prefeitura, o economista carioca Celso Pitta e articular apoios para sua possível candidatura presidencial em 1998. No campo das articulações políticas, valeu-se da força do PPB (Partido Progressista Brasileiro) no Congresso para pressionar o presidente Fernando Henrique Cardoso, ameaçando não colaborar em votações importantes, principalmente na da emenda constitucional da reeleição, prevista para o ano seguinte.

O encontro com FHC que é narrado na crônica de Verissimo realmente aconteceu, e muitos outros o sucederam. O acordo firmado entre o Presidente da República e o Prefeito Paulo Maluf, culminou sim com a presença do PPB no ministério, e também no apoio a determinadas reformas, como a da Previdência e o sepultamento da CPI dos bancos, mas não significava, de forma alguma, a adesão à proposta da reeleição. Maluf também queria ser presidente em 1998.

Mas Verissimo parecia ser esperançoso com relação as alianças de FHC, na crônica intitulada *Ao Social* publicada no dia 12 de janeiro de 1996, ele diz:

Se entendi bem, o plano é o seguinte:

Éfe Agá usa o PFL para se eleger. Começa fazendo um governo exemplarmente pefelista – abre a navegação de cabotagem, etc. – para manter a aliança. Aguenta o ACM, aguenta a família toda. Precisa do PFL para que as reformas passem no Congresso. Uma vez votada as reformas, o governo passa então ao social. Onde

---

<sup>40</sup>Paulo Salim Maluf nasceu em São Paulo. Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), iniciou então suas atividades como empresário. Em abril de 1969, graças ao apoio do presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva, tornou-se prefeito de São Paulo, esteve sempre favorável ao governo militar. Foi eleito governador de São Paulo em 1978, tomou posse em 15 de março de 1979, concomitantemente com o início do mandato presidencial do general João Batista Figueiredo. Foi fundador do Partido Democrático Social (PDS) em 1979, e tornou-se candidato oficial do PDS à presidência após conquistar 493 votos na convenção partidária, foi derrotado pelo Colégio Eleitoral que escolheu Tancredo Neves para governar o Brasil. Em 1994 foi eleito prefeito de São Paulo. Em agosto de 1995, Maluf criou o Partido Progressista Brasileiro (PPB), resultado da fusão do PPR com o Partido Progressista (PP). Em 1993 foi prefeito de São Paulo pela segunda vez, e em 2002 foi eleito deputado federal. Desde 2005 responde processo pelas acusações de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção e crime contra o sistema financeiro (evasão fiscal).

está “social”, leia-se “adeus, PFL”. [...] Haverá separação (se entendi bem) e o PFL está deixado para trás, com a cara que qualquer um de nós teria se fosse trocado por um frango. E ainda por cima um frango barato. (VERISSIMO, 12/01/1996)

A aliança com PFL não seria facilmente desfeita, em 1996, o cronista não imaginava que os planos de FHC miravam mais quatro anos de mandato após o término desse primeiro em 1998. Embora o Brasil não acreditasse na união dos grupos, com o passar dos dias confirmava-se mais e mais a imbricação entre eles. Marco Antônio de Oliveira Maciel, conhecido apenas como Marco Maciel<sup>41</sup>, político pernambucano, do PFL, foi seu vice durante os dois mandatos. Homem discreto e sensato, não se pronunciou publicamente, quando finalmente o PFL rompeu com o PSDB, às vésperas das eleições de 2002, quando este elegeu-se senador pela terceira vez.

Verissimo ironiza ainda as prioridades destes grupos, quando escreve A Separação, crônica de 06 de setembro de 1995:

Todo brasileiro tem o dever cívico de intrigar o PSDB com o PFL. Eu sei, eu sei. Isso pode atrapalhar a votação das reformas. Se o PFL e o PSDB não estiverem unidos quando as primeiras medidas do governo, as mais urgentes foram votadas, nós hoje talvez não tivéssemos a navegação de cabotagem liberada para estrangeiros, imagine só. (VERISSIMO, 06/09/1995)

A quebra do monopólio da navegação de cabotagem<sup>42</sup>, permitia que os navios estrangeiros transitassem pela costa marítima brasileira, de um porto a outro, sem um rígido controle como deveria ser, tal facilidade incluía também a não cobrança de impostos por essa navegação, o que antes só era permitido entre os estados brasileiros, agora poderia ser realizado por qualquer país. Mas a crítica dava-se pelo fato de que tal medida não era uma prioridade para o desenvolvimento do país, como aponta Verissimo na crônica O Blefe, de abril de 1996:

Não tenho prestado atenção, mas acho que os efeitos da abertura da navegação de cabotagem para empresas estrangeiras no Brasil ainda não são muito evidentes. Como se recorda, a abertura da navegação de cabotagem estava entre as primeiras medidas que o Éfe Agá mandou para o Congresso, aproveitando a boa vontade inicial de todos com o novo governo e para dizer ao mundo quais eram suas prioridades. As prioridades eram abrir a economia e deixar claro que as receitas

---

<sup>41</sup> Marco Antônio de Oliveira Maciel, nasceu em Recife- PE advogado, professor de Direito Internacional Público da Universidade Católica de Pernambuco e político brasileiro. Em 1979 é indicado pela Arena para governar Pernambuco e em 1984 elege-se senador pelo Partido Democrático Social (PDS). Em 1985 participa da fundação do Partido da Frente Liberal (PFL). Exerceu mandato como deputado, governador de Pernambuco, senador e vice-presidente da República.

<sup>42</sup> A cabotagem é denominada como transporte marítimo realizado entre dois portos da costa de um mesmo país ou entre um porto costeiro e um fluvial. Caso a navegação ocorra entre dois portos fluviais, então não é considerada cabotagem e sim navegação interior. Existe ainda o termo “cabotagem internacional”, o qual é utilizado frequentemente para designar a navegação costeira envolvendo dois ou mais países.

da nova ordem mundial seriam cumpridas no Brasil. [...] Éfe Agá poderia ter escolhido outros símbolos inaugurais. Poderia ter proposto algo dramaticamente novo na área da saúde pública. Ou na questão da propriedade, para favorecer a Reforma Agrária ou pelo menos assustar os interesses que há anos a sabotam. Afinal, ele chegava a presidência da República sabendo como poucos quais eram as urgências do Brasil. Mas preferiu honrar suas alianças mais do que a sua biografia. [...]. Os efeitos das prioridades não-escolhidas, estes sim, são evidentes. São diários, estão no caos que se agravava no atendimento nos hospitais públicos e no espetáculo deprimente de um ministro da saúde medicante. [...]. Já a navegação de cabotagem, imagino que vá bem com sua nova política – se é que ela já foi regulamentada. Não era tão urgente assim como se viu. Ou quem sabe a gente não esteja fazendo uma injustiça? Quem pode dizer quantas vidas brasileiras não foram salvas com a abertura da navegação de cabotagem? (VERISSIMO, 19/04/1996)

Depois de mais de um ano de governo, ainda pesava sobre o presidente a memória de seus feitos inaugurais – aliás, seria preciso muito mais de oito anos para a remissão. A população cobrava atuações direta sobre os setores de base, como educação, saúde, infraestrutura, mas aí, o governo já havia mostrado pra que (e para quem) veio, para atender interesses do grande capital.

É importante salientar que os ideais defendidos pelo PFL não eram as mesmas do PSDB, como afirma Luís Felipe Miguel:

O PFL, por sua vez, não era um partido especialmente comprometido com o liberalismo econômico – e, menos ainda com o liberalismo político. Sua vocação sempre foi mais o patrimonialismo do que o livre-mercado. Porém, soube se apropriar do emblema neoliberal, quando isso se tornou conveniente, com uma plataforma que priorizava a privatização das empresas estatais mais lucrativas, a desnacionalização da economia e a anulação de conquistas das classes trabalhadoras. (MIGUEL, 2000, p. 109)

Definido dessa forma, o PFL iguala-se e muito ao PSDB, sobretudo porque ambos abraçaram o projeto do neoliberalismo, no qual o Estado teria a mínima intervenção do mercado, onde a questão social não era pauta posta em primeiro plano, os anos 1990 no Brasil foram permeados de disputas políticas internas, nenhuma delas promoveu melhorias na qualidade de vida da população menos abastada – vide navegação de cabotagem, por exemplo. Ainda demoraria muito tempo para que estas questões viessem à discussão, e não foi por meio destas coligações (PSDB, PFL).

### 3.4. O Neoliberalismo e o Pensamento Único

Em Brasília:

- Não é contra-senso não?
- O quê?
- Sei lá. Toda essa conversa neoliberal, menos interferência do governo, privatizações e deixar o mercado regular a economia... E brigam pelo ministério do Planejamento.
- Bem...
- Se é o mercado que decide, pra que planejamento?
- Ministro do Planejamento num governo liberal é um pouco como um cabide em casa de nudista. Só se for usado para outra coisa.
- Sei não...
- O primeiro ato de um ministro do Planejamento num governo sinceramente liberal devia ser o de se suicidar.
- Você acha que o Serra fará isso?
- É nesse momento que um homem prova suas convicções. (VERISSIMO, 17/12/1994)

Começamos esse tópico com a crônica *Entre Ouvidos*, publicada em 17 de dezembro de 1994, às vésperas da posse do então eleito presidente Fernando Henrique Cardoso. Nela são discutidas as intrigas em Brasília que dizem respeito a formação do Ministério do Planejamento. Tendo em vista que na política neoliberalista o mercado é quem faz os ditames da economia, a existência de um ministério para planejá-la soaria como obsoleto.

A concepção de neoliberalismo foi formulada pela primeira vez em 1947 por Friedrich August von Hayek. Essa teoria partia do princípio de que o mercado deveria servir como base para organização da sociedade. Mas a política econômica neoliberal foi aplicada inicialmente pelos governos de Margareth Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (Estados Unidos), a partir dos anos 1980. Segundo David Harvey em seu livro *Neoliberalismo: história e implicações* (Loyola, 2008), afirma que:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. (HARVEY, 2008, p. 12)

A partir dessa exímia definição podemos compreender que os principais ideais do neoliberalismo se concentram em privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro, criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. Assim, o Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera

e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer.

Para país que entre 1986 e 1994 já havia experimentado cinco planos econômicos de estabilização (Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Verão, Plano Collor I, Plano Collor II), quatro moedas diferentes e uma hiperinflação que se notabilizou por ser a uma das maiores do mundo, o modelo neoliberalismo representou a esperança de entrar na rota da modernização econômica, política e social. Movido por essa esperança, o país rendeu-se a lógica do tal Pensamento Único, que será discutido adiante.

Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que o neoliberalismo encontrou terreno fértil para se desenvolver no Brasil. Nessa época foram implantadas reformas consideradas essenciais para modernizar o país e garantir a estabilidade econômica. Os pontos básicos do projeto neoliberal para os países americanos foram sintetizados no chamado Consenso de Washington<sup>43</sup>.

No “Consenso de Washington” reuniram-se integrantes do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial para analisar as economias do continente. Dessa reunião resultou um conjunto de medidas para controlar a inflação e modernizar o Estado. São elas: ajuste fiscal, redução da intervenção do Estado na economia, privatizações de empresas estatais, abertura comercial e financeira, terceirização.

Para a realidade dos países latino-americanos, os neoliberais fizeram uma adaptação. Podemos dizer que o grande adversário seria representado pelo próprio modelo de governo gerado pelas ideologias desenvolvimentistas e nacionalistas. A sedução do neoliberal se dá da seguinte forma: primeiro faz um diagnóstico catastrófico para depois oferecer uma receita libertadora de tal situação. Essa solução redentora, resumia-se na desvalorização dos sindicatos e das lutas sociais, priorizando uma política anti-inflacionária com reformas orientadas para favorecer o mercado.

A realidade “nua e crua” do neoliberalismo não chegou dessa forma a maioria dos brasileiros. Mesmo otimistas, com a queda da inflação proporcionada pelo Plano Real, os maiores problemas de sempre (desigualdade, miséria, desemprego, moradia, fome) continuavam a ser sentidos. Entretanto, a mídia, como sempre, empenhava-se em mostrar

---

<sup>43</sup> O Consenso de Washington foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

que esse era o modelo que dava certo. Em sua crônica *A Versão dos Afogados*, de 21/06/1995, Verissimo nos relata essa discrepância:

Essa celebração neoliberal que contagia até pessoas que a gente nem diria, também é resultado de um monopólio da informação, no caso dos beneficiários muito vivos de um mercado sem controle, de um movimento sindical sem força e de uma esquerda irrelevante. O que eles alegam em defesa do caráter do capital especulativo que inunda o mundo (só para não perder a analogia molhada) é que, quando a maré sobe, todos os barcos sobem junto. A realidade – está sim, estatisticamente verificável – é que o trabalho assalariado vale menos e a concentração de renda e a diferença entre ricos e pobres é maior hoje do que antes, inclusive em países em que a receita neoliberal foi aplicada antes de virar moda internacional. (VERISSIMO, 21/06/1995)

O neoliberalismo criticava o poder dos sindicatos e do movimento operário em geral, que teriam corroído as bases de acumulação capitalista pelas suas pressões reivindicativas sobre os salários, por um lado, e pela sua pressão para que o Estado aumentasse os gastos sociais, por outro. Assim, podemos entender, porque figuras como Luís Inácio Lula da Silva, mesmo sem poder político – pelo menos institucional –, foi tão crítico do governo FHC. Fácil também entender o porquê do enfraquecimento dos sindicatos, do movimento operário e de outros movimentos durante o esse período.

Em 02 de abril de 1996, na crônica *Como Vamos*, Verissimo é ainda mais severo em sua análise:

Afinal, estamos bem ou estamos mal? Não é uma pergunta retórica, nem falsa ingenuidade. [...] os jornais não ajudam. Lê-se sobre confiança e desesperança com o governo na mesma página, o que vai para a manchete principal depende da predisposição do jornal. Nem as estatísticas ajudam. Por elas o ‘social’ recebe ainda menos atenção deste governo do que dos anteriores, mas o efeito social da estabilização não é imediato e não pode ser medido pelos índices do momento. A saúde pública, pelo que se sabe, continua o caos de sempre, se não piorou. O desemprego é um fato, e é o pior de todos, porque não é um efeito colateral da conjuntura, é uma fatalidade embutida no modelo. É a filosofia escolhida. Vem acompanhada pelo dismantelamento progressivo de um sistema assistencial que compensava, porcamente, o subemprego e o mau-salário. O pacote neoliberal é, no fundo uma receita para remissão e sistematização do descaso social. O paraíso que o neoliberalismo triunfante oferece ao capitalismo no mundo todo não é o da exclusão sem represália, é o da exclusão sem culpa. [...] estas são questões maiores – ou menores, sei lá – em que ninguém pensa na hora de comprar frango. E a inflação continua caindo. (VERISSIMO, 02/04/1996)

Atendo-se a frase “O pacote neoliberal é, no fundo uma receita para remissão e sistematização do descaso social”, absolver os governos pelo descaso social e ainda mais sistematizá-lo não era uma consequência da política neoliberal, era um imperativo da mesma. Relegar os pobres a segundo, terceiro ou nenhum plano não era tarefa difícil para Fernando Henrique, ele que acreditava que “o capitalismo de livre-mercado se revelaria o

melhor sistema para a criação de uma sociedade mais rica, próspera e justa a longo-prazo, desde que os governantes fossem competentes e ativos.” (CARDOSO, 2012, p. 288).

As classes mais baixas foram as menos favorecidas pelo governo peessedebista, na medida em que continuavam desprovidas de oportunidades para também ingressar na partilha do “bolo neoliberal”, como bem analisa Luís Felipe Miguel:

A possibilidade da imposição desse enquadramento da realidade só existiu graças ao sucesso da investida ideológica neoliberal – que, sob o manto da “mundialização”, soube substituir o Estado, ordenador ostensivo e, portanto, sujeito às pressões sociais, por um ordenador invisível, não localizado, que agisse como uma “força da natureza” contra a qual seria insano se revoltar. (MIGUEL, 2002, p. 80)

Na crônica Centauro, de 17 de agosto de 1995, Verissimo faria uma crítica ao fisiologismo da política brasileira:

Como um centauro teórico, o neoliberalismo brasileiro tem a cabeça e o tronco lá em cima, na economia globalizada e nas mais altas justificativas do mercado, e o corpo aqui embaixo, no clientelismo, na politicagem explícita, no arranjo – enfim, no chão enlameado do real. (VERISSIMO, 17/08/1995)

Assim, a compra de votos, a troca de favores entre autoridades políticas, a formação de um curral eleitoral em troca de direitos bem como de regalias, as alianças de última hora em decisões no Congresso eram práticas corriqueiras daqueles que adotaram o neoliberalismo como prática política e não só econômica. Verissimo, tinha um olhar sensível pra estas práticas, e sabia, que a longo prazo, seria muito difícil atingir aquele ideal de sociedade do qual falava Cardoso anteriormente, posto que os governantes não eram ativos e muito menos competentes com as causas sociais.

Verissimo diria em 13 de setembro de 1996: “Minha opinião pessoal de dinossauro assumido é que o neoliberalismo é o capitalismo selvagem com porte de armas e habeas-corpus preventivo.” (VERISSIMO, 13/09/1996), na crônica intitulada Sabotagem, o cronista afirmava que o neoliberalismo admitia o capitalismo selvagem institucionalizado, com suas leis e seus direitos, disposto a passar por cima de tudo e de todos para concretizar seu projeto. Podendo portar armas e com elas matar, já sabendo que seria absolvido por tal.

As injustiças do capitalismo eram constantemente evocadas pelo cronista, valendo-se do seu espaço nesse privilegiado veículo de comunicação, o JB. No dia 03 de janeiro de 1996, a crônica Por Outro Lado realça tais aspectos:

O governo manteve a inflação baixa, o real forte e o frango barato. Por outro lado, aumentou o desemprego, desestimulou a produção industrial e agrícola e não tem

um plano de desenvolvimento nem para constar. Cortou o lucro fácil dos bancos com a inflação e forçou uma depuração no setor, sendo, aparentemente, o primeiro governo brasileiro a abrir assim o peito contra o capital financeiro. (VERISSIMO, 03/01/1996)

Nota-se nas crônicas do período a referência ao frango, e não é por acaso. O **frango** virou um dos símbolos do Plano Real e conseqüentemente do governo FHC, posto que, com apenas um real, o consumidor brasileiro comprava um quilo de frango. O consumo anual subiu 40% de 1994 para 1997. Logo foi possível ao governo verificar o crescimento do consumo do frango pelas classes de baixa renda devido à estabilização dos preços.

O autor gaúcho aproveita-se da simbologia real do frango e escreve em março, daquele mesmo ano, a crônica Limite (14/03/1996) que diz: “O símbolo do governo Éfe Agá já está pronto: um tapete alto com um frango barato em cima. É um símbolo funcional: quanto mais as coisas vão para baixo do tapete, mais ele sobe e mais o frango se destaca.” (VERISSIMO, 14/03/1996). Com esse trecho, Verissimo acaba por definir certa postura inerente a chefia de Estado: uma política feita com arranjos, que era válido ocultar – inclusive com o apoio da grande mídia – seus feitos ilícitos, e para acalmar os ânimos da população dava-lhes o que comer. Lembremos que o frango, anterior ao governo FHC era um bem de consumo pouco acessível, consumido majoritariamente pelos setores mais abastados.

Por fim, Verissimo afirma que para a sobrevivência do neoliberalismo se faz necessário certa hipocrisia, na medida em que se permite dizer que tudo está crescendo, que o modelo é sucesso, enquanto cinicamente se assiste os pobres afundarem num mar de miséria, e não é só o caso do Brasil. Vejamos a crônica Convívio Difícil, de 12 de junho de 1996:

O neoliberalismo triunfante também se vê às voltas com um problema de cozinha. O do ponto. Qual é o ponto em que a ganância humana deixa de ser um propulsor econômico e volta ser pecado? Da sra. Thatcher disseram que ela queria o impossível: devolver a Inglaterra os valores morais da era vitoriana ao mesmo tempo em que desencadeava o que era do egoísmo sem remorso e declarava que a sociedade não existia, só existia o indivíduo. De certa maneira esse é o dilema do capitalismo desde que ele e a moral burguesa nasceram ao mesmo tempo. Passaram a vida brigando. Não conseguem se separar e não conseguem viver juntos. A não ser com a hipocrisia que teve uma das suas apoteoses na era vitoriana que Mrs. Thatcher invocava. Sem a hipocrisia, os dois não se entendem. (VERISSIMO, 12/06/1996)

No Brasil, inegavelmente, a hipocrisia também se constitui num elemento presente no cenário político da década de 1990. A implantação da ideias neoliberais tiveram como saldo a privatização das telecomunicações como a Telebrás e outros setores da Embratel; a venda de bancos estaduais como Banerj, Banestado, entre outros; a privatização de empresas de grande



porte exploradoras das riquezas naturais como a Embraer, a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, entre outras; terceirização de trabalhadores; abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras. Além disso houve a redução de mais de 20% dos funcionários públicos em nível federal e estadual por meio da aposentadoria antecipada ou demissão.

Rodrigo S. Gonçalves, comenta os efeitos do neoliberalismo nos fazendo compreender que este não propunha um fim da miséria, mas contribuiria, com medidas paliativas com seu crescimento, vejamos:

Ao fim e ao cabo, Fernando Henrique acreditava na possibilidade de integrar o Brasil à economia internacional através da abertura dos mercados e da reforma do Estado. Ele queria ser um agente desse processo e disse isso ao longo da campanha, mas sabia que isso por si não bastaria para resolver o problema da miséria no país. Sobre esse problema, o mais urgente, não havia solução proposta para a incorporação de todo aquele setor que não excluído – que ele chamava de inimpregáveis, o “lixo humano” que o capitalismo contemporâneo gerava – e a única alternativa defendida por FHC era a ajuda, fosse ela assistencialista do Estado ou humanitária da iniciativa privada. (SANTAELLA-GONÇALVES, 2018, p. 335)

Se a introdução das políticas neoliberais, como as privatizações, tivesse gerado melhorias na vida das populações mais carentes, teria valido o esforço, mas quase nada mudou, mas pelo menos agora, o trabalhador brasileiro poderia sentar à noite em sua mesa e degustar um suculento frango *a la neoliberalismo*.

Em 1998, o neoliberalismo triunfante englobara o mundo inteiro num só pensamento, o chamado *Pensamento Único*, esse termo cunhado pelas elites tecnocratas, políticas, econômicas e midiáticas. O Pensamento Único expressava, em termos ideológicos a pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, ligadas a política do neoliberalismo, e tinha como princípio básico e absoluto o fato de que o econômico reina sobre o político.

Amparando-se em fontes econômicas e monetárias – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Comissão Europeia – o Pensamento Único ganhou forma e força, fazendo com que o mundo acreditasse que este era o único caminho, livre mercado, isento de políticas sociais. O Pensamento Único, na década de 1990 era uma ordem, e a forma com que Verissimo o trata em suas crônicas, nos remete a uma das formas de totalitarismo mais cruéis da história, vejamos a crônica O Pensamento Único de agosto de 1998:

Da sua trincheira na Folha o Cony tem, algumas vezes, evocado o nazismo e o culto a Hitler, outro campeão do ibope, nos seus comentários sobre o governo Éfe Agá. Parece um exagero. É difícil imaginar que algum dia teremos que teremos de

nos cumprimentar com u, “Heil Fernando” ou nos preocupar com uma Gestapo batendo na porta, se bem que, por via das dúvidas, eu estou estocando mantimentos no sótão. O que o Cony quer é alertar para os perigos do Pensamento Único que vai aos poucos tomando conta da nação, e com a reeleição do Éfe Agá completará sua ocupação das nossas mentes e almas.

Cony usa o Hitler porque é o exemplo mais rápido. Mas o Pensamento Único não precisa de um poder totalitário como o de Hitler para ser imposto. [...] Os judeus da história são nossos neurônios, para os quais a solução final não passará de um lento amortecimento pela desistência, tudo perfeitamente compassivo e democrático. Alarmismo ridículo? Você devia ouvir as histórias que correm no meio jornalístico, sobre pressões de anunciantes e de Brasília para manear as críticas e controlar a resistência ao Pensamento Único. [...]

O Plano do Pensamento Único, depois da reeleição do seu atual representante em Brasília, é impor o parlamentarismo com os mesmos métodos com que foi imposta a reeleição. O parlamentarismo é uma grande ideia, mas no caso vem manchado pela sua origem no projeto de dominação do Pensamento Único. Que também quer durar mil anos. (VERISSIMO, 19/08/1998)

Carlos Heitor Cony escritor e cronista brasileiro, atuante a época no jornal Folha de S. Paulo, empreendia um movimento de oposição ao governo semelhante ao que fazia Verissimo no JB, na crônica em questão, vemos que ambos não poupavam a crítica ao Pensamento Único comparando-o a nazismo, mas essa analogia, muito bem explicada no texto, nos leva a compreender que a passividade com que o modelo se instaurava no país, desarmava a população e a tornava refém do mesmo.

Muitas outras crônicas vão dedicar-se a resistência ao Pensamento Único, como na crônica Racionalização de 01 de outubro de 1998, onde Verissimo afirma que “o Pensamento Único vai pouco a pouco se tornando Pensamento Obrigatório” (VERISSIMO, 01/10/1998). Ou ainda na crônica Conveniência, que fala: ‘O problema com o Pensamento Único é o mesmo problema de andar no espaço. Sem atrito, sem nada contra, você perde suas coordenadas e seu senso de medida’ (VERISSIMO, 02/10/98) ressaltando o fato de que a ‘doutrina’ estava disposta a atropelar qualquer obstáculo a sua concretização no país.

Dentro da lógica do pensamento único, era compreensível que não se poderia derrubar o capitalismo, visto que ele é o estado natural da sociedade. Por outro lado, a democracia que não representava o estado natural da sociedade, deveria estar sob a égide do mercado, na medida em que este sim, representava um curso natural da sociedade. A economia é o ditador da nova era, mas uma economia liberada, prejudica, sem dúvidas, o desenvolvimento social, gerando retrocesso e crise. E é nesse ponto que encontramos a insatisfação do cronista, é nesse ponto que ele representa uma parcela da população, mesmo que esta desconhecesse em parte ou totalmente o que era o neoliberalismo, ou o Pensamento Único.

### 3.6. Reeleição

*“Vocês acham que ser presidente para quem já é, é uma coisa extraordinária?”  
(Fernando Henrique Cardoso, 1/1/1997)*

No ano de 1997 o governo de Fernando Henrique Cardoso transcorria dentro daquilo que os mais otimistas chamavam de estabilidade política. Os escândalos, muitas vezes sepultados antes de nascer, pareciam não abalar o reinado daquele que Luis Fernando Verissimo chamou de Fernando II (sendo o Collor de Mello o Primeiro). A pouco mais de um ano para as eleições presidenciais, a situação não encontrava um nome à altura de FHC para a substituição. A saída foi mais uma modificação constitucional para que fosse possível sua reeleição, o Brasil não poderia perder FHC assim...

Em matéria para o JB no dia 1º de janeiro de 1997, a jornalista Eliana Lucena entrevista Fernando Henrique Cardoso em Fernando de Noronha, onde ele passava férias em família. A matéria de capa, tem o título: “FH pede 97 com reeleição”, afirmava:

Fernando de Noronha – o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que quer pressa na aprovação da emenda da reeleição e criticou os que se opõe à proposta do governo. “O povo não confunde reeleição com prorrogação de mandato”, disse o presidente. Ainda sobre a reeleição, o presidente reforçou que não teme acusações sobre o uso da máquina administrativa. “Não tem barganha, coisíssima nenhuma. O Congresso precisa aprovar a emenda logo, porque tem problemas muito mais importantes do que reeleição”, justificou. (LUCENA, 1995, p. 1)

A epígrafe que abre essa sessão também foi extraída dessa matéria, a indagação “Vocês acham que ser presidente para quem já é, é uma coisa extraordinária?”, soava como um misto de arrogância, prepotência e certeza de que a vitória seria certa, de que havia uma necessidade vital ao Brasil de que ele permanecesse no cargo para dar continuidade ao seu legado. Na verdade, os jornais da época afirmam que a votação da emenda no Congresso não foi tarefa das mais fáceis, a oposição era ferrenha, tendo como cabeça o político paulista Paulo Maluf.

Mas a mudança na Constituição foi inevitável, em 28 de janeiro de 1997, o Congresso aprovou a emenda 16/97, conhecida como emenda da reeleição, com 336 votos a favor. A vitória da votação foi comemorada a grito funk de “Uh, tererê!” pelos governistas. Verissimo não deixa escapar a ocasião, e escreve a crônica Duas Festas, publicada no dia 31 de janeiro daquele ano:

Afinal, uma votação na Câmara é como uma partida de futebol, tem até placar eletrônico. [...] Só não ficou bem claro porque vibraram tanto. [...] Mudaram a Constituição, certo, mas isso não é novidade. A Constituição brasileira, como se sabe, sai em fascículos. Se fizessem um monumento a todas as constituições brasileiras reunidas seria uma massa disforme, sem pé nem cabeça, com rastros de tanques e sinais de cusparadas. Uma mutilação a mais nem é para ser notada, quanto mais comemorada. Também é difícil imaginar que todos os manifestantes fossem fanáticos do Éfe Agá, ou que uma devoção à reeleição como princípio causasse tanta festa. (VERISSIMO, 31/01/1997)

Muitos dos votos favoráveis a emenda da reeleição vieram de deputados de partidos oposicionistas, alguns, mais tarde revelaram ter se vendido<sup>44</sup> e renunciaram sob pressão aos seus mandatos. Verissimo não deixa o assunto escapar, e publica em 20 de junho, a crônica Forrest Gump:

Se entendi bem, está estabelecido que as gravações sobre a venda de votos para a reeleição são autênticas e que os deputados envolvidos venderam mesmo seus votos – tanto que alguns renunciaram a seus mandatos e outros estão com a pata amarrada num toco, esperando a expiação. Tudo que está nas fitas, portanto, é verdade – menos a partezinha sobre o Serjão e a cota federal. A cota federal é invenção. [...] No seu propósito de tornar o Estado brasileiro mais ágil, Éfe Agá deveria substituir os ministérios que quer eliminar por um Ministério da Reeleição, que centralizaria o trabalho do Serjão, inclusive com uma doação específica. Que bem poderia se chamar como nas fitas – olha aí mais uma contribuição da arte para a política – Cota Federal. (VERISSIMO, 20/06/1997)

Serjão no caso é um codinome usado por Verissimo para se referir ao Ministro das Comunicações do governo FHC, Sérgio Motta<sup>45</sup>, também coordenador das campanhas eleitorais até 1994. As ditas gravações, foram obtidas pelo jornal Folha de S. Paulo, e envolviam o ministro no escândalo da compra de votos, o caso, como tantos outros naquela época foi arquivado pela Procuradoria-Geral da República. Ele não viveria para ser julgado e nem tampouco para ver a reeleição do seu fiel amigo Fernando Henrique Cardoso, faleceu em 19 de abril de 1998.

No calor das manifestações, o cronista critica os cortes que são feitos a Constituição, que com menos de dez anos de idade, já havia passado por tamanhas e diversas modificações, isso só demonstrava o uso da máquina administrativa em favor de objetivos emergentes, sem

---

<sup>44</sup> A oposição parlamentar do governo, defendeu em 13 de maio de 1997 a criação de uma CPI da reeleição, para investigar a denúncia de que cinco deputados do Acre receberam R\$ 200 mil, cada um para votar a favor da emenda que permite aos governadores, prefeitos e ao presidente Fernando Henrique Cardoso disputar um novo mandato. A divulgação do escândalo foi feita com base em gravações de conversas do deputado Ronivon Santiago (PFL-AC). Ele e o deputado João Maia (PFL-AC) renunciaram alguns dias após as denúncias.

<sup>45</sup> Sérgio Roberto Vieira da Motta foi um engenheiro, empresário, jornalista e político brasileiro. Iniciou a militância política na década de 1970, lutando contra a ditadura militar por meio da Ação Popular. Aproximou-se de Fernando Henrique Cardoso na militância intelectual e engajou-se em todas as suas campanhas desde 1978. Faleceu em 1998, vítima de infecção pulmonar.

o mínimo escrúpulo. Um ano antes, Luis Fernando Verissimo, antecipando as euforias pró-reeleição, escreveu a crônica *Ai, Ai, Ai*, datada do dia 03 de fevereiro de 1996:

Vamos ser sinceros. A crítica da esquerda do Éfe Agá, no fundo é despeito. Sem qualquer candidato viável a sucessão do atual presidente, a oposição começa a sonhar com um político com respeitáveis credenciais de esquerda, simpatia, apelo popular, boa estampa e palavra fácil para fazer frente a Éfe Agá, o de antes, mas ele escapou. [...], mas sempre há a possibilidade de uma volta. E assim o outro Éfe Agá poderia suceder este sem necessidade de se mudar uma lei eleitoral. (VERISSIMO, 03/02/1996)

Mais uma vez percebemos aqui, aquele sentimento presente em outras crônicas, de que o velho Fernando Henrique voltasse pra redimir o atual. Verissimo evoca novamente a dubiedade do sujeito, a qual já foi discutida anteriormente. Esse recurso sempre utilizado pelo cronista, é uma das suas principais formas de militar contra o governo, na pessoa de Fernando Henrique Cardoso. Em 1998, sob a chuva de boatos de que o político petista Luís Inácio Lula da Silva não concorreria o pleito contra FHC, Verissimo escreve *Uma Sugestão*, datada de 5 de maio, onde diz:

Não quero me meter na vida do PT, mas já que o Lula não parece disposto e ninguém mais se habilita, por que não procurar alguém fora do partido para ser seu candidato à Presidência, com boa chance de unir as esquerdas? E lembro um nome: Fernando Henrique Cardoso. Aquele sociólogo e professor da USP e de Nanterre, muito respeitado entre os intelectuais e com trânsito nas áreas acadêmicas e sindicais, que laçou na política, foi candidato à Prefeitura de São Paulo e chegou a senado pelo PSDB.

É um social democrata com uma sólida formação de esquerda e uma visão clara dos problemas sociais brasileiros. Mesmo representando setores mais esclarecidos da nossa oligarquia e não se identificando totalmente com o ideário do PT, Cardoso seria algo de novo na presidência, sendo impossível imaginá-lo recorrendo ao fisiologismo ou às outras práticas pouco assépticas que perpetuam os vícios da classe dirigente brasileira, muito menos sacrificando seus princípios pelo continuísmo, por uma reputação de esperteza política ou qualquer outra manifestação de vaidade pessoal. Cardoso daria atenção prioritária à saúde pública, à geração de empregos, à concentração fundiária e de renda, e jamais faria alianças e barganhas com lideranças arcaicas e corruptas. [...]

O único problema do PT seria descobrir o paradeiro de Fernando Henrique Cardoso e convencê-lo a concorrer. Como se recorda ele desapareceu misteriosamente por volta de 94, irrompendo uma carreira política promissora, e nunca mais foi visto. Mas não deve ser difícil localizá-lo. A não ser, claro, que tenha morrido. (VERISSIMO, 5/5/98)

A relação com Lula nem sempre foi conturbada como se assistiu a partir da década de 1990. Lula apoiou Cardoso na campanha eleitoral de 1978 quando este pleiteava uma vaga no Senado. Lula havia reinventado o sindicalismo como um dos mais importantes protagonistas contra a ditadura militar, ele exercia uma grande atração sobre a classe trabalhadora, apesar de não simpatizar com nenhum ideal comunista, o que lhe faria alvo dos militares, incomodava por ser um líder carismático que “arrastava multidões”. Cardoso

assume em uma das suas não-biografias, que “apesar da diferença social que nos separava, Lula e eu também éramos muito parecidos” (CARDOSO, 2013, p. 172).

Mas naquele ano, o que havia de singularidade com o Lula não mais importava, o neoliberalismo havia absorvido o que havia de militância social, de ideias de esquerda do então presidente. Lula o acusou de ter vendido a Telebrás para financiamento da campanha da reeleição, FHC o processou judicialmente por calúnia e difamação. O presidente estava disposto a passar por cima de tudo e de todos e ir até as últimas consequências para alcançar seu objetivo político do momento: reeleger-se. Tudo fazia parte de uma lógica, que é descrita por Verissimo na crônica *Logique*, de 26 de setembro de 1996:

Éfe Agá lançou uma logique de reeleição. O que vamos descobrir é até onde essa logique auto justificável é independente de qualquer outra e, uma vez disparada, aceita correção. Será certamente a logique dominante do governo daqui pra frente. O que não dizer que tudo se subordinará a ela, inclusive os escrúpulos. Mas também não quer dizer que não.

Numa das suas primeiras entrevistas coletivas como presidente, [...] Éfe Agá disse que era contra a reeleição porque na nossa cultura a máquina do governo era sempre suspeita e a imprensa faria um carnaval com isso. [...] não adivinhava que contaria com tanta indulgência de uma imprensa claramente sem apetite para carnavais, quando se trata de avaliar seu governo.

Seja como for, a logique da reeleição está em curso agora nada pode detê-la. Os limites do que será feito em seu nome dependem exclusivamente do autocontrole do governo, já que tudo lhe é permitido. (VERISSIMO, 26/09/1996)

A lógica da reeleição era sustentada pelo apoio da mídia. Tanto na ocultação dos escândalos (sobretudo a televisão) que maculassem a imagem do presidente, e colocasse em xeque sua brilhante carreira, quanto no fato de privilegiar a figura do presidente em detrimento dos outros candidatos envolvidos na disputa<sup>46</sup>. Como bem analisa Luís Felipe Miguel, essa lógica perpassava por vários setores da sociedade:

Assim, os sustentadores da candidatura situacionista buscaram (e conseguiram) aprovar no parlamento uma legislação eleitoral que reduzisse o espaço do debate político. Em especial foi diminuído o tempo de campanha no rádio e na televisão, no chamado “horário eleitoral gratuito”, que as emissoras cedem compulsoriamente aos partidos. Em 1994, a campanha ocupou televisões e rádios quatro vezes por semana, durante dois meses. Em 1998, ficou limitada a três vezes por semana durante 45 dias. Além disso, o clima de opinião era favorável a estratégia de Fernando Henrique, já que o formidável esquema político montado

<sup>46</sup> Concorreram as eleições de 1998: Fernando Henrique Cardoso, tendo Marco Maciel como vice, pela coligação PSDB, PFL, PPB, PTB, PSD; Luís Inácio Lula da Silva, tendo como vice Leonel Brizola, pela coligação PT, PDT, PSB, PCdoB, PCB; Ciro Gomes, tendo como vice Roberto Freire pela coligação PPS, PL, PAN; Enéas Carneiro, tendo como vice Irapuan Teixeira, pelo PRONA; Ivan Frola, tendo como vice João Ferreira da Silva, pelo PMN; Alfredo Sirkis, tendo como vice Carla Rabello pelo PV; João de Deus, tendo como vice Nanci Pilar, pelo PTdoB; José Maria Eymael, tendo como vice Josmar Oliveira Alderete pelo PSDC; Thereza Ruiz, tendo como vice Eduardo Gomes, pelo PTN; Sérgio Bueno, tendo como vice Ronald Abrahão, pelo PSC; Vasco Azevedo Neto, tendo como vice Alexandre José dos Santos, pelo PSDC.

para reconduzi-lo ao cargo fazia crer que sua vitória era inevitável. (MIGUEL, 2002, p. 65-66)

Assim, com pouco tempo de propaganda eleitoral, seria mais fácil ludibriar a população eleitoral mostrando que só havia uma opção a ser votada, FHC. Em meio à turbulência social, os meios de comunicação favoráveis ao governo, buscavam mostrar que o cenário era de “estabilidade”, mesmo que uma falsa estabilidade.

Falsa estabilidade também pelo fato de que às vésperas das eleições de 1998, uma crise na Rússia abalara as bolsas de valores no mundo. No dia 19 de maio daquele ano, concomitante aos escândalos que envolviam deputados na votação da emenda da reeleição, as bolsas de valor de São Paulo e Rio de Janeiro perderão quase 8% dos investimentos, segundo a edição do Jornal do Brasil. A crise russa, que em agosto daquele ano decretou moratória colocou em risco as economias dos países emergentes, sobretudo aqueles que galgavam nos caminhos do neoliberalismo, como o Brasil.

Para Miguel, Fernando Henrique Cardoso “soube eficazmente construir um enquadramento da crise econômica que o beneficiava” (MIGUEL, 2002, p. 79). De forma alguma ele poderia admitir que o país que estava no caminho certo, que só crescia economicamente com neoliberalismo estaria também sendo engolido pela crise russa. No dia seguinte a matéria acima citada, ele anteciparia que haveria uma queda nos juros brasileiros, a fim de que as bolsas de valor não lhes desse um susto. Seria problemático àquela altura de sua campanha.

Ainda segundo Miguel “Se por um lado, Fernando Henrique se eximia da responsabilidade pela crise, por outro lado apresentava-se como único capaz de resolvê-la.” (MIGUEL, 2002, p. 79). Numa tentativa de esconder a vulnerabilidade do sistema, o presidente, inibia o fato de que a situação no Brasil não era boa: “balança comercial altamente deficitária, agigantamento da dívida interna, dependência do capital especulativo, moeda sobrevalorizadas.” (MIGUEL, 2002, p. 78-79)

Inegavelmente, além da mídia, Fernando Henrique tinha muitos outros setores a seu favor. A reeleição parecia ser uma certeza. Veríssimo brinca com essa “certeza” ao rememorar outra campanha eleitoral do então presidente.

Ouvi dizer que o Éfe Agá, lembrando o que lhe aconteceu naquela eleição que perdeu para o Jânio em São Paulo, tem se recusado a sentar na cadeira presidencial para evitar clima de “já ganhou”. [...] o fato é que Éfe Agá não pode perder nem para Éfe Agá. Para derrotar-se, Éfe Agá teria que fazer uma grande bobagem – e esperar que a imprensa desse, a oposição aproveitasse e o público repudiasse. (Éfe Agá x Éfe Agá, 18/03/98)

De forma alguma a imprensa noticiaria um vexame sequer do presidente, também os seus fiéis apoiadores desistiriam dele, havia sim, um pequeno problema no caminho, esse problema se chamava Luís Inácio Lula da Silva, que tinha uma expressiva aceitação entre as populações mais excluídas. Fora isso, a vitória continuava sendo uma certeza, Luís Felipe Miguel recorda:

Fernando Henrique tinha a seu favor o sucesso no controle da inflação, que garantia a continuidade de um expressivo apoio popular, o suporte da esmagadora maioria do *establishment* político, uma vez que seu governo congregava todas as principais legendas entre o centro e a direita do espectro partidário; e a simpatia dos principais grupos econômicos, que se tornaram grandes financiadores de sua campanha. [...]

O comitê da reeleição arrecadou 43 milhões de reais em contribuições (contra menos de 4 milhões do principal adversário, Lula), tendo bancos e empresas recém privatizadas como principais doadores. A tudo isso se somava as vantagens inerentes ao exercício do poder – ainda um Tribunal Superior Eleitoral cujo presidente declarava “indispensável” a vitória de Fernando Henrique Cardoso. (MIGUEL, 2002, p. 66)

Possuindo tudo e todos ao seu favor, a campanha de FHC foi um sucesso, tanto que nem foi preciso um segundo turno para definir sua vitória nas urnas. Aquele 4 de outubro de 1998 marcara a história do Brasil, como o dia em que um presidente foi reeleito pela primeira vez. Também foi a eleição que registrou o maior número de candidatos à presidência, 12 no total. E foi a primeira eleição presidencial realizada com urnas eletrônicas, embora apenas as cidades com mais de 40 mil habitantes fossem beneficiadas com tal progresso. Fato consumado, recordamos uma crônica chamada Governo Definitivo, que Luis Fernando Verissimo escreveu em 16 de janeiro de 1997, quando ironizava, às vésperas da votação da emenda 16/97 que permitiria a permanência de FHC no poder, ele diz:

Por que só oito anos? Os argumentos para que Éfe Agá fique mais quatro anos no poder são os mesmos para que fique mais 16 ou 20. Se Éfe Agá na presidência é a condição para sermos felizes, por que dar um prazo fixo a felicidade? Estaríamos sacrificando o interesse maior da nação por uma formalidade eleitoral. Alternância no poder é pra corrigir o que deu errado e evitar despotismo. Ora, Éfe Agá deu certo e mesmo que fique por 24 anos no poder e governe só com medidas provisórias ninguém poderá chamá-lo de autocrático, já que, afinal, trata-se de Éfe Agá, um democrata conhecido. [...] A questão é que a democracia pode funcionar como um corretivo para a falibilidade humana, mas é apenas um estorvo para um governo definitivo. (VERISSIMO, 16/01/1997)

Ao fim da campanha, da qual o próprio Verissimo já tinha certeza do êxito, só restava-lhe lamentar, o que podemos interpretar como sepultamento do velho Fernando Henrique, que ele tanto exortava. Aproveitando um pronunciamento do início do governo em que o presidente afirmava ser contra a reeleição, ele escreve Éfe Agá estava certo, que é publicada no JB em 10/10/1998, que diz:



No fim a experiência da reeleição confirmou os piores temores do Éfe Agá, quando ele disse que era contra. Nossa primeira amostra de reeleição não podia ter sido pior. A máquina do governo foi usada sem pudor, o presidente não debateu com ninguém e, em vez de uma nova prática democrática, o país teve apenas mais um exemplo de arrogância e prepotência oficial em ação. [...] Éfe Agá tinha toda a razão quando disse que a reeleição, aqui, não daria certo. (VERISSIMO, 10/10/98)

Naquele mesmo dia, o escritor gaúcho embarca num voo para Paris com sua família, onde passaria um mês de férias, descansando e também lamentando a derrota. O fim do governo de Fernando Henrique Cardoso significava para Verissimo, o fim de uma era, na qual os governos da chamada direita não mais atropelariam os interesses básicos de uma nação, em que as minorias seriam vistas, em que direitos sociais existiriam de fato. Mas ele teria que esperar mais quatro anos para ver este fim. Com medo, claro, de que estes quatro anos se transformassem num governo definitivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não gosto de conclusões, conclusões são chaves que fecham.”*

*(Rubem Alves)*

Essa pesquisa, que propunha elaborar um quadro acerca do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a partir da visão irônica, satírica, humorística do escritor gaúcho Luis Fernando Verissimo foi permeada de desafios, mas também de superações, aqui, buscamos e conseguimos dar outras cores e traços a uma história que oficialmente está sendo contada de outro modo. FHC para as fontes oficiais, parece ter concluído sua atuação política (em 2002) como um redentor, alguém que consolidou a democracia brasileira e abriu as portas do país para a modernidade. A história jogou para debaixo do tapete os escândalos, as “picuinhas”, que corajosamente expomos nesse presente trabalho.

Afirmamos aqui que Luis Fernando Verissimo é um historiador (in)consciente, pelo fato de que, esta não é sua formação acadêmica, entretanto seu ofício de cronista traspõe o profissionalismo acadêmico e prova que sua colaboração, de forma alguma, poderia ser negligenciada na construção de uma história sobre os governos de FHC, colaboração esta que, a nós coube enquadrar na categoria de cultura histórica. Mas não é só aí que jaz a riqueza de seus escritos, Verissimo é um militante das letras, sua escrita é engajada, mesmo que sua pretensão não seja necessariamente essa.

Em algumas conversas virtuais, como forma de contribuir com essa pesquisa, Verissimo afirmou que a criação do personagem Éfe Agá não passou de uma brincadeira, com o único sentido de personalizar suas críticas. Nessa pesquisa elegemos Éfe Agá não apenas como uma personalização de opiniões, mas como representação militante de um inconformismo, como expressão de uma escrita engajada, como citamos acima, de uma parte do país que acordava diariamente sem saber como lidar com o “neoliberalismo e a cara simpática de FHC”, como relata o escritor gaúcho.

Verissimo foi uma voz destoante no contexto dos anos 1990, ele denunciou, da sua maneira humorada, seja pela sátira, pela ironia, pelo sarcasmo, um governo que, guiado pela promessa redentora, não salvou nada nem ninguém, exceto seus pares políticos e econômicos que saíram mais ricos e poderosos. O governo FHC não se comprometeu em diminuir o

desemprego entre os pobres, nem a desigualdade social, empreendeu uma política nefasta pautada na privatização dos bens e serviços públicos, dificultando o acesso a estes.

Numa década em que os meios de comunicação, a exemplo da televisão já havia alcançado sua devida consolidação em meio à sociedade brasileira, o presidente Fernando Henrique Cardoso teve a mídia favorável ao seu governo. Entretanto, veículos, a respeito dos jornais, que em grande escala, não se abstiveram de criticar sua administração, nos servem como fontes imprescindíveis de denúncia aos escândalos nos quais estava envolvido o presidente peessedebista.

Percorrer os caminhos possibilitados pelos textos escritos nos anos que compreenderam o primeiro mandato de FHC, foi uma tarefa que nos remeteu não só ao passado, mas a nossa contemporaneidade, a experiência política atual imposta pelo golpe de 2016 que retirou da presidência um governo, com ideais de reestruturação social e ampliação de direitos e em seu lugar instituiu uma política elitista, com visão reacionária, ceifadora de direitos, opressora com as minorias, que desvaloriza as lutas sociais, e que também é pautada num fisiologismo, que podemos dizer assim, sujo.

A ascensão de um governo de direita no Brasil em pleno século XXI, trouxe consigo um projeto permeado de retrocessos. Diferentemente do que as pessoas acreditavam com relação aos governos FHC, na década de 1990, onde as expectativas era de que a democracia se reestabelecesse, e de uma vez por todas, se consolidasse. Em 2019, assistimos a um episódio em que a democracia está cada vez mais desvalorizada e dia após dia corre risco de desmoralização.

E Verissimo não fala apenas do seu lugar social – de escritor já consagrado na literatura e no jornalismo nos anos 1990 – mas ele fala principalmente do lugar do outro, ele fala do lugar daqueles igualmente indignados com o advento do neoliberalismo no Brasil, com os escândalos de corrupção, com as políticas elitistas do governo FHC. Sobre isso Antônio Candido vai dizer, sobre o cronista de modo geral, num famoso texto chamado “A Vida ao Rés-do-chão”, publicado num dos volumes da coleção Para Gostar de Ler (Editora Ática, 1981): “sua perspectiva não é dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão” (CANDIDO, 1981, p. 6).

Verissimo tinha, desde a época da escrita das crônicas trabalhadas nessa pesquisa, uma posição política mais voltada pra a esquerda, ele deixa bem claro que votou no Lula em 1989 e o acompanhou por toda a sua atuação enquanto presidente da República já nos anos

2000. Mesmo assim, o ceticismo que expressa com relação a política não poupou nem mesmo os governos petistas de suas críticas, mas isso já é assunto para outro momento.

No momento em que este trabalho vem a ser defendido, Verissimo com 82 anos de idade, continua escrevendo crônicas sobre política, colabora com periódicos tal como o Estadão – Portal do Estado de São Paulo, O Globo do Rio de Janeiro, o Extra Classe de Porto Alegre, suas crônicas eventualmente são organizadas em livros, a exemplo do livro que dá título a essa dissertação de mestrado “Ironias do Tempo” publicado no final de 2018. Em entrevista, ele comemora “felizmente, o reacionarismo crescente ainda não começou a queimar livros. E ainda tem muita gente escrevendo críticas e sátiras à chamada Nova Direita”.

Fernando Henrique Cardoso esse ano completará 88 anos, encerrou a atuação política após o segundo mandato finalizado em 2001, aposentado, vive em Paris, num luxuoso apartamento na *Avenue Foch*, famosa avenida parisiense, é casado com Patrícia Kundrát, ex-secretária executiva do Instituto FHC. Sua relação política com o Brasil resume-se a matérias jornalísticas de opinião, como a que foi publicada recentemente pela Folha de S. Paulo, onde este assume ser oposição ao governo vigente.

A história, de modo geral, exalta o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por ter colocado o Brasil na rota da modernização política, econômica e social, pelo fato desse ter abraçado o modelo neoliberalista, que de certa forma, garantiu ao país um lugar no cenário da globalização, mesmo que esse lugar continuasse a ser o de um país do Terceiro Mundo, de um país subdesenvolvido que entrou nos anos 2000 com uma taxa de analfabetismo de adultos próximo de 20%, e o desemprego atingira mais de 9%, segundo dados do Censo do IBGE.

Cabe aqui uma pergunta inquietante, o (des)caso político atual, não seria a continuidade de uma política deliberadamente excludente dos anos 1990, quando FHC abriu as portas do Brasil ao investimento estrangeiro, vendendo o patrimônio público, e excluindo os pobres do rol dos direitos sociais? Tal como ocorrera em seu governo, em 2019, mais uma vez os pobres são exortados a pagar as contas do Estado, através de uma proposta de reforma previdenciária injusta, e não seria exagero afirmar, maléfica.

O atual presidente brasileiro, preza, como FHC pela limitação dos direitos trabalhistas, afirmando em rede nacional que se queremos mais geração de empregos temos que abrir mãos de direitos, como se os direitos fossem uma regalia. Não foi isto também que propôs o governo peessedebista nos anos 1990? Longe de fazer aqui comparações com as

figuras particulares dos dois presidentes, posto que em muito diferem, sobretudo na intelectualidade, da qual o último é desprovido, mas não podemos negar, que em muitos aspectos, os anos 1990, para a política nacional, estão de volta.

Por fim, nosso intuito ao empreender essa pesquisa foi olhar a história por outro lado, foi vincular essa versão “marginalizada” a historiografia, isso implicou em escutar o lado oposto ao que é mostrado na literatura oficial, ou seja, nos livros de História, Ciência Política, Economia e outras áreas escritos sobre a chamada Era FHC. A romantização do personagem encontradas nas dezenas de biografias e perfis escritos nos últimos vinte anos foi desconstruída nessa pesquisa, em seu lugar deixamos vir à tona o personagem Éfe Agá, satirizado, desnudo da pompa de príncipe, imerso no país do real, em sua forma real.

As palavras do mestre Rubem Alves nos obrigam atribuir a essa seção o título de Considerações Finais, não no sentido de encerrar um texto, mas de abri-lo. Abri-lo às possibilidades de interpretações, abri-lo a potenciais leituras e conclusões, como afirmara o escritor argentino Jorge Luís Borges, quando diz que “todo texto deve ser sempre aberto a fim de que seja completado por múltiplas e diferentes leituras”. Assim, neste momento não encerramos o texto, mas o abrimos para as leituras que dele possam fazer.

## **FONTES E REFERÊNCIAS**

### **Fontes (Crônicas de Luis Fernando Verissimo Publicadas no Jornal do Brasil)**

Intelectuais (I) – Jornal do Brasil 06/12/1994  
Intelectuais (II) – Jornal do Brasil 07/12/1994  
Entre Ouvidos – Jornal do Brasil 17/12/1994  
A História Gorda – Jornal do Brasil 21/12/1994  
Sociólogos – Jornal do Brasil 29/12/1994  
Incluídos e Vespas – Jornal do Brasil 05/01/1995  
Boca Nova – Jornal do Brasil 24/01/1995  
Moral/estrutural – Jornal do Brasil 27/01/1995  
Diferenças – Jornal do Brasil 03/02/1995  
Caras – Jornal do Brasil 07/02/1995  
Empréstimo – Jornal do Brasil 09/02/1995  
Quem diria – Jornal do Brasil 03/03/1995  
O Continente e a Paróquia – Jornal do Brasil 21/03/1995  
A Versão dos Afogados – Jornal do Brasil  
Mania – Jornal do Brasil 06/07/1995  
Onde está a Esquerda – Jornal do Brasil 07/07/1995  
Água Mineral – Jornal do Brasil 26/07/1995  
Cachorro Chutado – Jornal do Brasil 27/07/1995  
Centauro – Jornal do Brasil 17/08/1995  
A Separação – Jornal do Brasil 06/09/1997  
Sabotagem – Jornal do Brasil 13/09/1995  
Por Outro Lado – Jornal do Brasil 03/01//1996  
Ao Social – Jornal do Brasil 12/01/1996  
O Sortudo – Jornal do Brasil 18/01/1996  
Ai, Ai, Ai – Jornal do Brasil 03/02/1996  
Galhofa – Jornal do Brasil 26/03/1996  
Tanques Virtuais – Jornal do Brasil 19/03/1996  
Como vamos – Jornal do Brasil 02/04/1996  
Detalhes – Jornal do Brasil 16/04/1996

O Blefe – Jornal do Brasil 19/04/1996  
Intolerância (II) – Jornal do Brasil 05/06/1996  
Convívio Difícil – Jornal do Brasil 12/06/1996  
Bolha – Jornal do Brasil 14/08/1996  
Ilógico – Jornal do Brasil 31/08/1996  
Logique – Jornal do Brasil 26/09/1996  
De bobos e bandidos – Jornal do Brasil 29/11/1996  
Governo Definitivo – Jornal do Brasil 16/01/1997  
Dr. Jekyll – Jornal do Brasil 29/01/1997  
Duas Festas – Jornal do Brasil 31/01/1997  
O Resgate – Jornal do Brasil 06/02/1997  
Mais longe – Jornal do Brasil 26/04/1997  
Tapetão – Jornal do Brasil 17/05/1992  
Nada a ver – Jornal do Brasil 22/05/1997  
Forrest Gump – Jornal do Brasil 20/06/1997  
Meg Ryan – Jornal do Brasil 08/08/1997  
Deferência – Jornal do Brasil 18/09/1997  
O Ponto de Ruptura – Jornal do Brasil 26/09/1997  
Inveja do Vácuo – Jornal do Brasil 28/11/1997  
Ou... – Jornal do Brasil 17/12/1997  
Não Verás País Como Este – Jornal do Brasil 05/02/1998  
O Fim e os Meios – Jornal do Brasil 17/02/1998  
Éfe Agá x Éfe Agá – Jornal do Brasil 18/03/1998  
Suma Fisiológica – Jornal do Brasil 10/04/1998  
Uma Sugestão – Jornal do Brasil 05/05/1998  
O Pensamento Único – Jornal do Brasil 19/08/1998  
Racionalização – Jornal do Brasil 01/10/1998  
Conveniência – Jornal do Brasil 02/10/1998  
Éfe Agá estava certo – Jornal do Brasil 10/10/1998

## **Livros de Luís Fernando Veríssimo**

VERISSIMO, Luis Fernando. **A Versão dos Afogados**: Comédias da Vida Pública. Porto Alegre: L&PM, 1997.

\_\_\_\_\_. **Aquele estranho dia que nunca chega**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Velhinha de Taubaté**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

\_\_\_\_\_. **Diálogos Impossíveis**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ironias do Tempo**: crônicas selecionadas por Adriana e Isabel Falcão . Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

\_\_\_\_\_. **Ed Mort e outras histórias**. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

\_\_\_\_\_. **Em Algum Lugar do Paraíso**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **Humor nos tempos de Collor**. VERÍSSIMO, Luis Fernando, FERNADES, Millôr; SOARES, Jô. Porto Alegre: L&PM, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Analista de Bagé**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Gigolô das Palavras**. crônicas selecionadas por Maria da Glória Bourdini. Porto Alegre: L&PM, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Popular**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

\_\_\_\_\_. **O Mundo é Bárbaro e o que nós temos a ver com isso**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

\_\_\_\_\_. **Outras do Analista de Bagé**. Porto Alegre, L&PM, 1982.



## Periódicos

- A FOLHA DE S. PAULO. **FHC edita uma nova MP a cada 10 dias de governo.** In: A Folha de S. Paulo. Ano 1997. 28/02/1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc280206.htm> . Acesso em 31/07/2018.
- ABRAHÃO, Thiago Henrique de Camargo. **Liberdade e Engajamento na Teoria Literária** de J.-P. Sartre. Anais do SILEL. Volume 3. Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.
- AIKO, Lu. **Uso abusivos de MPs contraria Congresso.** Jornal do Brasil. 29 jan. 1995, p. 2.
- CARNEIRO, Sônia. **Aliados, uma dor de cabeça para Cardoso.** Jornal do Brasil. 22 jan. 1995. p. 2
- CERQUEIRA, Lauez. **Escândalos não investigados do governo FHC (1): o caso Sivam.** In: [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br). Acesso em julho de 2018.
- FLORES, Elio Chaves. **Dos Feitos E dos Ditos: História da Cultura Histórica.** In: *Saeculum: Revista Histórica*. [16]; João Pessoa, jan/ jun. 2007.
- JORNAL DO BRASIL. **Cardoso veta aumento do mínimo e corta gratificação dos ministros.** Jornal do Brasil. 4 fev. 1995. p. 2
- \_\_\_\_\_. **Crise russa abala bolsas no mundo.** Jornal do Brasil. 19 mai. 1998. p. 1.
- \_\_\_\_\_. **Governo vence no primeiro confronto.** Jornal do Brasil. 20 nov. 1997. p. 1.
- \_\_\_\_\_. **Planalto nega uso de colete.** Jornal do Brasil. 01 jan. 1997. p. 2.
- \_\_\_\_\_. **Sugestões para corte de salário.** Jornal do Brasil. 08 fev. 1995. p. 4
- KOSAC, Carmen. **Discussão das reformas começa sem agenda.** Jornal do Brasil. 22 jan. 1995. p. 1.
- LUCENA, Eliana. **FH pede 97 com reeleição.** Jornal do Brasil. 01 jan. 1997. p. 1.
- RIBEIRO, Francigelda. **Forma e Conteúdo na Ação do Engajamento Literário.** In: [www.dEsEnredos.com.br](http://www.dEsEnredos.com.br) – ISSN 2175-3903 – ano I – número 03 – Terezina – PI – novembro/dezembro 2009.
- SCHULZ, Arnido. **Planalto confirma o veto para aumento do mínimo.** Jornal do Brasil. 25 jan. 1995. p.1.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. **Ideias do Poder**: dependência e globalização em Fernando Henrique Cardoso. In: Estudos Avançados, vol. 13, 1999, pp. 225-247.

### Sites

Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br> . Acesso em 2018.

CPDOC FGV. <http://www.fgv.br/cpdoc> . Acesso em janeiro de 2018.

## Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. **Mídia e Política no Brasil: jornalismo e ficção.**/ Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman – Wiltman, Mônica Almeida Kornis (orgs.). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALENCAR, Sérgio Paiva de. **Jornalismo e Literatura nas Crônicas de Carlos Heitor Cony.** Fortaleza, 2009. Monografia – Curso de Jornalismo, Faculdade 7 de Setembro.

ARANHA, Gervácio Batista. **Retratos Urbanos No Brasil: A Crônica como Fonte Histórica.** ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

ARIGUCCI JR, Davi. **Enigma e comentários: ensaios sobre Literatura e experiência.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BARROS, Cindhi Vieira Belafonte. Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil. Disponível em: [www.ufrgs.br/alcar2015](http://www.ufrgs.br/alcar2015) . Acesso em janeiro de 2018.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo.** – Porto Alegre: Sulina, 1980.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente)

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** – São Paulo: Cortez, 2011.

BLOCH, Marc. **Introdução à História.** – São Paulo: Publicações Europa-América, 1987.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales.** – São Paulo: Unesp. 2005.

CAMBESES JUNIOR. Manuel **O Brasil diante do Neoliberalismo** disponível em: <http://www.esg.br/uploads/2009/03/cambeses1.pdf> . Acesso em 20/07/2018.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

\_\_\_\_\_. **A Vida ao rés-do-chão.** In: Para Gostar de Ler, Vol V, crônicas. São Paulo: ática, 1981.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** – São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo.** – São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Arte da Política: a história que vivi.** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos.** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. **Diários da Presidência** (1997-1998), vol 2. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. **Diários da Presidência** (1995-1996), vol 1. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. **O Improvável Presidente do Brasil**: recordações. Fernando Henrique Cardoso com Brian Winter. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura Vol. 1 - O Poder da Identidade. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História em Cousas Miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada**: capítulos da história social da literatura no Brasil. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **História e Literatura**. In: Conferência proferida por Roger Chartier. Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. França, cinco de novembro de 1999.

COELHO, Marcelo. Notícias sobre a crônica. In: **Jornalismo e Literatura**: a sedução da palavra/ Organizadores: Gustavo de Castro e Alex Galeano. – São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COSTA, Glauco Soares. Política e Idealização em Fernando Henrique Cardoso no aos 1995-2002: O Príncipe em questão?. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal Fluminense. – Niterói, 2009.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de Teoria Literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

CRUZ, Heloísa faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História. São Paulo, nº 35, dezembro de 2007.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. Lucília de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira (orgs). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DÓRIA, Palmério. **O Príncipe da Privatária**: A história secreta de como o Brasil perdeu seu patrimônio e Fernando Henrique Cardoso ganhou sua reeleição. – São Paulo: Geração, 2013.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, Política, Identidades**: ensaios. – Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

DUBIELA, Ana Karla. **Um Coração Postiço**: a formação da crônica de Rubem Braga. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2001.

FERREIRA, Antônio Celso. A Fonte Fecunda. In: **O Historiador e suas fontes**. PINSKY, Carla Bessanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). – São Paulo: Contexto, 2009. (p. 61-89)  
FIORI, José Luís. **60 Lições dos 90**: uma Década de Neoliberalismo. São Paulo: Record, 2001.

FLORES, Elio Chaves. **República às Avessas**: narradores do cômico, cultura, política e coisa pública no Brasil Contemporâneo (1993-1930). – João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações – São Paulo: edições Loyola, 2008.

LAFER, Celso. **FHC: O intelectual como político**. In: Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso/ organização Maria Ângela D’Incao, Hermínio Martins. – São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. – São Paulo: editoa Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOGUÉCIO, Sabino. **O Grande Líder Silencioso**. In: Rio Grande do Sul, Secretaria de Cultura. Instituto Estadual do Livro. Luis Fernando Verissimo. Porto Alegre, IEL, 3ª edição, 2001. (Autores Gaúchos, vol. 4)

LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas**: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fonte históricas. Carla B. Pinsky (org.). – São Paulo: contexto, 2008.

MACHADO, Ana Maria. Luis Fernando Verissimo: humor e ternura. In: VERISSIMO, Luis Fernando. **O Santinho**. – Rio de Janeiro. Objetiva, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MELO, José Marques de. A Crônica. In: **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra/ Organizadores Gustavo de Castro, Alex Galeano. – São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MENEZES, Rogério. Relações entre a crônica, o romance e o jornalismo. In: **Jornalismo e Literatura**: a sedução da palavra/ Organizadores: Gustavo de Castro e Alex Galeano. – São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MENEZES, Sônia. **A Operação Midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo – a mídia, a memória e a história**. In: História do tempo presente. Lucília de Almeida Neves Delgado e Marieta Morais Ferreira (orgs.). – Rio de Janeiro: editora FGV, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. **Política e Mídia no Brasil**: episódios da história recente. – Brasília: Plano editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mito e Discurso Político**: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. – Campinas: Editora da Unicamp; Imprensa Oficial, 2000

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. – São Paulo: Cultrix, 2004.

MORAES, Reginaldo C. Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?. – São Paulo: Senac, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Marly. **A estabilização e a estabilidade**: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: Brasil Republicano – o tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)/ organização Jorge Ferreira, Lucila de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

PEREIRA, Wellington. **Crônica**: a arte do útil e do fútil. Campina Grande: Latus, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. **História e Literatura**: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (orgs.). História e Literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997.

RONAI, Paulo. Crônica Um Gênero Brasileiro. In: **Suplemento Pernambuco**. Setembro de 2014, número 68, p. 4-5.

SÁ, Jorge de. **A Crônica**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

SALIBA, Elias Tomé. Crocodilos Satíricos e humoristas involuntários: ensaios de história cultural do humor. – São Paulo: Intermeios; USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Riso**. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. - São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTAELLA-GONÇALVES, Rodrigo. **Teoria e Prática em Fernando Henrique Cardoso**: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994). Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. – São Paulo, 2018.

SANTOS, Jair Ferreira dos. O que é pós-moderno. – São Paulo. editora Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

SODRÉ, Nelson Werneck, História da imprensa no Brasil. – Rio de Janeiro: Mauhad, 1983.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

VARGAS, João Tristan. **Hayden White, a ironia e os historiadores**. In: Revista de História Social da Unicamp. Nº 3. Campinas, 1996.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 138.

\_\_\_\_\_. **Teoria literária e escrita da história**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991.

\_\_\_\_\_. **Metahistória: a imaginação histórica da Europa do século XIX**. São Paulo, Edusp.